



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

5736
0

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 10ª VARA FEDERAL DA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL**

Petição nº /2017-MPF/PRDF/4º OF. DE COMBATE À CORRUPÇÃO
Autos Judiciais nº 60203-83.2016.4.01.3400

JUSTIÇA FEDERAL-DF
15 JAN 2018
10ª VARA
030655

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
RÉUS: **EDUARDO COSENTINO DA CUNHA, HENRIQUE EDUARDO LYRA ALVES,
LÚCIO BOLONHA FUNARO, FÁBIO FERREIRA CLETO E ALEXANDRE ROSA
MARGOTTO.**

OPERAÇÃO SÉPSIS

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio dos Procuradores da República que esta subscrevem, vem, à presença de Vossa Excelência, nos autos do processo em epígrafe, apresentar suas

ALEGAÇÕES FINAIS SOB A FORMA DE MEMORIAIS

em cumprimento ao art. 403, § 3º, do Código de Processo Penal, o que faz nos seguintes termos:

1. RELATÓRIO

O Ministério Público Federal, por meio do Procurador-Geral da República, ofereceu denúncia (fls. 10/75), **em 10 de junho de 2016**, perante o Supremo Tribunal Federal, em desfavor de **EDUARDO COSENTINO CUNHA** (CPF nº 504.479.717-00), **HENRIQUE EDUARDO LYRA ALVES** (CPF nº 130.470.197-20), **LÚCIO BOLONHA FUNARO** (CPF nº 173.318.908-40), **FÁBIO FERREIRA CLETO** (CPF nº 153.064.368-62) e **ALEXANDRE**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

ROSA MARGOTTO (CPF nº 990.799.689-00), em razão de ilícitos de corrupção e lavagem de dinheiro relacionados à Caixa Econômica Federal, praticados entre os anos de 2011 e 2015. Especificamente, imputou aos investigados os seguintes tipos penais:

- EDUARDO CUNHA como incurso no art. 317, por dezoito vezes, no art. 319, por uma vez, no art. 325, por treze vezes, combinados com os arts. 29, 30, 69 e 327, § 2º, todos do Código Penal, e no art. 1º, §4º, da Lei n. 9.613/98, por trezentas e vinte e uma vezes;

- LÚCIO BOLONHA FUNARO e ALEXANDRE ROSA MARGOTTO como incursos no art. 317, por quinze vezes, no art. 319, por uma vez, no art. 325, por treze vezes, combinados com os arts. 29, 30, 69 e 327, § 2º, todos do Código Penal, e no art. 1º, §4º, da Lei n. 9.613/98, por trezentas e dezoito vezes;

- HENRIQUE EDUARDO LYRA ALVES como incurso no art. 317, combinados com os arts. 29, 30 e 327, § 2º, todos do Código Penal, por três vezes, e no art. 1º, V, § 4º, da Lei n. 9.613/1998 (na redação original), por três vezes, e no art. 350 do Código Eleitoral, por uma vez, em concurso material, nos termos do art. 69 do Código Penal; e,

- FÁBIO CLETO como incurso no art. 317, por sete vezes, e no art. 325, por uma vez, combinados com os arts. 29, 30, 69 e 327, § 2º, todos do Código Penal, e no art. 1º, §4º, da Lei n. 9.613/98, observando-se o acordo de colaboração premiada celebrado com o Ministério Público Federal;

Foram juntados os elementos formadores da *opinio delicti* do Órgão Ministerial (fls. 76/1.411).

Às fls. 1.423/1.426, o saudoso Ministro Teori Zavaski, entre outras providências, determinou a notificação dos acusados para apresentação de resposta, nos termos do art. 4º da Lei nº 8.038/90.

Após, às fls. 1.463/1.485, o Procurador-Geral da República requereu ao Ministro Relator a abertura de novos cadernos apuratórios, com o escopo de apurar o pagamento de vantagem indevida e a respectiva lavagem de dinheiro referente à quota parte destinada a



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

5737
1

ALEXANDRE MARGOTTO, a EDUARDO CUNHA e a LÚCIO FUNARO, uma vez que, conforme descrito na cota ministerial, a acusação cinge-se à imputação de parte apenas dos ilícitos revelados, notadamente ao pagamento de vantagem indevida e lavagem de ativos dos 4% do total de propinas destinadas a FÁBIO CLETO, feitos mediante o depósito da CARIOCA ENGENHARIA, no exterior e duas vezes por valores em espécie, bem como aos valores indevidos pagos a HENRIQUE EDUARDO ALVES, pela CARIOCA ENGENHARIA, no exterior, e a correspondente lavagem de recursos (por três vezes). Também são imputados os fatos capitulados como lavagem de capitais decorrentes das operações ilícitas de FÁBIO CLETO (da qual tinham ciência os denunciados). Além disso, havia a necessidade de se buscar o caminho efetivo da propina paga aos outros réus, bem como a prática de corrupção ativa dos empresários. Na mesma ocasião, solicitou a remessa de parte da nova investigação à 13ª Vara Federal em Curitiba/PR.

A defesa de EDUARDO CUNHA suscitou questão de ordem (fls. 1.487/1.503), alegando a ilegalidade na distribuição do Inquérito nº 4.266/DF (denúncia) e de seu apenso (Inquérito nº 4.207/DF¹), remetidos ao Relator responsável pelos feitos relacionados à Operação Lava Jato, uma vez que os ilícitos não teriam sido perpetrados em desfavor da Petrobras.

A defesa de HENRIQUE ALVES também apresentou, fls. 1.539/1.550, petição, na qual contestou a prevenção do Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba, já que os ilícitos não estariam vinculados à Petrobras.

Às fls. 1.554/1.556, o Procurador-Geral da República requereu a juntada de documentos trazidos pelas empresas Brado Logística e Rumo Logística (ALL), nos quais foram atestados, em levantamentos internos, que a empresa Rumo Logística efetuou três pagamentos às empresas BRITO PAR e LINK PROJETOS, datados de novembro e dezembro de 2013, e a empresa Brado Logística e Participações S.A. efetuou vários pagamentos, no montante de R\$

1 Inquérito instaurado perante o STF para apurar os pagamentos efetuados pela Construtora CARIOCA CRISTIANI NIELSEN ENGENHARIA (CARIOCA ENGENHARIA) ao Deputado EDUARDO CUNHA e outros, no âmbito do projeto PORTO MARAVILHA, no qual houve aporte de valores bilionários pelo FI-FGTS. O Inquérito tem por base as Pet. 5.899 e Pet. 5.902, nas quais contém os acordos de colaboração de RICARDO PERNAMBUCO e RICARDO PERNAMBUCO JÚNIOR.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

8.000.000,00 (oito milhões de reais), para Porte Projetos, entre agosto e outubro de 2013, sem a efetiva prestação dos serviços, corroborando a acusação do pagamento de propina no caso “Brado Logística”. Formou-se o Apenso II do IPL 4.266/DF².

Às fls. 1.598/1.599, o Procurador-Geral da República requereu a juntada da documentação oriunda da Caixa Econômica Federal (Ofício 0019/2016/DIJUR), bem como outros documentos (Memorando 34/2016/ACRIM/SCI/PGR – transferência da persecução penal de HENRIQUE EDUARDO LYRA ALVES da Suíça para as autoridades brasileiras – e complementos ao Termo de Colaboração nº 2 de Ricardo Pernambuco). Os referidos anexos foram juntados, formando-se o Apenso III do IPL 4.266/DF³.

Em 14 de setembro de 2016, o Órgão Ministerial oficiante junto ao STF protocolou petição, fls. 1.637/1.638, na qual, invocando os argumentos de prevenção do feito com os fatos processados no âmbito da Operação Lava Jato, manifestou-se pela remessa dos autos à 13ª Vara Federal em Curitiba/PR.

À fl. 1.642, ofício da Câmara dos Deputados, datado de 13 de setembro de 2016, comunicando a perda do Mandato de Deputado Federal do então investigado EDUARDO CUNHA.

Em decisão do saudoso Ministro Teori Zavaski, fls. 1.653/1.670, foi determinado o encaminhamento do Inquérito nº 4.266 e 4.207, bem como das Ações Cautelares 4.186, 4.188 e 4.196 e as Petições 6.292, 6.299 e 6.310 à Seção Judiciária do Distrito Federal, em razão da cassação da investidura do réu no cargo de Deputado Federal, cuja titularidade justificava a outorga da prerrogativa de foro, bem como considerando que não havia vinculação do processo aos feitos tratados na denominada Operação Lava Jato.

Após a devida baixa à SJDF e registrado sob a forma de Inquérito Policial nº 62094-42.2016.4.01.3400 (e apenso nº 62092-72.2016.4.01.3400⁴), o processo foi encaminhado a esta Procuradoria da República, a qual ratificou, fls. 1.684/1685, integralmente a denúncia formulada pelo Chefe do Ministério Público.

2 Essa documentação passou a ser o Apenso II da Ação Penal 60203-83.2016.4.01.3400.

3 Essa documentação passou a ser o Apenso I da Ação Penal 60203-83.2016.4.01.3400.

4 Inquérito 4.207/STF, com 1 volume e 3 anexos.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

5738
8

Às fls. 1.687/1.699, o Órgão Ministerial requereu a juntada da Nota nº 15/2016/CENTRAL/PREVIC, na qual a Coordenadoria da PREVIC apresentou a necessidade de investigação conjunta dos ilícitos relacionadas ao FI-FGTS.

Em 26 de outubro de 2016, o Juízo da 10ª Vara Federal recebeu, em todos os seus termos, a denúncia (fls. 1.708/1.714). O Processo, então, foi registrado sob a forma de Ação Penal nº 60203-83.2016.4.01.3400.

Em novo despacho, fls. 1.716/1.717, foi designada audiência de custódia para o réu LÚCIO BOLONHA FUNARO, bem como foi determinado que o MPF se manifestasse quanto à imputação do delito do art. 350 do Código Eleitoral, praticado por HENRIQUE ALVES. Por fim, foi autorizado o compartilhamento de provas desta ação penal com outros procedimentos, inquéritos e ações judiciais em cursos, a pedido específico do MPF ou da Autoridade Policial Federal.

O Ministério Público Federal, fls. 1.718/1.719, manifestou-se requerendo que o Juízo, reconhecendo a sua incompetência para o processamento e julgamento dos crimes eleitorais, promovesse o desmembramento do presente feito, com o posterior encaminhamento à Justiça Eleitoral de 1ª Instância, para que lá fossem processadas as condutas criminais enquadradas no tipo penal do art. 350 do Código Eleitoral.

Às fls. 1.720/1.721, nova decisão do MM Juiz da causa, declarando a incompetência daquele Juízo em relação ao crime eleitoral (art. 350 do Código Eleitoral) praticado por HENRIQUE ALVES. Na mesma decisão, tornou sem efeito o recebimento da denúncia apenas em relação ao crime eleitoral acima descrito. Determinou, outrossim, que se extraísse cópia dos autos e que se encaminhasse à Justiça Eleitoral de Primeiro Grau no Rio Grande do Norte, local em que o réu promoveu o seu registro de candidatura e concorreu às eleições na época dos fatos.

À fl. 1.759, foi certificado o apensamento da Medida Cautelar nº 62099-64.2016.4.01.3400⁵.

5 Ação Cautelar nº 4.186/STF, na qual foi decretada, pelo Ministro Relator, a prisão cautelar de LÚCIO BOLONHA FUNARO. Essa documentação passou a ser o Apenso II (mesmo havendo outro apenso de igual numeração) da Ação Penal 60203-83.2016.4.01.3400.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

O Juízo, em novo despacho, fl. 1.761, determinou que fosse extraída cópia integral do IPL nº 62092-72.2016.4.01.3400 (IPL em apenso aos autos nº 60203-83.2016.4.01.3400), para formação do Apenso III deste processo. Os autos originais foram encaminhados ao MPF, para prosseguimentos das investigações.

LÚCIO BOLONHA FUNARO, por meio de sua defesa, apresentou, fls. 1.783/1.823, resposta à acusação, alegando, em apertada síntese:

(i) a atipicidade em relação à conduta de violação de sigilo funcional (art. 325 do Código Penal). Aduziu que, por ser hipótese de crime de mão própria, não há possibilidade do concurso de pessoas, exceto na modalidade participação, quando o partícipe atua instigando ou induzindo o cometimento do crime em questão. Daí, segundo a defesa, não foi atribuído ao réu qualquer ato concreto de induzimento ou de instigação irresistível para a prática do delito ora imputado. Também, como reforço argumentativo, salientou que as informações sigilosas tinham apenas um único destinatário, qual seja, EDUARDO CUNHA. Além disso, o fato de LÚCIO FUNARO e FÁBIO CLETO estarem brigados, como salienta a colaboração deste último, seria incompatível com a violação de sigilo funcional cometida por FÁBIO CLETO. Por esses motivos, alegou serem atípicas as condutas narradas pela acusação quanto ao crime descrito. Alegou ainda a prescrição de fatos ocorridos há mais de quatro anos do recebimento da denúncia, ou seja, anteriores a janeiro de 2012. Requereu a absolvição sumária dessa imputação;

(ii) a ausência de justa causa para a imputação no delito de prevaricação (art. 319 do Código Penal). Narrou que a acusação não menciona o nome do réu ou qualquer tipo de conduta nesse sentido. Também aduziu que a denúncia não lhe atribuiu poder de decisão para a prática da infração penal. Nesse sentido, dever-se-ia ser rejeitada a denúncia. Além disso, asseverou que o fato teria se dado em 2011,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

5739
8

motivo pelo qual também, desde modo, estar-se-á prescrita a pretensão punitiva. Requereu a rejeição desta parte da denúncia e, subsidiariamente, a absolvição sumária desta imputação;

(iii) a descabida imputação de corrupção passiva ao réu, uma vez que a denúncia teria sido recebido exclusivamente com base na colaboração do corréu FÁBIO CLETO. Também alegou inconsistências das práticas a ele imputadas pelo corréu. Afirmou que não concorreu, por qualquer via, para a prática do crime de corrupção passiva de FÁBIO CLETO;

(iv) a ausência de elementos para a imputação nos crimes de lavagem de capitais, porquanto não houve a devida aferição técnica das movimentações financeiras relatadas pelo COAF como suspeitas. Salientou também que a denúncia não demonstrou a realização de transferências, dentro do mercado financeiro, de valores, com o intuito de tornar lícitos os recursos de origem ilícita. Além disso, pontuou que nas planilhas colacionadas, os eventos teriam ocorridos entre abril de 2011 e início de 2012. Desse modo, inaplicável a causa de aumento de pena prescrita no art. 1º, § 4º, da Lei nº 9.613/98, com redação da Lei nº 12.683, porquanto os fatos teriam ocorridos antes do início da vigência normativa, que se deu em 10 de julho de 2012.

FUNARO arrolou (1) Antônio Delfim Netto, (2) Naji Robert Nahas, (3) Natalino Bertin, (4) José Adelmario Pinheiro Filho, (5) Marcelo Bahia Odebrecht, (6) Marcos Roberto Moura Dubeux, (7) Paulo Tupinambá, (8) José Efraim Neves da Silva, (9) Joesley Batista, (10) José Luis Demeterco, (11) Emival Caiado, (12) João Jorge Chamilian, (13) Sérgio Alvarenga e (14) Sima Medeiros como testemunhas de defesa. Juntou documentos (fls. 1.824/1.867).

Às fls. 1.868/2.092, a defesa técnica de LÚCIO BOLONHA FUNARO requereu a revogação de sua prisão preventiva.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Força-Tarefa Greenfield

FÁBIO FERREIRA CLETO, por meio de sua defesa, apresentou, fls. 2.096/2.098, resposta à acusação. No documento, alegou a efetiva colaboração do réu, de modo que se comprometeu a corroborar, na instrução penal, tudo o que foi dito em sua colaboração premiada. Requereu que fossem respeitadas as cláusulas do acordo de colaboração premiada.

EDUARDO COSENTINO DA CUNHA apresentou, por meio de sua defesa, fls. 2.099/2.201, resposta à acusação, alegando, em síntese:

(i) preliminarmente, a falta dos registros audiovisuais das colaborações de Ricardo Pernambuco, Ricardo Pernambuco Júnior e FÁBIO FERREIRA CLETO, acarretando, com isso, suposto prejuízo à defesa;

(ii) a falta de tradução de documentos, em língua estrangeira, acostados pela acusação, acarretando, com isso, prejuízo à ampla defesa;

(iii) a utilização de documentos obtidos em outros autos mediante transferência de processos;

(iv) a ausência de justa causa para a ação penal, em relação a todos os crimes, uma vez que foram utilizadas apenas colaborações premiadas como substrato para a ação penal. Requereu, deste modo, a rejeição da denúncia;

(v) a ausência de justa causa para a ação penal, em relação a todos os crimes, já que há inconsistências entre a denúncia e a colaboração, bem como entre as colaborações premiadas. Com isso, afirmou não haver indícios mínimos de que o réu tenha concorrido para a prática dos crimes. Requereu a rejeição da denúncia;

(vi) a ausência de justa causa para a ação penal, em relação aos crimes de corrupção e lavagem, já que a denúncia estaria amparada unicamente na colaboração de FÁBIO CLETO, sem suporte probatório. Requereu a rejeição da denúncia.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

5740
0

(vi) a ausência de justa causa para a ação penal, em relação aos crimes de prevaricação e violação de sigilo funcional, já que a denúncia estaria amparada unicamente na colaboração de FÁBIO CLETO, sem suporte probatório. Requereu a rejeição da denúncia;

(vii) a inépcia da inicial em relação aos crimes de corrupção passiva e de lavagem de dinheiro, uma vez que a denúncia seria genérica e abstrata em relação aos crimes, com a inobservância do art. 41 do CPP. Requereu a rejeição da denúncia. Alegou que não houve descrição das condutas de corrupção passiva praticadas pelo réu, bem como das práticas de encobrimento de valores;

(viii) a atipicidade do crime de corrupção passiva, já que não haveria o suposto ato de ofício que guardasse relação com o cargo de Deputado Federal. Dessa maneira, requereu a sua absolvição sumária;

(ix) a atipicidade do crime de lavagem de dinheiro, já que inexistente o crime antecedente, consoante delineado no tópico anterior. Dessa maneira, requereu a sua absolvição sumária;

(x) a atipicidade do crime de lavagem de dinheiro, visto que valores recebidos no exterior, *per se*, são condutas atípicas. Dessa maneira, requereu a sua absolvição sumária;

(xi) o excesso de acusação quanto ao crime de lavagem de capitais, violação de sigilo funcional e corrupção passiva, em razão da presença, *in casu*, de crime continuado (art. 71 do CP) e não de concurso material (art. 69 do CP);

(xii) o *bis in idem* na aplicação do aumento previsto no § 4º do art. 1º da Lei 9.613/98, eis que a reiteração já está prevista na regra do art. 71 do CP (crime continuado)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

O mesmo denunciado requereu, como provas, a cópia integral dos Processos Administrativos do FI-FGTS relatados na exordial, bem como o afastamento dos sigilos bancários de contas KORNGUT BARUCH/ISRAEL, DISCOUNT BANK, ESTEBAN GARCIA/MERRYL LYNCH BANK e PENBUR HOLDINS/BSI.

CUNHA arrolou (1) Michel Miguel Elias Temer Lulia, (2) Luiz Inácio Lula da Silva, (3) Eduardo da Costa Paes, (4) Wellington Moreira Franco, (5) Marcos Roberto Vasconcelos, (6) Jorge Fontes Hereda, (7) André Felipe de Souza Alves, (8) Jorge Arraes, (9) Guido Mantega, (10) Dyogo Henrique de Oliveira, (11) Benjamin Steinbruch, (12) Joaquim Lima de Oliveira, (13) Flávio Eduardo Arakaki, (14) Deusdina dos Reis Pereira, (15) Maria Fernanda Ramos Coelho, (16) Gilberto Magalhães Occhi, (17) Roberto Carlos Ceratto; (18) Roberto Derziê Sant'anna, (19) Jailton Zanon da Silveira, (20) Aldemir Bendine, (21) Helio Cardoso, (22) Dário Rais Lopes, (23) Mario José da Neves, (24) Antônio Paulo Vogel de Medeiros, (25) João Alberto Graça, (26) Zarak de Oliveira Ferreira, (27) Jacy Afonso de Melo, (28) Luiz Fernando de Souza Emediato, (29) Paulo César Rossi, (30) Caio Mario Alvares, (31) Ralph Lima Terra, (32) José de Paiva Ferreira, (33) Carlos Eduardo Abijaodi, (34) Carlos Roberto Lupi e (35) o representante da Peixe Energia como testemunhas.

Às fls. 2.207/2.214, o Juízo proferiu decisão, na qual afastou a inépcia alegada pelas defesas. Na ocasião, decidiu o MM Juiz que a peça acusatória expôs os fatos criminosos em todas as suas circunstâncias e individualizou a conduta de forma satisfatória, inclusive com o suporte documental, trazendo aos autos extratos bancários, planilhas e anotações dos réus. Consignou que certas questões confundem-se com o mérito da causa e necessitam da devida dilação probatória, a serem realizadas com a instrução processual. Afastou a alegação de que os delitos do arts. 319 e 325 do Código Penal, por serem próprios, não podem ser estendidos a quem não é outorgada a qualidade que lhe torna próprio. Isso porque o agente público (FÁBIO CLETO) teria sido induzido, conforme consta da inicial, por EDUARDO CUNHA e LÚCIO FUNARO, modalidade essa que os enquadra nos delitos próprios acima citados.

O Juízo rechaçou ainda a alegação de atipicidade da conduta de LÚCIO FUNARO, quando estava afastado de CLETO, porque a negociação direta entre CLETO e EDUARDO CUNHA não excluiria, por si só, a participação de FUNARO.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

5741

8

Decidiu ainda o Juízo que os crimes de violação de sigilo funcional prescrevem em 4 (quatro) anos e que, portanto, fatos incursos no referido tipo penal e ocorridos há mais de 4 (quatro) anos do recebimento da denúncia estariam prescritos.

Do exposto, o MM Juiz declarou extinta a punibilidade dos crimes de violação de sigilo funcional ocorridos antes de 26/10/2012 (data do recebimento da denúncia), ante a prescrição, absolvendo sumariamente apenas os réus de tais delitos, no período indicado. Quanto aos outros pedidos, foram indeferidos, em razão da ausência de prejuízo à defesa, com exceção do ofício à Caixa Econômica Federal e da quebra de sigilo bancário, que seriam apreciados após manifestação ministerial. Indeferiu ainda o pedido de liberdade provisória de LÚCIO BOLONHA FUNARO.

À fl. 2.287, o Juízo limitou o número de testemunhas de EDUARDO CUNHA, para a apresentação de, no máximo, 15 (quinze).

Às fls. 2.350/2.351, O Órgão Ministerial reforçou a necessidade de que fosse reconhecida a prevenção desse processo e procedimentos a ele correlatos com os feitos da Operação Greenfield, já que não houvera pronunciamento judicial nesse sentido.

Decisão judicial, fl. 2.374, na qual o Juízo determinou, a partir da decisão no bojo dos *Habeas Corpus* nº 0071497-50.2016.4.01.3400, impetrado em favor de EDUARDO CUNHA, e *Habeas Corpus* nº 0073268-63.2016.4.01.3400 (fls. 2.377/2.391), em favor de HENRIQUE EDUARDO LYRA, em que se suspendeu a audiência designada para o dia 19 de dezembro de 2016, bem como para os dias 13 e 20/01/2017 (estes últimos no segundo HC), o desmembramento desta ação penal em relação a LÚCIO BOLONHA FUNARO, formando-se novos autos relacionados aos outros réus. Também determinou que o MPF se manifestasse sobre o registro audiovisual das colaborações premiadas acostadas.

Foi realizada audiência em 19 de dezembro de 2016, em que o Juízo manteve o corrêu FÁBIO FERREIRA CLETO no processo a ser desmembrado. Também foi reconhecida a conexão com os feitos da Operação Greenfield. Foram ouvidas as testemunhas de acusação **Ana Regina Chiozzo Carvalho** e **Marcelo da Silva Leite**, cuja ata está anexada às fls. 2.407/2.409.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

Às fls. 2.479/2.481, a Procuradoria da República no Rio Grande do Norte requereu o compartilhamento desta ação penal em prol de investigações naquele Órgão.

À fl. 2.590, o Ministério Público Federal encaminhou petição ao Juízo, manifestando concordância com o pedido feito pela Companhia Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A (INVEPAR), fls. 2.591/2.619, no qual solicita o acesso aos documentos presentes em procedimentos da Operação Greenfield e Sépsis que não tenham mais sigilo decretado pelo Juízo.

À fl. 2.620, foi certificado o desmembramento dos autos, restando LÚCIO BOLONHA FUNARO como réu dos autos em epígrafe e EDUARDO COSENTINO DA CUNHA, FÁBIO FERREIRA CLETO, ALEXANDRE MARGOTTO e FÁBIO FERREIRA CLETO réus dos autos de nº 1183-30.2017.4.01.3400, com igual teor dos autos em epígrafe.

Às fls. 2.629/2.646 da Ação Penal nº 1183-30.2017.4.01.3400⁶, ALEXANDRE ROSA MARGOTTO apresentou, por meio de sua defesa, resposta à acusação. Alegou, em curta síntese:

(i) a inépcia da denúncia, porquanto supostamente a acusação não narrou os fatos criminosos a ele imputados. Requereu a rejeição da denúncia.

(ii) a ausência de justa causa, em razão de o réu não possuir a legitimidade para figurar como sujeito ativo dos crimes de corrupção passiva, prevaricação e quebra de sigilo funcional. Requereu a absolvição sumária quanto aos crimes.

MARGOTTO arrolou (1) Marcos Roberto Moura Dubeux, (2) Paulo Tupinamba, (3) José Efraim Neves da Silva, (4) Joesley Batista, (5) José Luis Demeterco e (6) João Jorge Chamilian como testemunhas de sua defesa.

Às fls. 2.648/2.740, da Ação Penal nº 1183-30.2017.4.01.3400, HENRIQUE ALVES apresentou, por meio de sua defesa, resposta à acusação. Aduziu, em curta síntese:

⁶ Posteriormente, estes autos foram reunidos ao processo em epígrafe. Por esse motivo, por vezes, será referido o número do Processo no qual se encontram as peças, a fim de facilitar o entendimento, tendo como referência a sequência temporal.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

5742
8

(i) preliminarmente, o cerceamento de defesa, em razão da falta de tradução dos documentos apresentados em língua estrangeira, da omissão de informações relevantes à defesa (como tarjas pretas ocultando nomes nos documentos apresentados) e da falta dos depoimentos audiovisuais dos colaboradores.

(ii) a inépcia da denúncia, no que diz respeito ao crime de corrupção passiva;

(iii) a inépcia da denúncia, no que diz respeito ao crime de lavagem de dinheiro, por ausência de descrição das circunstâncias elementares do tipo;

(iv) a atipicidade da conduta imputada como lavagem de dinheiro, ante a impossibilidade de reconhecimento do concurso material com o crime de corrupção passiva;

(v) a existência de um único crime de corrupção passiva, afastando a continuidade delitiva;

(vi) a inaplicabilidade da majorante do art. 327, § 2º, do Código Penal aos agentes políticos;

(vii) no mérito, a tentativa nunca efetivada de abertura em conta no exterior, também a indevida utilização da conta no exterior, sem o conhecimento do réu, para recebimento de valores. Narrou a ausência de relação com a Construtora Carioca Engenharia, requerendo, com isso, a absolvição sumária, nos termos do art. 397 do CPP.

ALVES requereu ainda ao Juízo a reanálise quanto a decisão que desmembrou o crime eleitoral, pois, no entender da defesa, o exame dos fatos deveria ficar a cargo da justiça federal. Ademais, o delito em questão (art. 350 do Código Eleitoral) estaria absorvido pelo crime de lavagem de capitais e corrupção, motivo pelo qual a denúncia deveria ser rejeitada. Arrejou



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

(1) Esequias Pegado Cortez Neto, (2) Paulo José da Silva, (3) Hermann Bento Ledebour, (4) Dyogo Henrique de Oliveira, (5) Guido Mantega e (6) George Friedli como testemunhas de defesa.

Além disso, juntou o mencionado réu documentos (fls. 2.741/2.767).

Às fls. 2.799/2.806 dos Autos Judiciais nº 1183-30.2017.4.01.3400, consta nova decisão judicial, na qual o Juízo ratifica a declaração da extinção da punibilidade dos crimes de violação de sigilo funcional ocorridos até 26/10/2012, absolvendo sumariamente o réu ALEXANDRE MARGOTTO exclusivamente quanto aos aludidos delitos, no período indicado.

Quanto aos outros pedidos apresentados em sede de resposta à acusação, o Juízo os indeferiu (confirmando a decisão no bojo da Ação Penal nº 60203-83.2016.4.01.3400), em razão de, por vezes, a atipicidade das condutas e as majorantes de cada crime confundirem-se com o próprio mérito da ação, bem como necessitarem de maior aporte dilatatório.

No que compete ao desmembramento do feito, para a justiça eleitoral (no caso do crime eleitoral), o Juízo reputou correto o encaminhamento do feito, por se tratar de incompetência absoluta.

Deferiu o Juízo, ainda, o compartilhamento de provas com o Procedimento Investigatório Criminal nº 1.28.000.001968/2016-92, bem como o acesso da INVEPAR aos documentos constantes nos procedimentos das Operações Greenfield e Sépsis que não tenham mais sigilo.

À fl. 2.873, HENRIQUE ALVES requereu a desistência da testemunha **George Friedli**.

Realizou-se audiência de instrução, no interesse do Processo nº 1183-30.2017.4.01.3400, em 16 de fevereiro de 2017, na qual foram inquiridas as testemunhas de acusação **Ana Regina Chiozzo Carvalho e Marcelo da Silva Leite**, cujas atas estão anexadas às fls. 2.880/2.881.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

O Ministério Público Federal, no bojo das ações penais nº 60203-83.2016.4.01.3400⁷ e nº 1183-30.2017.4.01.3400⁸, encaminhou mídias digitais contendo os registros audiovisuais das colaborações premiadas de FÁBIO FERREIRA CLETO, Ricardo Pernambuco e Ricardo Pernambuco Júnior. Requereu, ademais, que fosse restituído o prazo a todos os réus, a fim de apresentarem defesa complementar, em razão da entrega das mídias.

À fl. 2.705 dos Autos Judiciais nº 60203-83.2016.4.01.3400, o MPF requereu que os depoimentos prestados por ALEXANDRE MARGOTTO, em razão do acordo de colaboração premiada, fossem disponibilizados às demais partes do processo⁹.

Às fls. 2.899/2.900, foi homologada, pelo juízo, a desistência da testemunha **George Friedli**, a pedido da defesa de HENRIQUE ALVES.

Decisão de fls. 2.984 e 2.985, na qual manteve EDUARDO CUNHA no polo passivo dos autos nº 1183-30.2017.4.01.3400 (por força da decisão no HC nº 0071497-50.2016.4.01.3400). Em atenção ao princípio da celeridade, determinou o Juízo o prosseguimento da instrução nos autos do Processo em epígrafe, incluindo, nestes (60203-83.2016.4.01.3400) HENRIQUE ALVES, FÁBIO CLETO e ALEXANDRE MARGOTTO. LÚCIO FUNARO já era réu neste Processo.

Nova audiência de instrução ocorreu em 8 de março de 2017, fls. 3.076/3.077, no interesse do processo em epígrafe e do Processo nº 1183-30.2017.4.01.3400, na qual o Juízo confirmou o desmembramento da Ação Penal, bem como a suspensão de todos os atos processuais referentes ao denunciado EDUARDO COSENTINO DA CUNHA, com vistas a cumprir decisão proferida nos autos do *Habeas Corpus* nº 0071497-50.2016.4.01.0000/DF. Na mesma oportunidade, o Juízo determinou que o único réu a permanecer no polo passivo da Ação Penal nº 1183-30.2017.4.01.3400 fosse EDUARDO COSENTINO DA CUNHA. Manteve, na Ação Penal nº 60203-83.2016.4.01.3400, os réus LÚCIO BOLONHA FUNARO, HENRIQUE EDUARDO LYRA ALVES, FÁBIO FERREIRA CLETO e ALEXANDRE MARGOTTO. Ato contínuo, exclusivamente no interesse do processo em epígrafe (60203-83.2016.4.01.3400), foi

7 Fls. 2.621/2.626.

8 Fls. 2.776/2.780.

9 Igual conteúdo foi anexado à fl. 2.885-C dos Autos Judiciais nº 1183-30.2017.4.01.3400. Os autos, com a colaboração premiada, foram registrados sob a forma de petição nº 5938-97+2017.4.01.3400 e disponibilizados às defesas.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

inquirida a testemunha de acusação **Adriana Ballalai CLETO**, via *Skype*. O referido depoimento foi registrado em formato audiovisual, nos termos art. 405, § 1º, do Código de Processo Penal, cuja mídia está juntada à fl. 2.989¹⁰ e 3.079¹¹.

Já em audiência de instrução ocorrida em 9 de março de 2017, fls. 3.080/3.081, no interesse do processo em epígrafe, foram inquiridas as testemunhas de acusação **Ricardo Pernambuco e Ricardo Pernambuco Júnior**. Os referidos depoimentos foram registrados em formato audiovisual, nos termos art. 405, § 1º, do Código de Processo Penal, cuja mídia está juntada à fl. 3.082.

À fl. 3.138, o Juízo determinou, entre outras providências, a reunião dos Autos Judiciais nº 65388-05.20166.4.01.3400 aos processos nº 60203-83.2016.4.01.3400 e nº 1183-30.2017.4.01.3400, que trata da petição 6.345, originada do Supremo Tribunal Federal, contendo informações sobre o acordo de colaboração premiada celebrado entre o Ministério Público Federal e os colaboradores Ricardo Pernambuco e Ricardo Pernambuco Júnior. Formou-se o Apenso IV.

O Ministério Público Federal encaminhou novamente, fls. 3.143/3.149 dos autos judiciais nº 60203-83.2016.4.01.3400¹², os registros audiovisuais das colaborações de Ricardo Pernambuco, Ricardo Pernambuco Junior, Delcídio do Amaral e FÁBIO FERREIRA CLETO.

À fl. 3.160 dos autos 60203-83.2016.4.01.3400, o Órgão Ministerial requereu, no processo que tem como réu HENRIQUE ALVES, as oitivas das testemunhas **Mônica Infante de Azambuja e Priscila Gimenez de Sousa**. Solicitou ainda que **Adriana Ballalai CLETO** fosse considerada como informante, não necessitando de novas declarações no processo desmembrado, apenas cópia da anterior oitiva¹³. O Juízo, à fl. 3.164 do Processo nº 60203-83.2016.4.01.3400, deferiu integralmente o pedido ministerial¹⁴.

10 Autos nº 1183-30.2017.4.01.3400, em razão da primeira parte da audiência, que foi de interesse dos dois procedimentos.

11 Autos nº 60203-83.83.2016.4.01.3400.

12 Idêntica documentação foi juntada às fls. 2.995/3.002 dos autos nº 1183-30.2017.4.01.3400.

13 Documentação idêntica está acostada às fls. 3.033/3.036 dos autos 1183-30.2017.4.01.3400.

14 Documentação idêntica está acostada à fl. 3.037 dos autos 1183-30.2017.4.01.3400.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

5744
8

Após a restituição de prazo às defesas, apresentaram aditamento à resposta de acusação HENRIQUE LYRA ALVES (fls. 3.340/3.353), LÚCIO FUNARO (fls. 3.355/3.398) e EDUARDO CUNHA (fls. 3.047/3.164)¹⁵. FÁBIO CLETO reafirmou a intenção de colaborar (fls. 3.452/3.463). ALEXANDRE MARGOTTO reiterou a resposta à acusação anteriormente protocolada (fl. 3.414).

LÚCIO BOLONHA FUNARO apresentou novo rol de testemunhas. Arrolou (1) Antônio Delfim Netto, (2) José Adelmário Pinheiro, (3) Paulo Tupinambá, (4) Eike Batista, (5) José Luis Demeterco, (6) Sérgio Alvarenga, (7) Marcos Roberto Moura Dubeux, (8) Emival Caiado, (9) João Jorge Chamilian, (10) Silvano Alberto Bernasconi, (11) Ricardo Luiz Peixoto Leal, (12) Benedicto Júnior, (13) Fernando Reis, (14) André Barbieri e (15) João Carlos Camargo Filho.

A defesa de EDUARDO CUNHA, por sua vez, arrolou as seguintes testemunhas de defesa: (1) Michel Miguel Elias Temer Lulia¹⁶, (2) Luiz Inácio Lula da Silva, (3) Eduardo da Costa Paes, (4) Wellington Moreira Franco¹⁷, (5) Marcos Roberto Vasconcelos, (6) Jorge Fontes Hereda, (7) André Luiz de Souza, (8) Jorge Arraes, (9) Guido Mantega, (10) Dyogo Henrique de Oliveira¹⁸, (11) Benjamin Steinbruch, (12) Joaquim Lima de Oliveira, (13) Flávio Eduardo Arakaki, (14) Deusdina dos Reis Pereira, (15) Maria Fernanda Ramos Coelho, (16) Gilberto Magalhães Occhi, (17) Roberto Carlos Ceratto, (18) Jailton Zanon da Silveira, (19) Helil Cardozo, (20) Dário Rais Lopes, (21) Antônio Paulo Vogel de Medeiros, (22) João Alberto Graça, (23) Luiz Fernando de Souza Emediato e (24) Ralph Lima Terra.

À fl. 3.467¹⁹, o Ministério Público Federal requereu a juntada de cópia do Inquérito Policial nº 75108-93.2016.4.01.3400 (Operação *Cui Bono*), formando-se o Apenso V. Já à

15 Autos nº 1183-30.2017.4.01.3400.

16 Testemunha com prerrogativa de foro.

17 Testemunha com prerrogativa de foro.

18 Testemunha com prerrogativa de foro.

19 Autos nº 60203-83.2016.4.01.3400. Documentação ~~idêntica~~ foi anexada aos autos nº 1183-30.2017.4.01.3400 (fl. 3.196)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

Às fls. 3.469²⁰, o MPF requereu a juntada dos elementos de prova colhidos na Ação Cautelar nº 4.044, bem como da documentação física relativa à ocultação patrimonial de HENRIQUE ALVES. Formou-se o Apenso VI²¹.

O Juízo, tendo em vista a documentação acostada pelo MPF, deferiu o prazo de 5 (cinco) dias para que as defesas pudessem complementar as suas respostas escritas.

Requereu o Ministério Público Federal, fl. 3.489, o aditamento do rol de testemunhas, para incluir Benedicto Barbosa Júnior, da ODEBRECHT e José Aldemário (Léo) Pinheiro, da OAS, em razão da divulgação, pelo Supremo Tribunal Federal, da Petição nº 6.736/DF²².

Solicitou o MPF o compartilhamento dos elementos de provas produzidos e a serem produzidos em proveito da Ação de Improbidade Administrativa nº 2004.34.00.040901-9, bem como das instituições que contribuem com as investigações e/ou realizam apurações próprias (fls. 3.490/3.491). O Juízo, fls. 3.490v/3.491v, deferiu integralmente os pedidos.

Às fls. 3.540/3.544²³, o Juízo novamente decidiu sobre as questões relativas às respostas e aos fatos denunciados pelo MPF. Determinou o Juiz da causa o prosseguimento da ação penal, uma vez que nenhuma das alegações das defesas infirmaram o anterior entendimento quanto à absolvição sumária e/ou ausência de justa causa. Reiterou a decisão que autorizou a oitiva de Priscila Gimenez de Souza e Mônica Infante de Azambuja, bem como deferiu as oitivas de Léo Pinheiro e de Benedicto Júnior.



- 20 Autos nº 60203-83.2016.4.01.3400. Documentação idêntica foi anexada aos autos nº 1183-30.2017.4.01.3400 (fl. 3.194).
- 21 A Procuradoria-Geral da República também encaminhou diretamente a mesma documentação (fls. 3.471/3.478)
- 22 Autos nº 60203-83.2016.4.01.3400. Documentação idêntica foi anexada aos autos nº 1183-30.2017.4.01.3400 (fl. 3.221)
- 23 Autos nº 60203-83.2016.4.01.3400. Documentação idêntica foi anexada aos autos nº 1183-30.2017.4.01.3400 (fl. 3.255/3.260)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

5745

8

O Ministério Público Federal requereu, na audiência do dia 20 de junho de 2017, tendo em vista a decisão no bojo do *Habeas Corpus* nº 0029964-77.2017.4.01.0000/DF, a desistência das testemunhas **Priscila Gimenez, Mônica Infante Azambuja, José Almário (Leo) Pinheiro, Benedicto Júnior**²⁴. A ata de audiência está juntada às fls. 3.761/3.762 e o seu registro foi feito por meio audiovisual, cuja mídia está anexada à fl. 3.762-A²⁵.

Audiência de instrução, no interesse do processo em epígrafe e do Processo nº 1183-30.2017.4.01.3400, ocorrida em 23 de junho de 2017, fls. 3.797/3.799, na qual foram inquiridas as testemunhas de acusação **Ricardo Pernambuco, Ricardo Pernambuco Júnior**, e de defesa **José Aldemário (Leo) Pinheiro (LÚCIO FUNARO), Benedicto Júnior (LÚCIO FUNARO)**. Os referidos depoimentos foram registrados em formato audiovisual, nos termos do art. 405, § 1º, do Código de Processo Penal, cuja mídia está juntada à fl. 3.800. Outrossim, determinou-se, com a concordância expressa das partes, a reunião do Processo nº 1183-30.2017.4.01.3400 aos autos em epígrafe, ficando ativa apenas a numeração 60203-83.2016.4.01.3400²⁶. Determinou o Juízo ainda, considerando o recebimento do Ofício nº 8878/2017, oriundo do STF, no qual foram encaminhadas petições relacionadas ao processo em trâmite, a formação do Apenso VII, com a referida documentação.

Audiência de instrução ocorrida em 27 de junho de 2017, fls. 3.838/3.839, na qual foram inquiridas as testemunhas de defesa **Antônio Delfim Netto (LÚCIO FUNARO), Guido Mantega (EDUARDO CUNHA e HENRIQUE ALVES), João Jorge Chamilian (LÚCIO FUNARO e ALEXANDRE MARGOTTO), Fernando Reis (LÚCIO FUNARO) e André Barbieri (LÚCIO FUNARO)**. Os referidos depoimentos foram registrados em formato audiovisual, nos termos art. 405, § 1º, do Código de Processo Penal, cuja mídia está juntada à fl. 3.839-A.

Audiência de instrução ocorrida em 28 de junho de 2017, fls. 3.874/3.875, na qual foi inquirida a testemunha de defesa **José Efraim Neves da Silva (ALEXANDRE MARGOTTO)**. O referido depoimento foi registrado em formato audiovisual, nos termos art.

24 Registre-se que Léo Pinheiro e Benedicto Júnior foram regularmente inquiridos por serem também testemunhas de LÚCIO FUNARO.

25 Autos nº 60203-83.2016.4.01.3400. Documentação idêntica foi anexada aos autos nº 11837 30.2017.4.01.3400 (fl. 3.405/3.407)

26 De forma didática, utilizar-se-á, a partir deste momento, apenas a numeração ~~60203-83.2016.4.01.3400~~.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

405, § 1º, do Código de Processo Penal, cuja mídia está juntada à fl. 3.876. Na referida audiência, o Juízo ainda homologou o pedido de desistência da oitiva **Dyogo Henrique**, a requerimento da defesa de HENRIQUE ALVES, permanecendo, contudo, em razão da insistência da defesa de EDUARDO CUNHA.

Audiência de instrução ocorrida em 30 de junho de 2017, fls. 3.966/3.967, na qual foi inquirida a testemunha de defesa **Roberto Carlos Ceratto** (EDUARDO CUNHA). O referido depoimento foi registrado em formato audiovisual, nos termos art. 405, § 1º, do Código de Processo Penal, cuja mídia está juntada à fl. 3.968.

Audiência de instrução ocorrida em 3 de julho de 2017, fls. 3.969/3.970, na qual foi homologado o pedido de desistência das testemunhas de defesa **João Carlos Camargo Filho** e **Natalino Bertin**, a pedido da defesa de LÚCIO FUNARO.

Audiência de instrução ocorrida em 4 de julho de 2017, fls. 3.973/3.974, na qual foram inquiridas as testemunhas de defesa **José Luis Demeterco Neto** (LÚCIO FUNARO e ALEXANDRE MARGOTTO), **Marcelo Bahia Odebrecht** (LÚCIO FUNARO) e **Luiz Inácio Lula da Silva** (EDUARDO CUNHA). Os referidos depoimentos foram registrados em formato audiovisual, nos termos art. 405, § 1º, do Código de Processo Penal, cuja mídia está juntada à fl. 3.975.

Audiência de instrução ocorrida em 5 de julho de 2017, fls. 3.981/3.982, na qual foi inquirida a testemunha de defesa **Dyogo Henrique de Oliveira** (EDUARDO CUNHA). O referido depoimento foi registrado em formato audiovisual, nos termos art. 405, § 1º, do Código de Processo Penal, cuja mídia está juntada à fl. 3.986.

Audiência de instrução ocorrida em 6 de julho de 2017, fls. 3.987/3.988, na qual foram inquiridas as testemunhas de defesa **Herman Bento Ledebour** (HENRIQUE ALVES), **Fausi Abu Chakra** (HENRIQUE ALVES) e **Eduardo da Costa Paes** (EDUARDO CUNHA). Os referidos depoimentos foram registrados em formato audiovisual, nos termos art. 405, § 1º, do Código de Processo Penal, cuja mídia está juntada à fl. 3.975. Na mesma ocasião, homologou o



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

5746
8

Juízo a desistência das testemunhas **ANDRÉ LUIZ DE SOUZA**, a pedido da defesa de **EDUARDO CUNHA**, e **Esequias Pegado Cortez Neto**, a pedido da defesa de **HENRIQUE ALVES**.

Audiência de instrução ocorrida em 6 de julho de 2017, fls. 4.076/4.077, na qual foram inquiridas as testemunhas de defesa **Emival Caiado (LÚCIO FUNARO)**, **Ricardo Luiz Peixoto Leal (LÚCIO FUNARO)**, **Joaquim Lima de Oliveira (EDUARDO CUNHA)**, **Flávio Eduardo Arakaki (EDUARDO CUNHA)**, **Deusdina dos Reis Pereira (EDUARDO CUNHA)** e **Gilberto Magalhães Occhi (EDUARDO CUNHA)**. Os referidos depoimentos foram registrados em formato audiovisual, nos termos art. 405, § 1º, do Código de Processo Penal, cuja mídia está juntada à fl. 4.078.

O Ministério Público Federal requereu, fl. 4.086 e fls. 4.088/4.253, a juntada dos registros telefônicos entre os réus, bem como entre **EDUARDO CUNHA** e **HENRIQUE ALVES** com a empresa **CARIOCA ENGENHARIA**, entre os anos de 2012 e 2014. Deferiu o Juízo à fl. 4.087.

Requereu o Ministério Público o compartilhamento das provas produzidas nos autos em proveito dos procedimentos investigatórios PIC nº 1.16.000.004196/2016-6, PIC nº 1.16.000.004268/2016, bem como outros procedimentos investigatórios, inquéritos policiais e civis que mantenham conexão com as operações **Sépsis**, **Cui Bono**, **Greenfield** e **Lava Jato**, esta última conduzida pela Procuradoria-Geral da República.

Decisão de fl. 4.281, em que o Juízo da 10ª Vara Federal autorizou, entre outras providências, o compartilhamento de provas desta ação penal com os referidos procedimentos.

Ofício do Senhor Presidente da República, **Michel Temer**, respondendo aos questionamentos das defesas de **EDUARDO CUNHA** e **HENRIQUE ALVES**, foi juntado às fls. 4.291/4.295.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

Audiência de instrução ocorrida em 17 de julho de 2017, fls. 4.314/4.315, na qual foram inquiridas a testemunhas de defesa **Sima Medeiros (LÚCIO FUNARO)** e **Ralph Lima Terra (EDUARDO CUNHA)**. Os referidos depoimentos foram registrados em formato audiovisual, nos termos art. 405, § 1º, do Código de Processo Penal, cuja mídia está juntada à fl. 4.316.

Audiência de instrução ocorrida em 17 de julho de 2017, fls. 4.317/4.318, na qual foram inquiridas as testemunhas de defesa **Maria Fernanda Ramos Coelho (EDUARDO CUNHA)**, **Paulo Tupinambá (LÚCIO FUNARO)** e **Eike Batista (LÚCIO FUNARO)**. Foi homologado, outrossim, o pedido de desistência da testemunha **Sérgio Alvarenga**, requerido pela defesa de LÚCIO FUNARO. Os depoimentos colhidos foram registrados em formato audiovisual, nos termos art. 405, § 1º, do Código de Processo Penal, cuja mídia está juntada à fl. 4.319.

Juntou-se, formando-se o Apenso VIII, os autos 23279-39.2017.4.01.3400, conforme certificação à fl. 4.355.

Audiência de instrução ocorrida em 25 de julho de 2017, fls. 4.379/4.380, na qual foram inquiridas as testemunhas de defesa **Dário Rais Lopes (EDUARDO CUNHA)**, **Luiz Fernando de Souza Emediato (EDUARDO CUNHA)** e **Marcos Roberto Vasconcelos (EDUARDO CUNHA)**. Os depoimentos colhidos foram registrados em formato audiovisual, nos termos art. 405, § 1º, do Código de Processo Penal, cuja mídia está juntada à fl. 4.381.

Audiência de instrução ocorrida em 26 de julho de 2017, fls. 4.407/4.408, na qual foram inquiridas as testemunhas de defesa **Jorge Fontes Hereda (EDUARDO CUNHA)**, **Helil Cardoso (EDUARDO CUNHA)**, **Jorge Arraes (EDUARDO CUNHA)**, **Jailton Zanon da Silveira (EDUARDO CUNHA)**. Na mesma ocasião, a defesa de LÚCIO BOLONHA FUNARO requereu a desistência da testemunha **Marcos Roberto Bezerra de Mello Moura Dubeux**, homologada pelo Juízo. Os depoimentos colhidos foram registrados em formato audiovisual, nos termos art. 405, § 1º, do Código de Processo Penal, cuja mídia está juntada à fl. 4.410.

À fl. 4.506, a defesa de HENRIQUE ALVES requereu a desistência da testemunha **Christoph Dietch**.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

5747
8

Audiência de instrução ocorrida em 8 de agosto de 2017, fls. 4.507/4.508, na qual foi inquirida a testemunha do Juízo **Cássio Viana de Jesus**. Na mesma ocasião, o Juízo homologou a desistência da testemunha **Cristoph Dietch**, a pedido da defesa de HENRIQUE ALVES. Os depoimentos colhidos foram registrados em formato audiovisual, nos termos art. 405, § 1º, do Código de Processo Penal, cuja mídia está juntada à fl. 4.509.

Audiência de instrução ocorrida em 16 de agosto de 2017, fls. 4.524/4.525, na qual foram inquiridas as testemunhas de defesa **João Graça** (EDUARDO CUNHA) e **Moreira Franco** (EDUARDO CUNHA). Na mesma ocasião, o Juízo homologou a desistência da testemunha **Joesley Mendonça Batista**, requerida pelas defesas de EDUARDO CUNHA e LÚCIO FUNARO. Os depoimentos colhidos foram registrados em formato audiovisual, nos termos art. 405, § 1º, do Código de Processo Penal, cuja mídia está juntada à fl. 4.526.

Audiência de instrução ocorrida em 22 de agosto de 2017, fls. 4.545/4.546, na qual foi homologada, pelo Juízo, a desistência da testemunha **Silvano Alberto Bernasconi**, a pedido da defesa de LÚCIO FUNARO.

Audiência de instrução ocorrida em 25 de agosto de 2017, fls. 4.548/4.549, na qual foi inquirida a testemunha de defesa **Roberto Carlos Madoglio** (EDUARDO CUNHA). Na mesma ocasião, o Juízo homologou a desistência da testemunha **Benjamin Steinbruch**, a pedido da defesa de EDUARDO CUNHA. O depoimento colhido foi registrado em formato audiovisual, nos termos art. 405, § 1º, do Código de Processo Penal, cuja mídia está juntada à fl. 4.550.

Às fls. 4.590/4.592, a defesa de HENRIQUE ALVES requereu o acesso aos termos do acordo de colaboração premiada de LÚCIO BOLONHA FUNARO, homologado pelo Ministro Edson Fachin.

Decisão de fls. 4.594/4.596, em que o Juízo determinou, entre outras providências, que se solicitasse ao Supremo Tribunal Federal cópia do Acordo de Colaboração Premiada do corréu LÚCIO FUNARO.

Às fls. 4.796/4.811, o Supremo Tribunal Federal encaminhou ofício contendo cópia dos termos de colaboração premiada nº 2, 4, 5, 6 e 7, de LÚCIO BOLONHA FUNARO, para instrução dos autos em epígrafe.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

Audiência de instrução ocorrida em 26 de outubro de 2017, fls. 4.901/4.902, na qual foi interrogado **FÁBIO FERREIRA CLETO**. O referido interrogatório foi registrado em formato audiovisual, nos termos art. 405, § 1º, do Código de Processo Penal, cuja mídia está juntada à fl. 4.903.

Audiência de instrução ocorrida em 27 de outubro de 2017, fls. 4.904/4.904v, na qual se prosseguiu com o interrogatório de **FÁBIO FERREIRA CLETO**. Interrogou-se, outrossim, **ALEXANDRE MARGOTTO** e iniciou-se o interrogatório de **LÚCIO FUNARO**. Os referidos interrogatórios foram registrados em formato audiovisual, nos termos art. 405, § 1º, do Código de Processo Penal, cuja mídia está juntada à fl. 4.905.

Audiência de instrução ocorrida em 31 de outubro de 2017, fls. 4.906/4.907, na qual se prosseguiu com o interrogatório de **LÚCIO BOLONHA FUNARO**. O referido interrogatório foi registrado em formato audiovisual, nos termos art. 405, § 1º, do Código de Processo Penal, cuja mídia está juntada à fl. 4.908.

Audiência de instrução ocorrida em 6 de novembro de 2017, fls. 4.948/4.949, na qual foram interrogados **EDUARDO CUNHA** e **HENRIQUE ALVES**. Os referidos interrogatórios foram registrados em formato audiovisual, nos termos art. 405, § 1º, do Código de Processo Penal, cuja mídia está juntada à fl. 4.950.

Foram juntados documentos da defesa de **LÚCIO FUNARO** (fls. 4.951/4.958).

A Caixa Econômica Federal requereu a sua habilitação como assistente de acusação (fls. 4.960/4.966).

O Ministério Público Federal, às fls. 4.970/5.097, na fase do art. 402 do Código de Processo Penal, requereu a juntada de atas notariais e demais documentos pertinentes ao processo, inclusive o acordo de leniência firmado com a VARIG LINHAS AÉREAS (atualmente GOL Linhas Aéreas) e a análise de dados do aparelho celular de **LÉO PINHEIRO**. Requereu ainda a perícia grafotécnica no documento de fl. 4.952.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

5748
8

A defesa técnica de HENRIQUE ALVES, fl. 5.100, na fase do art. 402 do CPP, requereu a intimação do Ministério Público Suíço, para que fornecesse os nomes dos funcionários do banco encobertos por tarjas negras nos documentos bancários encaminhado ao Brasil, bem como a juntada dos termos de colaboração premiada dos demais corrêus.

A defesa técnica de EDUARDO CUNHA, fls. 5.189/5.199, na fase do art. 402 do CPP, requereu uma série de diligências, bem como juntada de documentos (fls. 5.200/5.617).

A defesa técnica de LÚCIO BOLONHA FUNARO, fls. 5.618/5.628, na fase do art. 402 do CPP, requereu a juntada de documentos, formando-se, com esta, o Apenso IX (volumes 1 a 7) da presente ação penal.

A defesa técnica de FÁBIO CLETO, fls. 5.638/5.639, na fase do art. 402 do CPP, requereu a juntada de documentos (fls. 5.640/5.725).

Transcorrido o prazo afixado na audiência para diligências do art. 402 do CPP sem a manifestação de ALEXANDRE MARGOTTO, conforme certidão de fls. 5.726.

Decisão de fl. 5.72, na qual o Juízo indeferiu todos os pedidos de diligências formulados pelo Ministério Público Federal e pelos réus HENRIQUE ALVES e EDUARDO CUNHA. Determinou, ademais, a remessa dos autos (com 27 volumes e 53 Apensos)²⁷ ao Ministério Público Federal, para apresentação de Alegações Finais, no prazo de 12 (doze) dias.

Vieram, assim, os autos para as alegações finais da acusação.

2. INSTRUÇÃO PENAL

Inicialmente, impende frisar, do resumo do feito, o regular trâmite processual, nos moldes do devido processo legal, e com a observância dos princípios constitucionais, quais sejam, a ampla defesa e o contraditório e, nesse cenário, ofereceu o Ministério Público Federal provas veementes da materialidade e autoria dos ilícitos criminais descritos na denúncia em

27 Registre-se ainda que foi reunida a esta ação penal a Medida Cautelar nº 64300-29.2016.4.01.3400 (AC 4188/STF), que trata da quebra de sigilo telemático de Marcelo da Silva Leite, bem como a Petição nº 27976-06.2017.4.01.3400, que se refere aos pedidos de deslocamentos do réu LÚCIO FUNARO, no interesse dos autos.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

relação aos réus EDUARDO COSENTINO DA CUNHA, LÚCIO BOLONHA FUNARO, HENRIQUE EDUARDO LYRA ALVES, ALEXANDRE ROSA MARGOTTO e FÁBIO FERREIRA CLETO.

Igualmente, desde já, é importante registrar o total respeito às normas processuais penais brasileiras ao longo de toda a instrução da ação penal sob exame.

A esse respeito, destaca-se que as testemunhas de acusação foram regularmente inquiridas, bem como, no âmbito dos acusados, também todas as testemunhas foram legitimamente ouvidas, a exceção daquelas que tiveram a sua desistência requerida pelas respectivas partes e homologada pelo Juízo.

Do mesmo modo, observa-se que foi franqueado integralmente o acesso aos elementos de provas colhidos ao longo da instrução penal a todas as defesas, de modo que não há que se falar em cerceamento do direito de defesa.

Registre-se, por oportuno, que todos os termos de colaboração premiada, relacionados aos fatos emergentes da denúncia, firmados antes ou durante a instrução processual foram devidamente disponibilizados aos réus, inclusive os seus registros audiovisuais. É o caso das colaborações de Ricardo Pernambuco, Ricardo Pernambuco Júnior, Delcídio do Amaral, executivos da ODEBRECHT, ALEXANDRE ROSA MARGOTTO (réu), FÁBIO FERREIRA CLETO (réu) e LÚCIO BOLONHA FUNARO (réu).

Portanto, prejudiciais que foram aventadas em resposta à acusação relacionadas à necessidade dos registros audiovisuais foram devidamente sanadas, inclusive com a restituição dos prazos para que fossem aditadas novas respostas à acusação (no caso de colaborações firmadas antes do início da instrução) ou com a concessão de prazo para a apresentação de manifestação (como no caso da colaboração do corréu LÚCIO BOLONHA FUNARO). Outrossim, a referida documentação (bem como outras apresentadas por qualquer uma das partes) ainda pode ser objeto de manifestação, em sede de alegações finais, tanto da acusação quanto da defesa. Nesse sentido, destaca-se a inexistência de qualquer prejuízo ao contraditório e à ampla defesa do processo penal.



2.1. Preliminares

Foram ventiladas, nas respostas à acusação, diversas preliminares, que, por vezes, confundiam-se com o próprio mérito ou com questões prejudiciais à resposta, as quais, conforme acima visto, foram devidamente sanadas, com a restituição de prazo para aditamento de suas respostas à acusação.

Observa-se, outrossim, que, por meio das decisões de fls. 1.708/1.714, de fls. 2.207/2.214 e de fls. 3.540/3.544, o Juízo da 10ª Vara Federal rechaçou (e ratificou o entendimento) as questões consideradas efetivamente preliminares, de modo que determinou o prosseguimento do feito, a exceção dos fatos relacionados ao crime eleitoral (cometido pelo réu HENRIQUE ALVES) e aos crimes de violação de sigilo funcional ocorridos há mais de 4 (quatro) anos do recebimento da denúncia, em razão da prescrição.

Igualmente, nesse momento processual, não merecem prosperar as alegações preliminares das defesas, uma vez que, como já decidido, nenhuma delas é capaz de barrar o prosseguimento da ação penal e a discussão de mérito sobre os fatos aduzidos na inicial.

2.2. Mérito – comprovação dos fatos narrados na denúncia

Após o exame das preliminares, cumpre ressaltar, adicionalmente, que **a referida denúncia**, a despeito de abordar o *modus operandi* dos ilícitos praticados em detrimento da Caixa Econômica Federal (CEF), **cinge-se à imputação de parte apenas dos ilícitos revelados, notadamente ao pagamento de vantagem indevida e lavagem de ativos dos 4% do total de propinas destinadas a FÁBIO CLETO, feitos mediante o depósito da CARIOCA ENGENHARIA, no exterior e duas vezes por valores em espécie, bem como aos valores indevidos pagos a HENRIQUE EDUARDO ALVES, pela CARIOCA ENGENHARIA, no exterior, e a correspondente lavagem de recursos (por três vezes). Também são imputados os fatos capitulados como lavagem de capitais decorrentes das operações ilícitas de FÁBIO CLETO (da qual tinham ciência os denunciados).**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

Esclarece o MPF, portanto, que a não inclusão de outros fatos ou pessoas na aludida denúncia ora ofertada não implica arquivamento implícito, considerando que as investigações a respeito dos fatos não imputados neste processo ainda prosseguem no âmbito do próprio Ministério Público Federal e da Polícia Federal.

Pois bem.

Após todo o trâmite processual, observa-se que os fatos informados e comprovados inicialmente pelo réu FÁBIO CLETO, em sede de colaboração premiada, foram reafirmados por outros colaboradores, como ALEXANDRE MARGOTTO e LÚCIO BOLONHA FUNARO, além de terem sido comprovados pelos fatos documentos juntados a esta denúncia e pelas demais testemunhas, quando inquiridas.

Em primeiro lugar, registre-se que os fatos narrados na denúncia estavam devidamente comprovados já no momento do ajuizamento, especialmente por provas documentais que demonstram o pagamento de propinas no exterior. A seguir, no curso da instrução, os laudos referentes aos celulares apreendidos de FÁBIO CLETO e EDUARDO CUNHA também foram claros e fundamentais para demonstrar as tratativas ilegais que alcançaram as operações com recursos do FGTS e CEF. Finalmente, outros documentos e depoimentos decorrentes de colaborações premiadas também foram se agregando ao conjunto probatório, não deixando nenhuma dúvida sobre os crimes que são objeto deste processo.

Ficou comprovado nestes autos, pelos elementos probatórios, assim como atualmente vem sendo descortinado em diversas operações realizadas, como é o caso das denominadas operações Sépsis, Cui Bono, Patmos e Lava Jato, entre outras, um esquema criminoso que utiliza ardilosamente a Administração Pública como forma de obter vantagens indevidas. Participavam desse conluio políticos, agentes públicos, operadores financeiros, empresários e outros agentes privados.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

5750
8

No caso dos autos (Operação Sépsis), especificamente, observou-se a atividade irrestrita de uma suborganização criminosa²⁸, a qual buscou atuar ilícitamente dentro do banco público CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF). Para tanto, atuaram EDUARDO COSENTINO DA CUNHA e HENRIQUE EDUARDO LYRA ALVES, políticos que indicaram e sustentavam o cargo de FÁBIO CLETO, agente público atuante na CEF que atendia a demandas ilícitas dos demais acusados. Também em comunhão de propósitos e divisão de tarefas, atuavam LÚCIO BOLONHA FUNARO e ALEXANDRE MARGOTTO, agentes privados que tratavam (assim como EDUARDO CUNHA) junto às empresas (especialmente LÚCIO BOLONHA FUNARO) e /ou solicitavam/aceitavam a promessa do recebimento de vantagem ilícita.

Com a finalidade de rememorar o esquema criminoso e os fatos que importam em tipos penais, é importante traçar, assim como na exordial, o contexto a partir do qual FÁBIO CLETO foi nomeado Vice-Presidente de Fundos de Governo e Loterias (VIFUG) e passou a atuar no esquema criminoso.

FÁBIO CLETO confirmou, em seu interrogatório, que conheceu LÚCIO FUNARO em meados de 2010, por intermédio de ALEXANDRE MARGOTTO. O depoimento de MARGOTTO e FUNARO foram no mesmo sentido.

Tanto CLETO quanto MARGOTTO foram sócios da empresa ETROS ADMINISTRADORA DE RECURSOS E VALORES MOBILIÁRIOS, quando aquele saiu do banco ITAÚ, em 2010. CLETO passou a administrar, por cerca de 6 (seis) meses, antes de entrar no banco público, a respectiva empresa, que era responsável por administrar fundos de investimentos.

Ao mesmo tempo da criação da ETROS, MARGOTTO e CLETO também criaram um fundo de investimento de capital estrangeiro, denominado AQUITAINE, que passou a ser gerido pela ETROS. Os valores do Fundo AQUITAINE, que posteriormente foram remetidos a conta de uma *offshore* denominada ROCKFRONT e, após, a outra *offshore* administrada por LÚCIO FUNARO, eram de recursos não declarados às autoridades e, conforme confirmado pela denúncia, **provenientes de operações de mercados feitas por**

28 Utiliza-se a referida denominação porque, conforme denunciado junto ao Supremo Tribunal Federal, a organização criminosa é composta de demais integrantes, não denunciados nesta ação penal.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

FÁBIO CLETO não permitidas, uma vez que havia conflito de interesses entre a sua função, no banco ITAÚ, e operações em conta própria. Para isso, utilizava-se da corretora de ALEXANDRE MARGOTTO para operar no mercado.

Pois bem.

Nesse período (da criação da ETROS e do fundo AQUITAINE), segundo semestre de 2010, CLETO foi apresentado a FUNARO (amigo de faculdade de MARGOTTO), o qual, vendo a perspectiva de se associar ao Fundo AQUITAINE, possibilitou a FÁBIO CLETO e a ALEXANDRE MARGOTTO, como forma de se relacionar, a administração da sociedade (MARGOTTO e CLETO) dentro de seu escritório.

Ao final do mesmo ano, FUNARO comunicou a CLETO a possibilidade de obter acesso a um cargo na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, ocasião em que, interessado nessa oferta (no ano de 2011), CLETO entregou seu currículo a LÚCIO FUNARO.

Relata FÁBIO CLETO, em seu interrogatório (a partir dos 35min), que FUNARO lhe teria dito que iria encaminhar seu currículo a quem FUNARO tinha bastante proximidade e um bom relacionamento, o então deputado EDUARDO CUNHA, que o repassaria a HENRIQUE ALVES (líder do PMDB da Câmara), por ser um cargo, segundo lhe relatou FUNARO, destinado ao 'PMDB da Câmara'.

É importante frisar que não houve controvérsias quanto ao cargo ser de destinação do PMDB da Câmara. EDUARDO CUNHA, em seu interrogatório, afirma:

"EDUARDO CUNHA – Agora, é importante dizer o seguinte, o cargo da Caixa, eu já aproveito e já vou antecipando e vou respondendo algumas coisas que Vossa Excelência vai me perguntar, o cargo da Caixa ele foi oferecido pelo governo, ele nunca foi pedido pela gente [PMDB]. O que aconteceu pura e simplesmente é o seguinte, esse cargo da Vice-Presidência de Fundos de Governo e Loteria ele era ocupado, como o senhor já viu aqui na sucessão probatória, pelo ex-governador do Rio de Janeiro, atual ministro, Moreira Franco, que foi colocado para, que é importante até historiar um disso. Em 2006 o PMDB não apoiou a reeleição de Lula para a Presidência da República. Em 2007 a



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

5751
↓

gente fez um acordo de apoiar o governo. E nesse acordo de apoiar o governo foi feita uma participação, foi aí que, por exemplo, o Geddel virou ministro da Integração, foi aí que o PMDB indicou ao Ministério da Agricultura o Reinhold Stephanes, foi virar ministro, foi aí que o Temporão virou ministro da Saúde em nome do PMDB, foi aí que foram ocupados alguns cargos, outros de segundo e terceiro escalão. E nessa colocação o Michel queria arrumar um cargo qualquer para o Moreira, e o Moreira não tinha essa penetração, nem a bancada gostava dele, e a bancada não indicaria Moreira para absolutamente nada, e a bancada não indicou. Então, o Michel por conta dele nomeou o Moreira Franco diretamente com o Lula, e deu esse cargo da Vice-Presidência de Fundos de Loterias de Governo. O PMDB nessa época tinha a Vice-Presidência de Pessoas Jurídicas, que era da bancada do centro-oeste, não era ainda a época do Geddel, o Geddel foi depois, isso foi em 2007, que ocupada pelo indicado do Filipelli e da bancada do centro oeste. Tinha a Vice-Presidência de Pessoas Físicas que aí já era indicado pelo Sarney, que era o Fábio Lenza, e tinha uma outra Vice-Presidência que eu não me recordo, além dessa de Fundos que o Moreira foi ocupar, quando o Moreira, em 2010 o PMDB entra na chapa onde o Michel vai ser candidato a vice da Dilma, o Moreira Franco foi escolhido pelo Michel para representar o PMDB, porque o Michel era o presidente do PMDB. Foi escolhido pelo Michel para representar o PMDB na campanha, na coordenação da campanha presidencial. Aí o Moreira relutou muito, não queria sair do cargo, acabou saindo. E o imediato dele, que era o Joaquim Lima ele efetivou no cargo e não tem essa história que ele houve aqui na instrução probatória, de dizer que ele ficou respondendo porque o cargo era de baixo. Não, ele foi nomeado, pode pegar o ato no Diário Oficial que ele foi nomeado. Até porque ele nomeou o cara do cargo dele, em substituição a ele, se ele estivesse acumulando ele estava acumulando com os dois cargos, o de superintendente e o de vice-presidente. Então, o Joaquim Lima foi colocado pelo Moreira, tanto pela confiança dele, como o Moreira é ministro e ele é o secretário executivo do Ministério hoje, você vai me



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

dizer que não é da confiança é querer enganar qualquer um. Então, o Joaquim Lima foi, e o que aconteceu? Nas discussões quando começou o governo da Dilma, em 2011, as discussões normais da ocupação dos cargos do PMDB elas eram feitas pelo Henrique Alves, que era o líder do PMDB na Câmara ainda naquele momento, pelo Renan Calheiros que era o líder do PMDB no Senado, e pelo Michel Temer que era o vice-presidente da República, e presidente do PMDB. E eles faziam essas conversas, tinham várias rodadas de conversa com o Palocci, que era o chefe da Casa Civil. Então, nessas conversas foi colocado nas discussões de cargo: mas você já tem esse cargo na Caixa. Ele falou assim: mas que cargo, esse cargo não é nosso. Não, o cargo é do Moreira, o Joaquim Lima é de vocês. Aí o Henrique colocou, colocou não: O Joaquim não foi indicado pelo PMDB. Não, então vocês indicam outro nome e esse cargo é de vocês. Vocês indiquem outro nome, esse cargo, para o governo, ele é do PMDB, então indico esse nome para poder ocupar esse cargo. Foi assim que aconteceu, a ordem, não foi pedido pela gente. E aí o que aconteceu? Quando o Henrique vinha sempre trazer essas questões das reuniões, e eu comunicava e todos nós da bancada, foi pego: então, o que vai acontecer? Havia uma pessoa que justamente nessa Vice-Presidência que era ocupava, indicada pela bancada dos Filipelli, de pessoa jurídica, a senhora Deusdina era superintendente dessa área nesse período. Então, vivemos um consenso, já está lá, já estou junto com o PMDB. O único indicado de Moreira Joaquim Lima é de vocês aí ele falou colocou não o Joaquim não foi indicado era o Jean.

JUIZ – E depois aqui?

EDUARDO CUNHA – Eu vou chegar num histórico, vou bater nela hoje. A Deusdina era superintendente da área de Vice-Presidência de pessoa jurídica. Então, nós indicamos, o nome escolhido pelo PMDB era a Deusdina. Só que eles pediram para mandarem três nomes. E aí o segundo nome na época era o superintendente, se eu não me engano, da Caixa, que eu não me recordo o nome, foi indicado até por outra



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

5752
6

peessoa. Assim, eu só tenho uma vaga memória, eu acho que foi até por causa da Odebrecht que tinha indicado esse nome, alguém da demanda que tinha indicado esse nome como sendo um técnico bom. Aí, tira o meu nome ali Jean. Aí botou o segundo nome, e pegaram um nome que não era da Caixa, terceiro nome que tinha ali no banco de currículos, e saiu o nome do FÁBIO CLETO, eu não sei porque o FÁBIO CLETO foi indicado pelo LÚCIO.

(...) Aí indicamos os três nomes e o senhor Mantega escolheu o FÁBIO CLETO.

JUIZ – Quem (ininteligível 00:46:41)?

EDUARDO CUNHA – Foi o Moreira, do PMDB, igual fazia para todos os cargos, como fazia para todos os cargos. Não tem aí, não dá para atribuir essa responsabilidade, o Henrique comunicou que o cargo era da bancada e falou: escolham os currículos aí, vê aí. Daí debatemos: nós vamos indicar a Deusdina. Tanto é verdade que depois se criou o cargo de diretor de cada Vice-Presidência, não tinha um cargo de diretor. Naquela época eram Vice-Presidências e era a Superintendência, o cargo de diretor foi criado em 2011, cada Vice-Presidência passou a ter um diretor. Qual foi o nome que nós indicamos para a diretoria? A Deusdina, ela virou diretora do FÁBIO CLETO.

(...)

JUIZ – O PMDB tinha diversos cargos então neste governo?

EDUARDO CUNHA – Tinha diversos cargos nesse governo.

JUIZ – Caixa Econômica e outros locais?

EDUARDO CUNHA – Na Caixa Econômica já tinha ... a Caixa Econômica tinha, e nisso só estamos falando, dessa discussão que aconteceu com o FÁBIO CLETO, já no início do governo Dilma, em 2011. Neste momento o PMDB tinha pela bancada da Câmara duas vices. Ou melhor, a do Moreira Franco, que estava colocada perante o governo como se fosse a Bancada da Câmara que foi o Michel Temer



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

que nomeou, e a do ... aliás, a Vice-Presidência de Pessoa Jurídica da Caixa, que foi, que era indicada pelo Filipelli a banca do centro-oeste. Que a gente dividia a bancada em três bancadas: a gente dividia, que era as três maiores bancadas do PMDB na Câmara, era a bancada do Rio de Janeiro, era a bancada de Minas Gerais, e a bancada do centro oeste. Eu coordenava a bancada do Rio de Janeiro, primeiro o deputado Fernando Diniz e depois o atual vice-governador de Minas Gerais, Antônio Andrade, comandavam a bancada de Minas Gerais, e o Tadeu Filipelli comandava a bancada do centro oeste.(...)” (grifo nosso)

Ainda que se ventile a hipótese de que tal cargo foi concedido ao PMDB da Câmara, e não pedido pelo partido, o importante é que o cargo era indicado e mantido para atender aos interesses criminosos dos acusados. E as provas coligidas aos autos indicam que a bancada do PMDB na Câmara, inclusive EDUARDO CUNHA (um dos líderes na Câmara dos Deputados), tinha um precioso interesse por continuar com o referido cargo, conforme denunciado. É o que se extrai de um documento encontrado na Residência Oficial do Presidente da Câmara, na Península dos Ministros²⁹(item 15):

²⁹ Documento analisado por meio do Relatório de Análise de Material Apreendido nº 01/2016 e 15/2016 (Auto de Apresentação e Apreensão EQUIPE – DF 07 (Vol. 18, mídia de fl.3.747, da Ação Cautelar nº 4.044)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

5753
8

OP. CATELUNARIAS
EQUIPE DF-07
ITEM 15

Cargos da Bancada da Câmara

- 1) CEF_ VIFUG- Vice Pres De Fundos e Loterias- MANTER
- 2) CEF-VILOG-Vice Pres Logística- TRDCAR por outra, a VITER
- 3) CEF Vice Pres pessoas jurídicas-Manter cargo,mas trocar nome
- 4) DNPM- MANTER cargo,mas trocar nome
- 5) DNCOS- Manter cargo
- 6) FUNASA-Ficar com a bancada da Câmara
- 7) Secretaria de defesa agropecuária do Min Agricultura, Manter cargo trocando ou não o nome.
- 8) INFRAERO- diretoria comercial MANTER
- 9) Delegacias da Agricultura,Manter nos estados que não tiver Senador PMDB

NOVAS DEMANDAS :

- 1) INFRAERO
- 2) CIAS DOCAS nos ESTADOS
- 3) SUDAM
- 4) SUDECO
- 5) 1 vice Banco do Brasil
- 6) 1 diretoria BNDES
- 7) Recuperar uma diretoria CODEVASF
- 8) EMBRATUR

Tal documento indica que a VIFUG, área de CLETO, deveria ser mantida pelo PMDB em uma posterior escolha de novos Vice-Presidentes. Registre-se, por oportuno, que o mesmo documento também foi encontrado, em formato digital, no disco rígido (item 94) da mesma residência e, conforme relata a perícia, foi o arquivo criado em 2015, pelo Autor EDUARDO CUNHA:



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

OBSERVAÇÃO:

O arquivo correspondente ao impresso apreendido foi encontrado no disco rígido da marca WESTERN DIGITAL, modelo WD5000LPVX, série WX31AA324623, integrante do computador integrado com monitor, marca LG IPS LED, S/N 4011BZPS000632, também apreendido na residência oficial do presidente da Câmara (item 94 da apreensão), sendo que seus dados foram extraídos pela perícia (Laudo Pericial 2217/2015-INC/DITEC/DPF).

Referido material foi analisado, constando no RELATÓRIO DE ANÁLISE DE MATERIAL APREENDIDO Nº 01/2016 (Pág. 18), da lavra do APF AMAURY RIBEIRO NETO.

O nome do arquivo constante em referida mídia é "Cargos da Bancada da Camara.docx", apresentando as seguintes propriedades (Metadados):

Propriedades *	
Tamanho	12,4 KB
Páginas	1
Palavras	111
Tempo Total de Edição	13 minutos
Título	Adicionar um título
Marcas	Adicionar marca
Comentários	Adicionar comentários
Modelo	Normal
Status	Adicionar estado
Categorias	Adicionar categoria
Assunto	Especificar assunto
Base de Hipertext	Adicionar links
Empresa	Especificar empresa

Datas Relacionadas	
Última Modificação	01/01/2015 13:17
Criada em	01/01/2015 13:25
Última Impressão	01/01/2015 13:37

Pessoas Relacionadas	
Gerente	Eduardo Cunha
Autor	Eduardo Cunha
Última Modificação por	Eduardo Cunha

Considerando a premissa de que se trata do mesmo documento, podemos admitir que o mesmo foi criado em 01/01/2015, tendo sido impresso na mesma data, constando como autor "Eduardo Cunha".

A conclusão de que o documento apreendido tem como origem o arquivo constante no Computador apreendido converge mais ainda quando se considera o fato de ocorrerem mesmos erros de grafia, citando como exemplo o item "8) INFRA-ESTRUTURA comercial MANTER", o qual consta tanto no arquivo em meio digital como no documento impresso.

Os fatos e dados expostos denotam o interesse do Deputado Eduardo Cunha na indicação de cargos, em especial junto à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, expressos, inclusive por meio de produção de textos em editores eletrônicos.

Veja-se, portanto, que tal cargo era estratégico para que EDUARDO CUNHA continuasse na prática de ilícitos.

Retoma-se.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

5754
8

O currículo de CLETO foi enviado por HENRIQUE ALVES para o Chefe da Casa Civil e, poucos dias após, FÁBIO CLETO foi chamado para uma entrevista em Brasília com o Ministro da Fazenda, Guido Mantega. Dias após, houve a publicação, no Diário da União, do cargo a ser ocupado por FÁBIO CLETO.

No mesmo dia em que a nomeação de FÁBIO CLETO, FUNARO o chamou no escritório por intermédio de ALEXANDRE MARGOTTO. Em frente ao escritório, em um carro estacionado, MARGOTTO apresentou três vias de uma carta de renúncia ao cargo de Vice-Presidente da Caixa, como se tivesse sido escrita por FÁBIO CLETO, endereçadas a HENRIQUE ALVES. MARGOTTO informou que FÁBIO CLETO deveria assinar as cartas sob pena de ser exonerado, tendo este último assim procedido.

Tais fatos, narrados no exordial, foram confirmados por todos aqueles que efetivamente participaram do ato, principalmente por ALEXANDRE MARGOTTO (a partir dos 57 min do seu interrogatório) e por LÚCIO FUNARO, que, inclusive, anexou as referidas cartas às fls. 4.956/4.957. Tais documentos, conforme narram em seus interrogatórios, serviriam como uma espécie de “garantia”: caso qualquer solicitação não fosse acatada por CLETO, LÚCIO FUNARO utilizaria a carta, levando à renúncia do cargo e à indicação de outra pessoa para continuar com o esquema criminoso.

Nesse sentido, FÁBIO CLETO teve a consciência de que teria que atender as solicitações tanto de LÚCIO FUNARO quanto de EDUARDO CUNHA. MARGOTTO, da mesma forma, tinha ciência da carta e da forma como deveria se portar FÁBIO CLETO, no âmbito da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

FÁBIO CLETO foi então efetivamente nomeado Vice-Presidente de Fundos de Governo e Loterias (VIFUG), responsável por três Superintendências: a Superintendência do FGTS (SUFUG), a Superintendência de Loterias (SUALO) e a Superintendência de Fundos de Governo (SUFUS).

É importante, para compreender o interesse na nomeação de FÁBIO CLETO, rememorar, em linhas gerais, as suas atribuições na Caixa Econômica Federal.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

Até 2008, os valores do FGTS dos trabalhadores eram investidos apenas por meio de “operações tradicionais”, ou seja, havia linhas para agentes financeiros (Bancos, financeiras, etc.) que repassavam os valores para os mutuários, tomadores finais. Inicialmente, os valores somente poderiam ser repassados para a habitação, tendo ocorrido posterior ampliação para transporte e saneamento.

Desde 2008, além das operações tradicionais o FGTS passou a se valer de operações de mercado, ou seja, passou a se utilizar de ativos mobiliários para lastrear o repasse dos recursos do FGTS. Destarte, iniciaram-se duas formas de investir os valores do FGTS: **a primeira por meio do FI-FGTS e a segunda por meio das chamadas Carteiras Administradas**. Ambas são veículos de investimentos dos valores do FGTS, mas com particularidades e procedimentos próprios.

Por sua vez, o FI-FGTS é um Fundo, criado em 2008, que investe em infraestrutura, mais especificamente em sete setores: rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, hidrovias, saneamento e energia. O FI-FGTS foi criado em 2008, com dois objetivos primordiais: fomentar o mercado de trabalho e servir como *funding* de longo prazo de projetos de infraestrutura.

O FI-FGTS possui duas formas de investimentos: ou por meio de investimento direto na empresa (*equity*) – no qual o FI-FGTS passa a ser sócio da empresa, até um percentual de 49,9% - ou por meio de dívida da empresa (*debt*), que basicamente significa a compra de debêntures ou outros instrumentos de dívida emitidos pela empresa – situação na qual o FI-FGTS passa a ser credor da empresa.

As decisões de investimentos são feitas por um Comitê de Investimento, composto por doze membros, sendo seis da iniciativa privada, dos quais três representantes dos empregadores e três dos trabalhadores, e seis do governo: um representante do Ministério da Fazenda, um do Ministério das Cidades, um do Ministério do Trabalho, um do Ministério do Planejamento, um do Ministério da Indústria e Comércio e um da Caixa. FÁBIO CLETO era o representante da Caixa no Comitê de Investimentos.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

3755
0

Inicialmente, foi estabelecido que a Vice-Presidência de Gestão de Ativos de Terceiros da CEF (VITER) seria a Administradora do Fundo. A Administradora do Fundo responde por todas as questões do Fundo perante a CVM e o BACEN, além de estruturar os projetos a serem alocados no FI-FGTS. Estruturar os projetos significa receber uma empresa interessada em tomar recursos do Fundo, fazer análise da viabilidade do projeto e do tomador e, em caso de interesse mútuo (da empresa e do Fundo), estruturar a operação, ou seja, discutir com a empresa todas as condições da operação.

No caso do FI-FGTS, a empresa é recebida inicialmente pela VITER, sediada em São Paulo. A VITER, depois de entender viável o projeto, faz a sua apresentação para o Comitê de Investimentos e expõe as condições mais gerais da operação e da empresa, por meio de um relatório chamado ROPI – Relatório de Oportunidade de Investimento. O procedimento da estruturação da operação somente é possível com a aprovação do ROPI pelo Comitê de Investimentos por no mínimo $\frac{3}{4}$ dos presentes. Aprovado o ROPI pelo Comitê de Investimentos, a VITER prossegue na estruturação da operação e deve apresentar um novo relatório ao Comitê de Investimentos, denominado REFI – Relatório Final de Investimentos, com todos os detalhes da operação. Novamente o REFI deve ser aprovado pelo Comitê de Investimentos, por $\frac{3}{4}$ dos presentes, o que significa a aprovação da operação.

Cumpra aqui retomar um ponto importante.

Conforme visto, o cargo de Vice-Presidente de Fundos e Loterias (VIFUG) era, conforme várias testemunhas relataram em seus depoimentos (além do próprio EDUARDO CUNHA, em seu interrogatório), um cargo de **indicação política**. E, além de ter sob seu controle a indicação e manutenção do cargo da chefia da VIFUG, também os acusados controlavam, por conseguinte, a cadeira destinada à Caixa Econômica Federal no Comitê de Investimentos do FI-FGTS.

Isso porque, conforme narrou a testemunha JORGE HEREDA (a partir da 01h00 de seu depoimento), era tradição indicar, para os conselhos relacionados ao FGTS, alguém que atuasse junto a uma Vice-Presidência segregada (que é o caso da VIFUG). Os valores do FGTS, consoante acima se viu, eram agenciados pela VITER e pela VIFUG, Vice-Presidências (VRs)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

segregadas das demais VPs da CEF. Logo, como tradição (colocada por HEREDA), dentro do comitê de investimentos do FI-FGTS, deveria ser o representante da CEF aquele que efetivamente tratava sobre o tema, no caso, alguém da VIFUG, como efetivamente ocorreu.

FÁBIO CLETO, no Comitê de Investimentos, a despeito de ser apenas um entre dentre 12 (doze) membros, poderia (e efetivamente o fez) postergar operações e votar contra, ou a favor, de projetos, **no interesse do esquema criminoso**, além de colocar argumentos de forma a sensibilizar os outros conselheiros sobre pontos favoráveis ou desfavoráveis da operação até mesmo porque vários conselheiros não eram do mercado financeiro, ao contrário dele. Em resumo, FÁBIO CLETO exercia seu papel conforme era demandado pelos réus EDUARDO CUNHA e LÚCIO FUNARO (este último contando com o auxílio de ALEXANDRE MARGOTTO, o qual tinha conhecimento dos ilícitos e mantinha uma relação harmoniosa com CLETO, necessária principalmente após a discussão entre este e FUNARO).

Da mesma forma ocorria na Carteira Administrada.

A Carteira Administrada tem outro procedimento de investimento dos valores do FGTS. A Carteira Administrada pode alocar os valores em quatro tipos de ativos: debêntures, Fundos Imobiliários, FIDIC (Fundos de Direitos Creditórios) e CRI (Certificado de Recebíveis Imobiliários). Dessarte, não pode investir em *equity*, ou seja, não pode virar sócia de empresas. Além disso, as finalidades são apenas três, ou seja, são três Carteiras distintas: Carteira Administrada Transporte, Carteira Administrada Habitação e Carteira Administrada Saneamento.

O procedimento das Carteiras passa inicialmente pelo enquadramento da operação feito pela VIFUG (Vice-Presidência de Fundos de Governo e Loterias), área de FÁBIO CLETO. O enquadramento significa receber a empresa e verificar se o projeto se enquadra e respeita todas as regras estabelecidas para as Carteiras, previstas em normativo editado pelo Ministério das Cidades. Efetuado o enquadramento, esse documento é enviado para a VITER, a qual inicia as tratativas com a empresa, para estruturar a operação. Estruturada a operação, a aprovação é feita internamente na Caixa em dois conselhos: Conselho da VIFUG e Conselho da VITER.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

5756
8

Os dois conselhos têm a mesma composição: Presidente da Caixa, Vice-Presidente da REDE, Vice-Presidente de Risco, Diretor Jurídico e o Vice-Presidente da VIFUG ou VITER. Portanto, em cada conselho somente muda o Vice-Presidente. E os membros de ambos são da Caixa, de modo que na Carteira Administrada não há a aprovação pelo Comitê de Investimentos, sendo uma decisão interna da instituição financeira. Como a maioria dos membros dos Conselhos da VIFUG e da VITER eram os mesmos, salvo o Vice-Presidente da área, as deliberações passaram a ocorrer em reuniões conjuntas dos Conselhos. Após a aprovação nos dois conselhos, estava aprovada a operação.

Mesmo quando a operação começava em outra vice-presidência, na VITER, FÁBIO CLETO sabia da tramitação dos projetos. Isso porque havia uma instância interna chamada Comitê de Recepção de Projetos, onde eram apresentados pela VITER todos os projetos recebidos. Na reunião do Comitê de Recepção havia a participação de membros da VIFUG, inclusive de subordinados a FÁBIO CLETO, que posteriormente lhe informavam sobre tais projetos. Então, FÁBIO CLETO tinha conhecimento não apenas dos projetos que estavam na VIFUG, mas também de projetos que estavam inicialmente na VITER.

Sobre a forma técnica como eram pautados os projetos, ou como ocorria a tramitação dos projetos, as oitivas de diversos representantes da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, tanto atuais quanto da época dos fatos, são esclarecedoras e, embora muitos apontem que o voto de CLETO representava um entre cinco (no caso das carteiras administradas) e um entre doze (no caso do FI-FGTS), frisa-se que, conforme acima exposto, CLETO, além de poder postergar a tramitação com pedido de vista e tentar convencer os demais conselheiros, direcionava seus atos de acordo com o interesse do esquema criminoso e assim definia seu voto.

Quando assumiu essa Vice-Presidência (VIFUG), por indicação de FUNARO a CUNHA, FÁBIO CLETO não conhecia pessoalmente EDUARDO CUNHA.

A partir disso, CLETO e CUNHA foram apresentados e, semanalmente, aquele repassava a este informações sobre projetos em trâmite nas áreas segregadas da CAIXA (VITER e VIFUG) – conforme narraram em juízo o próprio CLETO e a testemunha Marcelo da Silva Leite, que trabalhou como seu motorista. CUNHA, nas mesmas reuniões semanais com CLETO,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

orientava como proceder em relação a cada projeto, de acordo com o interesse do então parlamentar. O interesse era, em geral, de ordem econômica, isto é, mediante o pagamento de propina determinada pelo então deputado, que determinava posicionamento positivo em relação ao projeto em questão.

Frisa-se que EDUARDO CUNHA, conforme narra o colaborador LÚCIO FUNARO (interrogatório a partir dos 29 min), **já tinha o conhecimento de que o cargo na VIFUG iria servir para o recebimento de vantagem indevida**, uma vez que, antes mesmo de FÁBIO CLETO assumir, já teriam ocorridas, no ano de 2009, operações com o recebimento de vantagem indevida, como é o caso de operações relacionadas ao grupo BERTIN³⁰. Assim, a Vice-Presidência da CEF em questão era considerada pela organização criminosa do PMDB uma espécie de “ativo” que, explorado com inteligência e esperteza, geraria um fluxo de caixa contínuo de vantagens indevidas.

Além disso, FUNARO (ver seu interrogatório a partir de 00:31:00) foi claro ao afirmar que EDUARDO CUNHA repassava valores (vantagens indevidas decorrentes das próprias operações das carteiras administradas e do FI-FGTS, assim que aprovadas) a diversos políticos, entre eles, HENRIQUE ALVES. Dessa forma, o “ativo” em questão (domínio sobre a VIFUG) renderia um fluxo contínuo de propinas para a organização criminosa do PMDB da Câmara.

Segundo também restou evidenciado pela instrução processual, o então deputado HENRIQUE ALVES recebeu vantagens indevidas (propina) em inúmeras e infundáveis oportunidades, conforme narra o colaborador FUNARO, e de diversas formas, inclusive dinheiro em mãos, ou por outras vias, como por intermédio de seus funcionários (Wellington e Norton) e em contas no exterior, como é o caso desta denúncia. Dessa forma, os fatos narrados na exordial do presente processo não são um ponto fora da curva na vida política e criminal de HENRIQUE ALVES; representam, ao contrário, o dia a dia delituoso de quem tinha uma vida voltada ao crime, à assunção e manutenção de poder por vias ilícitas e ao locupletamento indevido.

30 Operação que não é objeto desta denúncia.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

5757
8

O envio de Wellington e Norton como emissários de HENRIQUE ALVES para o recebimento cotidiano de propinas foi inclusive confirmado pelo próprio mencionado réu, embora atribuisse a busca por valores junto a FUNARO como sendo a título de “mera” doação eleitoral ilícita, sem contrapartidas.

Nesse contexto é que FÁBIO CLETO, LÚCIO FUNARO, ALEXANDRE MARGOTTO, EDUARDO CUNHA e HENRIQUE ALVES, cada qual com suas tarefas, orquestraram o esquema criminoso pelo qual praticaram corrupção passiva, lavagem de capitais, violação de sigilo funcional e prevaricação. **Tais fatos foram confirmados pelo robusto acervo probatório, que continuarão a ser analisados a seguir.**

Desde já, rememore-se o interrogatório de FÁBIO CLETO, em seus pontos principais (alguns já informados acima), o qual, confirmando absolutamente o que já dissera em sede de colaboração premiada e o que consta na denúncia, narrou, em síntese:

1. QUE saiu do Itaú em 2010, após o que passou a gerenciar seu próprio fundo de investimento em conjunto com ALEXANDRE MARGOTTO, quando então conheceu LÚCIO FUNARO, que era amigo de MARGOTTO. Passaram a trabalhar no mesmo escritório, no segundo semestre desse ano. No final daquele ano, FUNARO acenou com a possibilidade de assumir cargo público no mandato de Dilma, que se iniciaria no ano seguinte;

2. QUE entregaria seu currículo a FUNARO, que o repassaria a CUNHA, o qual apresentou efetivamente ao líder do PMDB na Câmara HENRIQUE ALVES, que demandou sua nomeação ao Min. da Fazenda, Guido Mantega. Este o entrevistou e, uma semana depois desse encontro, seu nome saiu do Diário Oficial da União;

3. QUE FUNARO entregou uma carta de demissão a CLETO para ser assinada, para ser usada como garantia.

4. QUE MARGOTTO levou 3 ou 4 vias para ser assinada, carta endereçada a HENRIQUE ALVES, no dia de sua nomeação;

5. QUE ficou na CEF de abril de 2011 a dezembro de 2015;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

6. QUE passou a se manifestar em aprovações de investimentos do FGTS sob ordens de CUNHA e FUNARO;

7. QUE confirma ter atuado sob ordens de FUNARO e CUNHA em todos os casos mencionados na denúncia;

8. QUE o processamento dos investimentos deveria ter se desenvolvido sob sigilo;

9. QUE não cobrava propina diretamente das empresas, pois eram cobradas diretamente por CUNHA e FUNARO, sendo que apenas repassava todas as informações à dupla e atuava sob o comando deles;

10. QUE sua briga com FUNARO ocorreu em dezembro de 2011 e que, após tal briga, ou seja, a partir de janeiro de 2012, seu relacionamento mais estreito passou a ser com CUNHA;

11. QUE o investimento em debêntures da Haztec (saneamento relacionado à carteira administrada) foi **um primeiro que envolveu o pagamento de propina na sua gestão**, em 2011, sendo que a VIFUG fazia ao enquadramento da operação e a VITER estruturava a operação e devolvia para a VIFUG, que convocava a reunião do Conselho da VIFUG e do Conselho da VITER para deliberação sobre o investimento;

12. QUE tal operação já estava em andamento quando chegou na CEF, mas não estava aprovada ainda;

13. QUE a ordem de aprovação veio diretamente de MARGOTTO e FUNARO. Que a propina nesse caso foi planilhada com FUNARO. Que não sabia como era dividida a propina;

14. QUE R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) foi sua parte de propina nesse caso;

15. Que FUNARO passaria a parte da propina de MARGOTTO;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

5758
8

16. QUE, no que diz respeito ao Comitê de Investimento do FI-FGTS, seu voto não era decisivo, mas era importante, relevante;

17. Que, a princípio, não sabia do percentual de propina cobrada das empresas; posteriormente, FUNARO e CUNHA lhe informavam qual teria sido o percentual;

18. QUE, em regra geral, da propina cobrada, 4% era a sua parte;

19. QUE existiam formas de postergar as aprovações, como pedidos de vista, pedido de novas informações;

20. QUE, no caso das carteiras administradas, era mais fácil atrasar a aprovação, pois o rito dependia da VIFUG;

21. QUE, segundo FUNARO lhe contou, 80% da propina ficava com CUNHA e seu grupo, não sabendo como era dividida tal propina;

22. QUE, com relação ao caso Porto Maravilha, esclarece que não conhecia Ricardo Pernambuco, pai ou filho;

23. QUE, por ordem de CUNHA, nesse caso, retardou por 3 semanas a aprovação;

24. QUE CUNHA lhe disse que cobrou 1,5% de propina;

25. QUE recebeu, em parcelas, R\$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais) de propina em relação a esse investimento, sendo que FUNARO foi quem fez a contabilidade da propina desse caso;

26. QUE tal operação já tinha sido aprovada antes por Moreira Franco ou Joaquim Lima, que o antecederam na VIFUG;

27. QUE, porém, quando entrou na CEF, Marcos Vasconcelos [Vice-Presidente da VITER] disse que deveria ser reprovada a operação, por conta de modificações no preço mínimo do leilão dos CEPACs, que constava no voto anteriormente aprovado;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

28. QUE havia outras questões pequenas no voto anterior, devendo o projeto ser reescrito e novamente votado;
29. QUE o voto da VITER já tinha sido refeito;
30. QUE faltava o voto da VIFUG [área de CLETO];
31. QUE comunicou isso a CUNHA, o qual pediu para esperar para emitir o voto;
32. QUE confirma a reunião no hotel Mofarrej, em que estavam Léo Pinheiro e outros representantes das empreiteiras consorciadas para investirem no projeto do Porto Maravilha, além de CUNHA, para tratar da referida operação;
33. QUE ficou lá 10 minutos;
34. QUE Léo Pinheiro foi inclusive quem abriu a porta;
35. QUE, em uma ou duas semanas depois, CUNHA determinou que fosse liberado o voto favorável, com as modificações pedidas;
36. QUE, segundo CUNHA lhe relatou, a princípio, a propina seria paga em 36 parcelas mensais;
37. QUE quem pagou a propina ao declarante foi a Carioca Engenharia³¹, em conta fora do país, a mando de CUNHA;
38. **QUE sua contrapartida para receber a propina foi a quebra de sigilo funcional sobre o trâmite e os detalhes da operação que estava protegido por sigilo funcional e bancário, bem como a postergação da análise do investimento e o próprio ato de aprovar o investimento;**
39. QUE, com o tempo, foi ficando clara sua relação com EDUARDO CUNHA;
40. QUE, na CEF, é muito claro a quais partidos pertencia cada Vice Presidência;

31 Conforme a seguir será relatado, a Carioca Engenharia, a Construtora Norberto ODEBRECHT e a OAS Engenharia foram as empresas consorciadas para participarem das obras do Projeto Porto Maravilha.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

5759
1

41. QUE, com relação ao investimento na Parceria Público Privada da Aquapolo (outro investimento da carteira administrada de saneamento), confirma que recebeu ordens de CUNHA para a aprovação, sendo a propina paga por meio da Carioca Engenharia, no Porto Maravilha³²;

42. QUE MARGOTTO tinha acesso a todas as informações sobre as propinas recebidas por CLETO;

43. QUE o trato era que a propina de CLETO e MARGOTTO seriam iguais;

44. QUE, sobre o projeto relacionado a Saneatins, por meio do FIP Saneamento, recebeu propina de R\$ 36.200,00 (trinta e seis mil e duzentos reais), na planilha de CLETO, que foi englobada nos depósitos da Carioca Engenharia;

45. QUE a ODEBRECHT AMBIENTAL era o sócio-técnico da Saneatins;

46. QUE, por isso, CUNHA lhe disse que era necessário aprovar logo o investimento (ou seja, o grupo Odebrecht gozava de atendimento preferenciado no esquema de CUNHA).

47. QUE o contato desse caso foi com CUNHA e não com FUNARO, porque estava brigado com este;

48. QUE, nesse caso, como em geral nos demais, o trato era o interrogado receber 4% da propina, MARGOTTO outros 4%, FUNARO receber 12% e CUNHA o restante [80% do valor da propina];

32 Também será a seguir exposta a forma de pagamento de propina, a qual se utilizava de contabilidades e conta-correntes informais, isto é, CUNHA, CLETO e FUNARO mantinham, a cada combinação de dupla, uma conta-corrente informal, que sofria a contabilidade semanal, porém não havia o pagamento a cada operação. Havia, é certo, pagamentos irregulares, os quais liquidavam, por vezes, todas as dívidas de uma única vez. É o caso dos autos. Veja-se que, embora tenha atuado criminosamente em diversas operações (recebendo propina naquelas relatadas), o depósito dos valores, relativo a todas as operações que CLETO participou, foi feito exclusivamente pela CARIOCA ENGENHARIA. A tática, utilizada por CUNHA, serviu tanto para facilitar seu trabalho quanto para dificultar a vinculação entre projeto aprovado e empresa corruptora.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

49. QUE, com relação ao investimento na empresa **BR Vias**, CUNHA lhe comunicou que FUNARO tinha contato com o grupo Constantino e que era para dar todo apoio à operação;

50. QUE o grupo Gol estava com problemas financeiros e CLETO poderia ter explorado essas deficiências financeiras para criticar o plano de negócios e assim dificultar a aprovação do investimento relacionado a BR VIAS;

51. QUE recebeu, nesse caso, propina no total de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), nos moldes acima [valor englobado nos depósitos da Carioca Engenharia];

52. QUE com relação ao projeto relacionado ao caso **Eldorado** (debêntures de 940 milhões), já tinha sido apresentado a Joesley no apartamento de FUNARO, em jantar;

53. QUE acredita que Joesley conheceu FUNARO por meio dos Bertin;

54. QUE havia problemas de enquadramento de empresa de celulose no FI-FGTS, mas Joesley conseguir enquadrar a operação com Marcos Vasconcelos no teor da energia (queima), saneamento (tratamento de resíduos) e hidrovias;

55. QUE, porém, o FI-FGTS já estava no limite da exposição em área de energia;

56. QUE CLETO defendeu o enquadramento;

57. QUE o Min. da Fazenda (Marcos Alcélio) era contrário à operação;

58. QUE CLETO teve papel crucial para aprovação desse investimento;

59. QUE recebeu R\$ 680.000,00 (seiscentos e oitenta mil reais) de propina nesse caso (Eldorado Celulose);





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

5760

60. QUE FUNARO chegou a oferecer mais R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para a CEF não exercer garantias ao longo da operação;
61. QUE LÚCIO FUNARO não pagou a quantia de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
62. QUE sabe que foi decisivo para não aprovar operação que favoreceria a **Petrobras**;
63. QUE CUNHA lhe pediu para não aprovar, pois a operação era lesiva e o objetivo seria gerar caixa (propina) pro PT;
64. QUE, sobre a operação relacionada a **LAMSA**, confirma que o mesmo *modus operandi* ocorreu;
65. QUE informou a CUNHA sobre a operação, recebendo sinal verde para aprovar;
66. QUE CUNHA lhe informou depois que a propina seria de 0,3%;
67. QUE, sobre o investimento relacionado a **Brado Logística**, foi o projeto ao Comitê mas acabou sendo rejeitado;
68. QUE, porém, a operação depois voltou à votação e foi aprovada, com pedido de CUNHA para voto favorável;
69. Que confirma nessa operação o mesmo *modus operandi*;
70. QUE, sobre a operação/caso **Cone SA/Moura Dubeux**, a propina não foi paga integralmente por FUNARO;
71. QUE fez reunião com Marcos Roberto Dubeux, por ordem de FUNARO, já no período final de seu mandato;
72. QUE MARGOTTO lhe disse que FUNARO estava pedindo ajuda nesse caso;
73. QUE FUNARO não comentaria sobre essa operação com CUNHA;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

74. QUE FUNARO deu R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) a MARGOTTO e a CLETO, metade a cada um, em dinheiro.

75. QUE, sobre o caso CSN, recebeu orientação de CUNHA para não aprovar o investimento, por CUNHA não ter boa relação com Benjamin Steinbruch [principal acionista da CSN];

76. QUE, sobre a projeto envolvendo a Peixe Energia, não recebeu propina, mas CUNHA lhe pediu apoio para operação;

77. QUE a referida operação foi aprovada;

78. QUE, após ser aprovada a operação, a licença ambiental das Pequenas Centrais Hidrelétricas foi perdida, assim, o investimento foi cancelado;

79. QUE, sobre o projeto Rialma, foi apresentado o ROPI – Relatório de Oportunidade de Investimento, documento este apresentado a CUNHA, que não apresentou orientação;

80. **QUE tinha reuniões periódicas com CUNHA toda terça-feira, às 7:30, em seu apartamento funcional;**

81. **QUE HENRIQUE ALVES chegou a encaminhar solicitação de uma ou outra empresa;**

82. QUE quem tinha direito de ter a VIFUG era o PMDB da Câmara, liderado por HENRIQUE ALVES;

83. QUE estava claro que Joesley sabia que CLETO estava sob o comando de CUNHA e FUNARO.

84. QUE CUNHA assumiu a dívida de FUNARO para com ele, em torno de 430 mil dólares;

85. Que a propina para ALEXANDRE era paga por FUNARO, mas aquele reclamava que não recebia em dia;

86. QUE a entrega de seu currículo a CUNHA e HENRIQUE ALVES deu-se em dezembro de 2010 ou janeiro de 2011;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

5761
8

87. QUE conheceu CUNHA 1 ou 2 semanas depois de entrar para trabalhar na CEF;

88. QUE, em abril de 2012, conversou via *whatsapp* com FUNARO, possivelmente a partir de pedido de CUNHA, para tratar de outras demandas do grupo;

89. QUE CUNHA lhe pediu dar todo o apoio a FUNARO no que diz respeito aos pleitos da Eldorado;

90. QUE a sua conta em nome da *offshore* LASTAL somente recebeu recurso da Carioca;

91. QUE antes de sua entrada na CEF, a reunião do Conselho da VITER era anterior à reunião do Conselho da VIFUG. Após a sua entrada, mudou-se a sistemática e as reuniões passaram a ser conjuntas;

92. QUE, no caso da operação relacionada a Sondas, CUNHA verificou que o projeto era cheio de falhas.

93. QUE, nesse projeto, votou contra no ROPI, sendo voto vencido;

94. QUE, no REFI, votou favorável, verificando que ficaria mesmo vencido;

95. QUE recebeu também R\$ 520.000,00 (quinhentos e vinte mil reais) em espécie, repassados por CUNHA ou pessoas vinculadas a ele;

96. QUE recebeu, deste valor, R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) diretamente no apartamento funcional de CUNHA;

97. QUE a planilha da página 23 da denúncia (fl. 32 dos autos) menciona valores devidos por propina, sendo que as datas constantes são das operações e não dos pagamentos de propina;

98. QUE, em relação ao Porto Maravilha, a suplementação de R\$ 1,5 bilhão, requerida por Marcos Vasconcelos, contou com determinação de CUNHA;

99. QUE não houve menção a propina nessa operação.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

100. QUE houve pressão muito grande do governo e de Eduardo Paes [ex-Prefeito do Rio de Janeiro), via Marcos Vasconcelos, para que sáísse a suplementação;

101. QUE a falta de caixa que determinou a suplementação decorreu não somente dos aumentos de custos das obras, mas também da decisão de Vasconcelos de permutar CEPACs por parcela de empreendimentos, em vez de realizar a vendas desses títulos;

102. QUE achou estranho não haver nova propina nesse caso de suplementação de investimento;

103. QUE a alteração regimental que permitiu oficialmente o pedido de vista surgiu em 2013; antes, porém, era algo informal;

104. QUE foi jantar na casa de HENRIQUE ALVES, para ser apresentado a André de Souza;

105. QUE o objetivo da reunião era garantir uma boa relação com André, o Governo e o PT, e estabelecer um alinhamento;

106. QUE teve mais 3 ou 4 encontros com André, um deles no apartamento de LÚCIO FUNARO;

107. QUE após André sair do Conselho Curador do FGTS, em razão de conflito de interesse, perdeu contato com este;

108. QUE LÚCIO pedia sempre ajuda para o grupo Bertin.

109. QUE pediu, por exemplo, para não exercer um *put option*;

110. QUE usava o BBM (*BlackBerry Messenger*), em razão de sua preocupação sobre a privacidade de suas tratativas ilícitas com CUNHA, MARGOTTO e FUNARO.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

5762

Por sua vez, em seu interrogatório judicial, o réu ALEXANDRE MARGOTTO confirmou todas as informações presentes em sua colaboração premiada e descreveu ainda o seguinte:

1. QUE teve um rompimento com FUNARO mais ou menos em 2013;
2. QUE presenciava diariamente as conversas de CUNHA e FUNARO;
3. QUE presenciou várias idas de CUNHA e Altair ao escritório de FUNARO;
4. QUE, por celular, CUNHA e FUNARO se falavam todos os dias;
5. QUE, devido a sua relação de amizade com FUNARO, apresentou CLETO a FUNARO;
6. QUE presenciou FUNARO indicando CLETO para a CEF;
7. QUE ouviu de FUNARO que, no esquema investigado, 80% da propina ficaria com a bancada do PMDB e o resto com FUNARO, MARGOTTO e CLETO;
8. QUE FUNARO não honrou com todos seus compromissos para com o interrogado, salvo no caso/projeto relacionado à Moura Dubeux, em que FUNARO realizou a contabilidade informar da operação;
9. QUE apresentou empresários a FUNARO, que vieram a ter relações com ele;
10. QUE se reportava a FUNARO, sendo subordinado a ele;
11. QUE FUNARO não cumpriu a promessa de pagamento do 4% da propina, salvo no caso já dito;
12. QUE, assim, FUNARO ficou com seus 4%;
13. QUE sabe que Luiz Fernando Emediato (do FGTS) passava informações a FUNARO;
14. QUE, com relação à operação da Haztec, não sabe de detalhes;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Força-Tarefa Greenfield

15. QUE, com relação à operação do Porto Maravilha, teria direito de receber 56 mil reais mensais, mas não recebeu;
16. QUE FUNARO se apropriou desse montante.
17. QUE soube do esquema da operação por FUNARO e CLETO.
18. QUE soube que, quando CLETO chegou lá, a operação já estava montada;
19. QUE CUNHA daria o 'ok' para celeridade ao processo.
20. QUE EDUARDO CUNHA ganhou 80% de propina dessa operação;
21. QUE não tem maiores informações sobre a operação da Aquapolo;
22. QUE não tem maiores informações sobre a operação da Saneatins;
23. QUE, com relação à operação da BR Vias, sabe que essa foi tratada por FUNARO com Constantino.
24. QUE a propina, nesse caso, foi de 2,5 a 3%;
25. QUE Constantino foi ao escritório de FUNARO em algumas vezes;
26. QUE FUNARO usava seu celular, às vezes, para falar com CLETO;
27. QUE, com relação à operação da Eldorado, soube que houve sim propina;
28. QUE testemunhou Joesley no escritório de FUNARO, em reuniões com portas fechadas;
29. QUE não tem maiores informações sobre a operação da LAMSA;
30. QUE não tem maiores informações sobre a operação da BRADO LOGÍSTICA;
31. QUE, com relação à operação da Moura Dubeux, recebeu propina;
32. QUE, ao final do mandato de CLETO, reuniu-se com FUNARO no restaurante Ofner [São Paulo] para tratar de possível ida de CLETO para a VITER e dessa propina;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

5763
8

33. QUE, na ocasião, decidiram dividir a propina relativa a esse caso somente entre os três (FUNARO, CLETO e MARGOTTO);
34. QUE recebeu entre 100 a 150 mil reais, em espécie;
35. QUE acredita que a propina total tenha sido de 2,8 a 3% da operação;
36. **QUE FUNARO o usava (MARGOTTO) para, às vezes, fazer a ponte com CLETO;**
37. **QUE, em suma, deveria receber 4% das propinas, aceitando tal promessa;**
38. QUE, porém, não foi lhe paga integralmente a propina, salvo no caso da Moura Dubeux;
39. QUE FUNARO dava-lhe valores aleatórios, sem “bater” planilha, recebendo, assim, cerca de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) por mês de FUNARO;
40. QUE, sobre a carta de exoneração, esclarece que viu FUNARO imprimindo a carta, em algumas vias;
41. QUE FUNARO lhe pediu para entregar as vias a CLETO;
42. QUE entregou à CLETO as vias das cartas;
43. QUE foi sócio de CLETO no fundo Aquitane;
44. QUE a conta Rockfront era do FÁBIO CLETO;
45. QUE FUNARO pagava R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês ao pai do interrogado, em razão do empréstimo de seu nome em empresa Gallway [de FUNARO];
46. QUE, após a briga entre CLETO e FUNARO, eles [CLETO e FUNARO] passaram a se comunicar de forma protocolar, por pedido de CUNHA;
47. QUE FUNARO lhe mostrava todas as ligações entre este e CUNHA;
48. QUE ambos [FUNARO e CUNHA] tinham relação de sociedade;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

49. QUE verificou conteúdo ilícito nas comunicações de FUNARO e CUNHA.

Outrossim, também em sede de interrogatório judicial, LÚCIO FUNARO igualmente confirmou tudo o que já registrara em sua colaboração premiada e confessou o seguinte, no que diz respeito aos fatos da denúncia:

1. QUE conheceu CUNHA nas eleições de 2002, apresentado pelo então deputado Albano Reis;
2. QUE tinha interesse em administrar fundos da PRECE;
3. QUE, por isso, fez pagamentos a CUNHA, para garantir que pudesse operar na PRECE. A partir daí, passou a operar na PRECE;
4. QUE sua parceria com CUNHA tinha como objetivo ter ganhos ilícitos;
5. QUE foi ele quem indicou CLETO a CUNHA;
6. QUE, entre os casos mencionados na ação penal, de sua responsabilidade são as operações BR Vias e Eldorado; as demais foram negociadas por CUNHA;
7. QUE, contudo, nas outras operações, também recebeu propina de CUNHA, especialmente por meio de contabilizações na “conta-corrente” (razonete) que ambos mantinham para o registro dos negócios ilícitos;
8. QUE, no caso da Moura Dubeux, houve dificuldade de receber a propina.
9. QUE, ao contrário do que disseram CLETO e MARGOTTO, nesse caso Moura Dubeux, FUNARO incluiu sim na planilha a propina devida, neste caso, em favor de CUNHA;
10. QUE tinha duas contas informais com CLETO: uma em dólares e outra em reais;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

5764
1

11. QUE a primeira decorria da transferência feita por CLETO antes de assumir a CEF;
12. QUE CLETO tinha usado de *insider trading* no Itaú para receber recursos, os quais depois foram enviados ao exterior e geraram a conta em dólares entre eles;
13. QUE MARGOTTO recebia as informações *insider* de CLETO;
14. QUE era CLETO quem se apropriou da parcela de propina devida de MARGOTTO;
15. QUE já tinha feito outras operações anteriores no FI-FGTS;
16. QUE CUNHA repassava valores de sua propina para parceiros do PMDB, como o HENRIQUE ALVES;
17. QUE CUNHA mandava entregar dinheiro para HENRIQUE ALVES;
18. QUE entregou dinheiro a Wellington, a Norton (emissários de HENRIQUE ALVES) e para o próprio HENRIQUE ALVES;
19. QUE fez várias reuniões com CUNHA e HENRIQUE ALVES, no apartamento de CUNHA;
20. QUE jantou também com eles no Antiquário em Brasília;
21. QUE já foi na casa de HENRIQUE ALVES;
22. QUE **teve, ao menos, 780 encontros com CUNHA;**
23. QUE, **no caso da operação envolvendo a Eldorado, deu dinheiro na mão do HENRIQUE ALVES;**
24. QUE jantou com Joesley e HENRIQUE ALVES várias vezes;
25. QUE a função principal do MARGOTTO era operar seu fundo Global;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Força-Tarefa Greenfield

26. QUE MARGOTTO levou a carta de exoneração que o interrogado fez para que CLETO assinasse;
27. QUE foi Silvano Bernasconi quem abriu a conta de CLETO na Suíça [conta Lastal];
28. QUE foi Ricardo Leal (Chuck) que tinha procuração para operar essa conta;
29. QUE, em relação ao caso Porto Maravilha, recebeu valores na planilha que mantinha com CUNHA³³;
30. QUE, na realidade, o seu grupo 'vendia fumaça', pois o voto de CLETO não era essencial;
31. QUE quem era essencial era a VITER, que estruturava a operação;
32. QUE foi o interrogado quem usou o precedente da Usiminas para justificar o enquadramento do saneamento da Eldorado;
33. QUE teve só duas vezes com CLETO e CUNHA no apartamento de CUNHA;
34. QUE CUNHA tomou uísque em sua casa para tratar do investimento na Eldorado;
35. QUE CUNHA, por meio da C3 e da Jesus.com, emitiu notas para empresas do Constantino, por conta do caso BR Vias;
36. QUE conheceu Joesley em 2011, por meio de Paulo Formigoni;
37. QUE foi feito jantar na casa de FUNARO com CLETO e Joesley, em que este apresentou Adésio Lima, então presidente da empresa da Eldorado;
38. QUE Adésio foi substituído por Grubisich;
39. QUE pediu para Joesley procurar CLETO na CEF;

³³ Trata-se de uma conta corrente informal mantida entre CUNHA e FUNARO, na qual eram lançados débitos e créditos.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

5765
0

40. QUE, em dezembro de 2012, quando se aprovou a operação, já estava quase concluída a obra;
41. QUE a propina de 3,2% ou 3,4% acertada nesse caso deu-se em reunião com Grubisich;
42. QUE, quando havia problema, Grubisich reportava ao interrogado;
43. QUE houve alteração do projeto, com readequação da estrutura de garantia e a exclusão do enquadramento de energia;
44. **QUE houve reunião de 10 minutos entre Joesley, CUNHA e FUNARO em 2011 ou 2012;**
45. **QUE teve reunião com CUNHA, Joesley e HENRIQUE ALVES, em almoço na casa de Joesley;**
46. QUE CUNHA creditou a parte de CLETO no projeto da Eldorado;
47. QUE a parte de CUNHA no projeto foi de R\$ 16.920.000,00 (dezesesseis milhões, novecentos e vinte mil reais);
48. QUE o valor foi sacado por Altair;
49. QUE entregou poucas vezes valores na mão do CUNHA;
50. QUE, na maioria dos casos, dava dinheiro para Altair ou Zabo;
51. QUE MARGOTTO viu a sala do dinheiro e assim, pode testemunhar o dinheiro recebido por Altair;
52. QUE houve propina do caso BR Vias, com emissão de notas fiscais das empresas de CUNHA;
53. QUE Constantino tinha esse caso parado na CEF;
54. QUE, no caso Moura Dubeux, a empresa já tinha recebido investimento pelo FGTS, por meio da empresa Cone S.A.;
55. QUE tentaram outra operação, em favor da empresa Convida;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Força-Tarefa Greenfield

56. QUE Vitor Hugo [funcionário da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL] tentou travar a operação, para cobrar propina;
57. QUE FUNARO pediu para destravar a operação;
58. QUE a operação foi destravada, mas houve dificuldade na obtenção da propina;
59. QUE foi responsável pela operação;
60. QUE CUNHA recebeu a propina pelo caso também;
61. QUE os percentuais de propina era 60% e 40%;
62. QUE não recebeu propina do caso Brado Logística;
63. QUE acha que nem CUNHA recebeu;
64. QUE a porcentagem de propina era de 80% e 20% nos casos do Porto Maravilha, Haztec e Aquapolo;
65. QUE, nas demais, era 60% e 40%;
66. QUE, no caso da Haztec, a empresa emitiu R\$ 245.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) em debêntures, mas foram compradas pelo FI-FGTS somente R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais);
67. QUE a propina foi de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para o interrogado e de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) ou R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para CLETO;
68. QUE a propina para CUNHA constava na planilha;
69. QUE a carta mencionada na denúncia era dirigida a **HENRIQUE ALVES** porque **HENRIQUE ALVES** era líder do partido e um dos líderes do esquema;
70. QUE **HENRIQUE ALVES** recebeu o proveito econômico decorrente do esquema no Porto Maravilha e das demais operações;

\$



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

5766
8

71. **QUE HENRIQUE ALVES recebia parte da propina que estava na cota de EDUARDO CUNHA;**

72. QUE encontrava CUNHA pelo menos uma vez por semana, inclusive no período de 2006 a 2010, quando não operaram expressivamente;

73. QUE após CUNHA achar que o interrogado estaria em processo de colaboração premiada, em 2016, CUNHA o bloqueou no Wickr e passaram a ter contato somente por meio de Marcos Joaquim Gonçalves;

74. QUE conheceu CLETO num jantar com MARGOTTO, quando CLETO estava no Itaú, bem como, posteriormente, por meio do fundo comum que CLETO tinha com MARGOTTO;

75. QUE CUNHA não queria se meter em desentendimento do interrogado e de CLETO e, por isso, assumiu o débito que o interrogado tinha para com CLETO;

76. QUE CUNHA achou melhor assumir a dívida para evitar conflito;

77. QUE, da planilha em reais com CLETO, debitou também vãos realizados por CLETO e despesas de escritório;

78. QUE os R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) mencionados na denúncia como pagamento em dinheiro a CLETO, consta efetivamente em sua planilha, determinado por CUNHA;

79. QUE, sobre a ameaça contra a família de CLETO, esclarece que tinha pavio curto e cobrava de CLETO sobre o andamento do processo da BR Vias, recebendo informações desencontradas;

80. QUE chegou a pagar três parcelas de aluguel de casa de CLETO, mas não pagou a última;

81. **QUE a letra apresentada na planilha de CLETO é efetivamente sua;**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

82. QUE, mesmo depois da briga com CLETO, encontrou uma vez ou outra, como na Ofner;
83. QUE os 832 mil dólares que recebeu de CLETO, por meio da transferência de recursos da *offshore* ROCKFRONT, foram recebidos no banco *Credit Suisse*;
84. QUE chegou a receber de CLETO outras transferências nessa conta;
85. QUE CLETO trocou de conta após a delação da Carioca Engenharia;
86. QUE FUNARO avisou da delação para CLETO e sugeriu que tirasse o dinheiro da conta na Suíça.
87. QUE, após isso, CLETO saiu da Julius Baer;
88. QUE chegou a indicar, antes de CLETO, Raimundo Nonato, vinculado ao PSDB, que tinha sido diretor da FUNCEF no governo do FHC;
89. QUE tal indicação também foi feita via CUNHA;
90. QUE, contudo, Nonato foi vetado por Palocci por seu vínculo com o PSDB;
91. QUE achava que, pelo currículo, CLETO não seria aprovado;
92. QUE a vaga na VIFUG era do PMDB da Câmara;
93. QUE a propina da Nova Cibe foi paga em dinheiro;
94. QUE os pagamentos a CUNHA também foram por meio de doações oficiais na conta do PMDB nacional;
95. QUE era Eunício Oliveira quem verificava quais empresas faziam as doações e, a partir disso, procedia a atribuição do valor ao político favorecido [como, no caso concreto, CUNHA];



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

5767
0

96. QUE CLETO recebeu André de Souza em sua casa, mas este não participou da reunião;
97. QUE, no caso Aquapolo, houve propina de 400mil reais;
98. QUE nunca viu CUNHA com Fernando Reis, mas o viu com Benedicto Jr.;
99. QUE os razonetes de contabilidade com CUNHA eram batidos semanalmente;
100. QUE não houve tempo para receber propina da Moura Dubeux;
101. Que, contudo, creditou na planilha de CUNHA [conta-corrente CUNHA-FUNARO], no ano de 2015;
102. QUE, em sua conta-corrente com CUNHA, creditava 224 mil mensalmente relativo ao Porto Maravilha, que era sua parte, devendo ainda repassar a parte de CLETO e MARGOTTO;
103. QUE, no caso BR Vias, a propina foi de 3% sobre o valor de operação, que era de 300 milhões;
104. QUE parte da propina foi para a campanha de Chalita;
105. Que houve a distribuição de propina, no valor de 2 milhões a CUNHA, em cinco parcelas de 400 mil em 2013;
106. QUE houve pagamento também por meio de notas das empresas de FUNARO;
107. QUE Constantino pagou mais propina do que deveria, pois foram feitas outras operações em favor de seu grupo;
108. QUE, por isso, a propina paga a Constantino foi maior;
109. QUE, em 2015, Constantino também pagou 475 ou 480mil reais a CUNHA;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

110. QUE consta bilhete de Constantino mencionando que pagou 1 milhão de reais a CUNHA;

111. QUE havia contrato de publicidade de Constantino com site (Jesus.com) de CUNHA;

112. QUE Tony entregava dinheiro regularmente para CUNHA;

113. QUE o advogado na Suíça que pagou a CUNHA foi debitado da propina do Porto Maravilha;

114. QUE a grande maioria dos recursos que transferia a CUNHA era por causas ilícitas.

Por sua vez, também em sede de interrogatório judicial, o réu EDUARDO CUNHA afirmou o seguinte:

1. QUE começou a relação com LÚCIO FUNARO em 2002, por meio de Albano Reis, sendo que FUNARO foi doador de Albano, no valor de 300 mil reais;

2. QUE, a partir de doação de FUNARO ao interrogado, no valor de 150 mil reais, começaram uma amizade;

3. QUE FUNARO atuava como doleiro;

4. QUE o interrogado tinha muitas informações e por isso FUNARO queria sua amizade;

5. QUE FUNARO queria ser deputado também;

6. QUE FUNARO passou a jantar em Brasília com o interrogado toda semana;

7. QUE FUNARO alugou um flat ao interrogado em Brasília;

8. QUE se afastou de FUNARO em 2006;

9. QUE não jantou com FUNARO depois de 2006;

10. QUE faz 2 anos que não se reúne com FUNARO;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

5768
8

11. QUE marcou uma audiência com Moreira Franco em 2009 ou 2010 para a empresa Bertin;
12. QUE recebeu 500 mil reais, para a campanha eleitoral declarada à justiça eleitoral, do empresário do Grupo Bertin, em 2010;
13. QUE sugeriu, na mesma campanha, que o empresário contribuísse para a campanha de Cândido Vaccarezza;
14. QUE, embora FUNARO tenha alegado que o interrogado pediu para o empresário contribuição para Michel Temer, não se lembra do fato;
15. QUE FUNARO nunca teve acesso a Michel Temer;
16. QUE a VIFUG foi oferecida pelo Governo e não pedido pela bancada.
17. QUE, anteriormente à escolha de CLETO, Moreira Franco foi indicado à mesma Vice-Presidência [VIFUG], por obra de Michel Temer;
18. QUE CLETO entrou numa “lista tríplice” em conjunto com Deusdina;
19. QUE, porém, o interrogado preferia Deusdina a CLETO;
20. QUE Filipelli indicou o Vice-Presidente de Pessoa Jurídica (VIPJU) antes de o cargo ser ocupado por Geddel Vieira Lima;
21. QUE foi o interrogado quem apresentou Geddel Vieira Lima e HENRIQUE ALVES a FUNARO;
22. QUE foi, em 6 de agosto de 2012, em um jantar no apartamento de Joesley Batista (JBS), na presença de Ricardo Saud, que apresentou HENRIQUE ALVES a FUNARO.
23. QUE, na ocasião, HENRIQUE ALVES pediu dinheiro a campanha da prefeitura de Natal;
24. **QUE HENRIQUE ALVES encontrou outras vezes FUNARO;**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

25. QUE apresentou Fernando Cavendish [da empresa Delta] a FUNARO;
26. QUE, pela venda da Delta a J&F, cabia ao interrogado metade do valor cobrado por FUNARO, isto é, 5 milhões de reais, por conta da intermediação;
27. QUE o interrogado solicitou que a JBS efetuasse o pagamento em forma de patrocínio ao site 'Fé em Jesus';
28. QUE LÚCIO apresentou Joesley Batista e Henrique Constantino [grupo Gol] ao interrogado;
29. QUE, no entanto, Henrique Constantino patrocinou o site evangélico do interrogado (Fé em Jesus) e não a JBS;
30. QUE FUNARO conseguiu o patrocínio de Henrique Constantino como forma de quitar a dívida da Delta;
31. QUE Henrique Constantino não sabia da operação envolvendo a Delta [acima referida];
32. QUE o site (Fé em Jesus) tinha como sócio o Pastor Rodovalho;
33. QUE não havia nenhuma contrapartida pelo patrocínio;
34. QUE o patrocínio foi de agosto de 2012 a junho de 2015;
35. QUE o preço do patrocínio dividido durante os 30 meses dava uma média de 100 mil reais mensais;
36. QUE o patrocínio era exclusivo;
37. QUE o patrocínio não alcançou a totalidade devida ao interrogado (5 milhões de reais), em razão de, segundo o que FUNARO lhe tinha dito, Joesley Batista não ter pago a totalidade dos recursos (10 milhões de reais);
38. QUE, por isso, FUNARO emprestou dois carros até Joesley quitar os valores com FUNARO;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

5769
0

39. QUE fez uma relação comercial com FUNARO para trocar de carros;
40. QUE todas pessoas do PMDB que FUNARO conheceu foi por meio de CUNHA;
41. QUE Altair era amigo de José Carlos Batista (Zequinha) e de Regina;
42. QUE Altair alugou um flat perto do escritório de FUNARO porque Zequinha foi quem conseguiu a locação;
43. QUE FUNARO, por meio de G Morales, apresentou o advogado na Suíça ao interrogado;
44. QUE FUNARO pagou mesmo o advogado, mas o interrogado iria ressarcí-lo;
45. QUE outros recursos oriundos do FI-FGTS poderiam estar no *trust* de LÚCIO FUNARO;
46. QUE a casa de FUNARO (Rua Guadalupe, n. 54) foi recebida como parte de propina;
47. QUE FUNARO comprou apartamento em Cascais para a mulher;
48. QUE FUNARO, por intermédio do advogado Tony Garcia, procurou a filha do interrogado, para discutir possível delação premiada em conjunto;
49. QUE reconhece que apreenderam celular antigo seu, em que constam trocas de mensagens com outros réus;
50. QUE, sobre Ricardo Pernambuco, conheceu sua família em 2002 e 2003;
51. QUE Ricardo Pernambuco teve esquemas que envolvem água de Niterói em esquema ilícito, com conhecimento de Garotinho, em conluio com a CEDAE;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

52. QUE, em 2012, Ricardo Pernambuco Filho o procurou;
53. QUE apenas apresentou a estrutura e a instituição financeira relacionada à conta de HENRIQUE ALVES;
54. QUE a conta Penbur seria de José Augusto dos Santos e não do interrogado;
55. QUE tem mais depósitos na conta Penbur, além daqueles demonstrados;
56. QUE não houve a ocorrência da reunião no Hotel Mofarrej, na presença dos representantes do consórcio responsável pelas obras do Porto Maravilha;
57. QUE teve, por duas vezes, em 2012 e em 2014 com Ricardo Pernambuco Júnior, solicitado contribuição eleitoral para HENRIQUE ALVES [em 2012, para prefeito e em 2014, para governador];
58. QUE Ricardo Pernambuco atendeu à solicitação, contribuindo com 300 mil reais para a campanha de governador de HENRIQUE ALVES;
59. QUE esses pedidos em nada tem a ver com as operações;
60. QUE Ricardo Pernambuco Júnior também o procurou, em 2012, para discutir a possibilidade de alterar a legislação do FI-FGTS, para incluir linhas de financiamentos destinados a aeroportos, pois Pernambuco queria participar de licitações dos aeroportos no Brasil;
61. QUE encontrou quatro, cinco ou seis vezes com Ricardo Pernambuco Júnior, no escritório do empresário e, por vezes, no apartamento funcional do interrogado;
62. QUE apresentou Ricardo Pernambuco Júnior a HENRIQUE ALVES no apartamento funcional, ocasião em que pediram contribuição eleitoral para a campanha de 2012;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

5770
8

63. QUE não indicou nenhuma conta no exterior a Ricardo Pernambuco Júnior;

64. QUE conheceu FÁBIO CLETO após a sua nomeação como vice-Presidente da VIFUG;

65. QUE se reunia com CLETO, mas os encontros não eram rotineiros.

66. **QUE CLETO lhe passava muita informação mesmo, principalmente após a briga com FUNARO;**

67. QUE não sabia que se tratava de violação de sigilo funcional;

68. QUE não recebeu propinas em razão do FGTS;

69. QUE Joesley lhe pediu apoio, em razão das debêntures da Eldorado, adquiridas pelo FIFGTS, sugerindo a Joesley que pedisse voto no CI FI-FGTS.

70. QUE teve vários encontros com Joesley, inclusive em conjunto com FUNARO.

71. QUE não acompanhava as operações na CEF, mas pode ter recebido informações;

72. QUE não conhece ALEXANDRE MARGOTTO;

73. QUE não teve nenhuma interferência nos processos decisórios relacionados à PETROBRAS e a CSN;

74. QUE não conhece ninguém da Peixe Energia;

75. QUE, pelo depoimento de Emival Caiado, não houve nenhuma interferência, até por não se conhecerem;

76. QUE também nas demais operações não teve interferência;

77. QUE os únicos valores que recebeu de FUNARO foram através da intermediação do patrocínio da Gol e valores decorrentes de operações de mercado de Bolsa;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

78. **QUE a escolha de Vice-Presidentes na CEF era só por critério político, nada técnico.**
79. QUE, quando ia a São Paulo, utilizava-se, como ponto de referência, o escritório de LÚCIO FUNARO;
80. QUE FUNARO também lhe concedia carros e seguranças para o acompanhar em suas idas a São Paulo;
81. QUE a ODEBRECHT, à exceção da campanha de 2002, na qual ofereceu 40 mil reais em contribuição oficial de campanha, nunca doou valores para campanhas do interrogado;
82. QUE não recebeu valores da ODEBRECHT em doação de campanha extraoficial;
83. QUE CLETO lhe procurou, comentando sobre a briga com FUNARO;
84. QUE o interrogado conversou com FUNARO sobre a briga, ocasião em que se levantou o assunto sobre uma dívida que FUNARO teria para com CLETO;
85. QUE utilizava o aplicativo de autodestruição de mensagens *wickr*, para se comunicar com FUNARO;
86. QUE não tinha uma conta-corrente com LÚCIO FUNARO;
87. QUE Geddel Vieira Lima foi levado por Michel Temer para a Vice-Presidência da Caixa;
88. QUE o relacionamento com FUNARO se iniciou sem nenhum tipo de contrapartida;
89. QUE FUNARO, na campanha de 2002, doou, via doação oficial de campanha, 150 mil reais ao interrogado;
90. QUE não tinha nenhum tipo de influência na CEDAE e na PRECE;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

5771
8

91. QUE reconhece as contas Netherton como suas;
92. QUE “Gordon Gekko” era a alcunha de FÁBIO CLETO;
93. QUE, nos diálogos apreendidos, “Spin”, “maluco” e “Lucky” eram referências a LÚCIO FUNARO;
94. QUE as alcunhas “Lopes” e “Carlos” não se referem ao interrogado;
95. QUE o portal “Fé em Jesus” foi abastecido durante todos o período [agosto de 2012 a junho de 2015] com publicidade do grupo Gol [Henrique Constantino];
96. QUE a forma como foi feito o investimento do Porto Maravilha “deu margem para propina”;
97. QUE pegou carona em voos com Eike Batista;
98. QUE teve mais de uma vez com Joesley e Temer e, em 2012, trataram de contribuição eleitoral para campanha de Chalita;
99. QUE vários partidos tinham influência no Comitê de Investimentos do FI-FGTS;
100. QUE Joesley pediu ajuda ao interrogado e a Temer, bem como a outros, para aprovação do investimento das debêntures da Eldorado adquiridas pelo FI-FGTS;
101. QUE Dilma, após o *impeachment*, em retaliação a CUNHA [posteriormente retifica informando que seria em retaliação ao PMDB], exonerou CLETO da VIFUG;
102. QUE Acredita que FUNARO realizou crimes com diversos outros políticos do PMDB, todos apresentados a FUNARO pelo próprio CUNHA;
103. QUE não conhece Álvaro Novis.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

Exercendo seu direito de defesa, deixou o réu de responder aos questionamentos de outras defesas.

Finalmente, também em sede de interrogatório judicial, o réu HENRIQUE ALVES declarou o seguinte:

1. QUE rechaça os fatos narrados na denúncia;
2. **QUE abriu a conta Bellfield em 2008, sob orientação de CUNHA;**
3. QUE **foi abrir a conta sozinho;**
4. QUE desistiu da conta, não colocando lá recursos;
5. QUE colocaram recursos em sua conta a sua revelia;
6. QUE, de fato, **apresentou a indicação de CLETO, em razão do cargo que exercia;**
7. QUE não viu a carta de demissão;
8. QUE Wellington e Norton são assessores seus;
9. QUE nunca tinha ouvido falar de FUNARO em 2011, quando indicou CLETO à Casa Civil;
10. QUE, **de fato, FUNARO levou recursos para si em Natal,** mas sem contrapartida;
11. QUE seriam doações não declaradas à Justiça Eleitoral;
12. QUE recebeu viagem de graça no avião de FUNARO, mas tratava-se de doação eleitoral não-contabilizada;
13. QUE Wellington cumpria ordens suas;
14. QUE **Wellington foi buscar doação de FUNARO, sabendo que era doação de campanha “e ponto final”;**
15. QUE Norton também cumpria ordens suas;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

5772
8

16. QUE Norton foi pegar doação da Odebrecht, mas sem contrapartida;
17. QUE tem relação de amizade com CUNHA;
18. QUE encontrou com FUNARO, mas não tratou com ele de ilicitudes;
19. QUE recebeu doações de empresas a pedido de CUNHA;
20. QUE não sabe explicar como teriam movimentado recursos de sua conta na Suíça;
21. QUE tentou descobrir contratando advogado na Suíça;
22. QUE nunca esteve no escritório de FUNARO;
23. QUE tem respeito e consideração por FUNARO.

A partir dos interrogatórios, passa-se a demonstrar e comprovar os fatos denunciados, bem como a sua tipicidade.

Conforme demonstrado, o relacionamento de FÁBIO CLETO e LÚCIO FUNARO é anterior aos ilícitos cometidos no bojo da Caixa Econômica Federal. De fato, em 2010, após conhecer FÁBIO CLETO, FUNARO demonstrou interesse em se tornar sócio no fundo AQUITAINE e da empresa ETROS, de CLETO e MARGOTTO, no que foi bem recebido. Quando FÁBIO CLETO soube que tomaria posse no cargo da Caixa (a partir do esquema acima referido), iniciou desligamento de atividades incompatíveis com o posterior cargo.

De acordo com o que se registrou na denúncia, a partir da colaboração premiada de FÁBIO CLETO, a fim de ser resguardar contra ações que poderiam decorrer da descoberta de suas contas no exterior, FÁBIO CLETO encerrou o Fundo AQUITAINE, remetendo os recursos para a conta ROCKFRONT (conta da qual era o *beneficial owner*). Para encerrar a ROCKFRONT, enviou os recursos a uma conta da Suíça em nome de uma *offshore* de LÚCIO BOLONHA FUNARO. Essa transferência para FUNARO abrangeu em torno de USD 820 mil,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

em março ou abril de 2011. No acordo com FUNARO (confirmado em seu interrogatório), este deveria pagar despesas de CLETO e sua família até o total dos valores transferidos, em operações de compensação, em razão dos USD 820 mil transferidos para FUNARO.

Assim, FUNARO tinha contabilidade englobando os dois montantes, o da ROCKFRONT (em dólares) e da propina (em reais). **FÁBIO CLETO apresentou planilha com tais valores, iniciando-se com a anotação “\$ 820.238”.** Na planilha, inicialmente consta o valor transferido a FUNARO pela sua conta ROCKFRONT, USD 820.238,00.

As anotações a mão na planilha são de FUNARO, confirmadas, inclusive, em seu interrogatório. Mesmo EDUARDO CUNHA, em seu interrogatório judicial, admite a existência dessa dívida que foi assumida por ele mesmo junto a CLETO. A origem desses recursos, como admite até mesmo CUNHA, é a operação com *insider trading* que se associou com outros crimes de sonegação de tributos e evasão de divisas.

Conforme restou evidenciado nos autos deste processo, FÁBIO CLETO apresentou diversas contas pagas por FUNARO no período em que este último fazia a sua contabilidade. As contas de FÁBIO CLETO e seus familiares foram pagas nos anos de 2011 e 2012 com diversas empresas utilizadas por FUNARO, incluindo contas de gás, cartões de crédito, celular, escola, condomínio, etc.

As empresas utilizadas por FUNARO para o pagamento de constas de CLETO incluem a CINGULAR FOMENTO MERCANTIL, a GALLWAY SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS e a ROYSTER SERVIÇOS S/A. Com efeito, FÁBIO CLETO apresentou cerca de trezentas contas pagas por FUNARO, **no esquema de ocultação da origem, natureza, propriedade e disposição dos recursos.**

Assim, tais dívidas de FUNARO para com CLETO foram sendo pagas até que sobrasse o saldo verificado em planilha apreendida, no valor de USD 434.388,95. O pagamento desse saldo devedor ficou a cargo do acusado EDUARDO CUNHA, como confirmou FÁBIO CLETO e LÚCIO FUNARO em seus interrogatórios judiciais. A existência da dívida também não é negada por EDUARDO CUNHA.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

5773
0

Deveras, na contabilidade constante dos autos, estão presentes vários gastos e créditos do depoente e o valor residual de USD 434.388,95, com a anotação, feita por FUNARO à mão, “saldo que eu te devo” e abaixo escrito “à sua disposição”.

Restou claro que os valores transferidos da *offshore* ROCKFRONT a LÚCIO FUNARO são resultados dos crimes de sonegação tributária e de evasão de divisas, além de eventual crime de *insider trading*, considerando que tais recursos, como esclarecido por FÁBIO CLETO, não eram recursos declarados perante as autoridades brasileiras.

Com relação ao pagamento desse saldo residual, não há tipicidade legal para imputar aos acusados crime de corrupção passiva, mas há sim crime de lavagem de capitais, tendo como crime antecedente o crime de evasão de divisas (art. 22, parágrafo único, da Lei nº 7.492/86) e o crime de sonegação tributária (art. 1º, I, da Lei nº 8.317/90). Além disso, tal fato – incontestemente – deve ser tido como demonstração cabal do relacionamento estreito entre FÁBIO CLETO, EDUARDO CUNHA e LÚCIO FUNARO, tal como já apontado pelos réus colaboradores, corroborando, dessa forma, as demais afirmações constantes das colaborações premiadas.

No decorrer da instrução processual, principalmente com as colaborações de todos os colaboradores, confirmou-se o *modus operandi* do esquema delituoso, restando demonstrado que FÁBIO CLETO, semanalmente, encontrava-se com EDUARDO CUNHA, na residência oficial do deputado, tanto na SQS 311 quanto na residência oficial da presidência da Câmara dos Deputados, para confidenciar projetos e receber orientações de como proceder nas deliberações das operações. Além disso, confirmou-se que do esquema participaram, em menor ou maior grau, LÚCIO BOLONHA FUNARO, ALEXANDRE MARGOTTO e HENRIQUE ALVES.

No decorrer da instrução processual, LÚCIO FUNARO confirmou que não apenas EDUARDO CUNHA intermediava o recebimento de propina das empresas, mas também aquele atuava nesse sentido. CLETO e MARGOTTO, embora por vezes se encontrassem com representantes das empresas, não tratavam diretamente com eles sobre o recebimento de vantagem indevida.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

A partir do repasse de informações de FÁBIO CLETO a todos os outros corrêus, LÚCIO FUNARO e EDUARDO CUNHA procuravam os empresários que tinham interesse em demandar junto ao FI-FGTS ou às carteiras administradas, para **solicitarem vantagem indevida, por conta de sua influência sobre um Vice-Presidente da Caixa Econômica Federal, FÁBIO CLETO**. A divisão dessa tarefa entre EDUARDO CUNHA e LÚCIO BOLONHA FUNARO dependia da relação com a empresa: o mais próximo solicitava e recebia a propina. No entanto, tinham todos o conhecimento do pagamento de propina aos demais.

FÁBIO CLETO, após repassar informações, agia de acordo com o interesse do então parlamentar e de FUNARO, utilizando este último a intermediação de ALEXANDRE MARGOTTO (principalmente quando FUNARO rompeu laços de amizade com CLETO). Posteriormente, CLETO era informado sobre o pagamento de propina.

Confirmou-se ainda que, a partir do rompimento com LÚCIO FUNARO (a partir de 2012), a **contabilidade de propina de CLETO passou a ser ajustada com o então deputado EDUARDO CUNHA e não mais com LÚCIO FUNARO**.

Quanto a essas reuniões semanais, acima referidas, frisa-se que, além da colaboração confirmada em Juízo por FÁBIO CLETO, **também Adriana Cleto, em seu depoimento como informante, narrou que CLETO lhe falava que toda terça-feira não poderia estar em São Paulo, pois sempre lhe falava que teria um “encontro com o partido”**. Também sabe que havia comentários que o encontro se dava com o deputado EDUARDO CUNHA, embora FÁBIO CLETO nunca tivesse comentado especificamente sobre EDUARDO CUNHA.

Marcelo da Silva Leite, motorista de FÁBIO CLETO, da mesma maneira, informou ao Juízo que levava CLETO ao apartamento de CUNHA, às terças-feiras, 7h30, semanalmente, na 311 (prédio funcional da câmara), e, após ser presidente da câmara, na QL 12 (residência oficial da Câmara). Além disso, narrou que, embora não visse EDUARDO CUNHA ao vivo, sabia que CLETO o visitava porque, conversando com o porteiro do local, este lhe relatava o local em que seu chefe (FÁBIO CLETO) estava se reunindo. O tempo de reunião era de, mais ou menos, 30 minutos.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

5774
8

Registre-se ainda que, do afastamento de sigilo telemático de Marcelo da Silva Leite, restou consignado a existência de ERBs (Estações de Rádio Base) próximas aos locais acima referidos e em datas coincidentes com os encontros de CLETO e CUNHA.

Outra evidência sobre as reuniões semanais encontra-se nos diálogos travados entre EDUARDO CUNHA e LÉO PINHEIRO, cujo compartilhamento deu-se no bojo da Ação Cautelar nº 4044, bem como em petição própria endereçada ao Supremo Tribunal Federal.

Em uma das conversas, em 10 de novembro de 2014, via *WhatsApp*, LÉO PINHEIRO relata a EDUARDO CUNHA uma possível dificuldade sobre um novo aporte na operação do Porto Maravilha, ocasião em este último informa que irá se encontrar com FÁBIO CLETO para esclarecer (*"Amanhã cedo café com ele as 730"*)³⁴:

Natureza da comunicação	Participantes	De	Data	Hora	Grupo
WhatsApp	5511981491952 @s.whatsapp.net LP 5521999852929 @s.whatsapp.net E. Cunha	5511981491952 @s.whatsapp.net LP	10/11/2014	23:37:13 (UTC+0)	Conseguiu falar com FC?
WhatsApp	5511981491952 @s.whatsapp.net LP 5521999852929 @s.whatsapp.net E. Cunha	5521999852929 @s.whatsapp.net E. Cunha	10/11/2014	23:37:41 (UTC+0)	Amanhã cedo café com ele as 730.
WhatsApp	5511981491952 @s.whatsapp.net LP 5521999852929 @s.whatsapp.net E. Cunha	5511981491952 @s.whatsapp.net LP	10/11/2014	23:40:18 (UTC+0)	O documento da Area dele é muito ruim.
WhatsApp	5511981491952 @s.whatsapp.net LP 5521999852929 @s.whatsapp.net E. Cunha	5521999852929 @s.whatsapp.net E. Cunha	10/11/2014	23:40:44 (UTC+0)	Amanhã cedo esclareço tudo

34 Esse diálogo foi obtido por meio da apreensão do celular de LÉO PINHEIRO, em que trata com EDUARDO CUNHA sobre um novo aporte no Porto Maravilha. Encontra-se o diálogo na Ação Cautelar nº 4044, Volume 6, mídia de fls. 1.182 (fl. 412 da mídia).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

Fica evidenciada, portanto, a sistemática na qual EDUARDO CUNHA e FÁBIO CLETO se encontravam para discutir sobre os assuntos relacionados aos projetos do FI-FGTS e das carteiras administradas.

Não se pode olvidar, outrossim, a presença de outros elementos que informam o *modus operandi*, como a comunicação entre os envolvidos inclusive por meio de aplicativos de mensagens de autodestruição, o que demonstra a forma artilosa na prática delituosa. Das mensagens recuperadas, é possível comprovar a ingerência que EDUARDO CUNHA e LÚCIO FUNARO exerciam na Caixa Econômica Federal, por intermédio de FÁBIO CLETO.

Cumpre destacar que há inúmeros chats (SMS, BBM, WhatsApp) flagrados nos aparelhos celulares de CLETO e CUNHA que confirmaram o que os colaboradores relataram: a ingerência de CUNHA sobre CLETO, bem como a relação entre todos os corréus, com o repasse de informações e das situações dos investimentos e projetos em tramitação na VIFUG e no FI-FGTS.

Fazemos referência ao *chats*, precisamente, os quais se encontram, além dos anexos da petição que ensejou a Ação Cautelar nº 4.044/STF (como os *chats* envolvendo LÉO PINHEIRO e EDUARDO CUNHA), também nos mais diversos relatórios de análise de material apreendido, nos quais constam mensagens envolvendo os interlocutores acima referidos³⁵. Em geral, além de seus próprios nomes, todos utilizavam de alcunhas, como FÁBIO CLETO (“Gordon Gekko”, FC), LÚCIO FUNARO (Spin”, “Lucky” e derivações deste último) e EDUARDO CUNHA (utilizando-se da alcunha “Lopes” “Lopes2”, EC, e possivelmente também “Carlos”³⁶).

Embora EDUARDO CUNHA em seu interrogatório tenha negado a utilização de outros apelidos, como é o caso de Lopes, é importante deixar registrado que, no bojo da Ação Cautelar nº 4.044, foi encontrado o seguinte documento, em endereço relacionado ao ex-deputado:

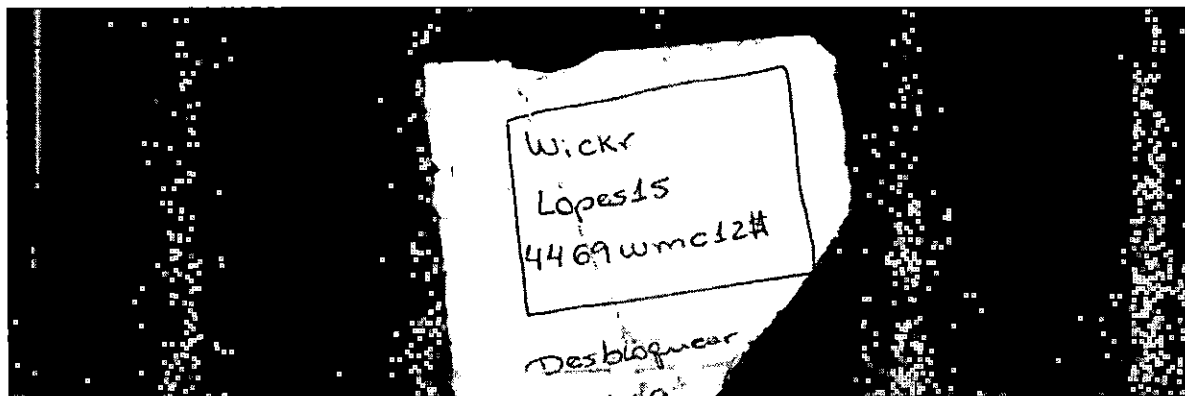
35 **Relatório de Análise de Material Apreendido nº 114/2016 – Equipe RJ 02 (fl. 46 e ss do Apenso V), Relatório de Análise de Material Apreendido nº 016/2016 – Equipe DF 13-B, mídia à fl. 3.747 da Ação Cautelar nº 4.044), Relatório de Análise de Material Apreendido nº 049/2016 – Equipe DF 13-B, mídia à fl. 3.747 da Ação Cautelar nº 4.044), etc..**

36 O Relatório de Análise de Material Apreendido nº 114/2016 – Equipe RJ 02 (encontra-se no Apenso V desta Ação Penal, fl. 60/61), justifica a atribuição da alcunha CARLOS ao réu EDUARDO CUNHA.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

5775
1



Embora pareça um simples manuscrito, percebe-se que é uma referência ao aplicativo de mensagens autodestrutivas *Wickr*, com, ao que parece, o registro de uma conta de usuário, indicando uma possível outra conta (“Lopes15”).

Aliado ao bilhete, há diversas mensagens de “Lopes” a “Gordon Gekko”, no celular apreendido de FÁBIO CLETO³⁷, indicando, não só a proximidade de ambos como também o conhecimento de “Lopes” sobre as operações envolvendo o FI-FGTS e as carteiras administradas, o que indica ser o apelido, de fato, relacionado a EDUARDO CUNHA.

Tudo isso, em consonância com as testemunhas e com as colaborações premiadas, confirmam não só a intensa relação entre os corrêus como também a forma como operavam, por meio de encontros pessoais (CLETO e CUNHA) e *chats* de difícil interceptação.

Além da forma como se comunicavam para viabilizar o esquema criminoso, restou evidenciada a maneira de distribuição e pagamento de propina.

Todos os colaboradores confirmaram que foi ajustada a distribuição de propina decorrente de cada operação que tivesse intermediação de FÁBIO CLETO.

37 Relatório de Análise de Material Apreendido nº 16/2016 (AC 4044 -Vol 18 - fl 3747 – mídia RAMA 16-2016-DF 13B)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Força-Tarefa Greenfield

Embora, em cada interrogatório, haja aparente divergência quanto à cota-parte de cada um dos integrantes, é possível estabelecer uma linha de raciocínio convergente: FÁBIO CLETO e ALEXANDRE MARGOTTO indicaram que o percentual de propina era de 80% para CUNHA e 20% para o escritório (divididos entre 4% para MARGOTTO, 4% para CLETO e 12% para FUNARO). FUNARO, por outro lado, narra que esse percentual se deu apenas nas operações Porto Maravilha, Haztec e Aquapolo. Nas demais, a divisão percentual era 60 e 40%.

Entende-se que, para as empresas procuradas por EDUARDO CUNHA (como é o caso Porto Maravilha, Haztec e Aquapolo), era maior o percentual de propina paga ao deputado. Por outro lado, quando LÚCIO FUNARO tratava com as empresas de sua proximidade, uma cota maior de propina seria repassada ao seu escritório.

Embora ainda seja objeto de investigação o pagamento de propina em favor dos outros envolvidos, confirmou-se pelos colaboradores e pelas provas produzidas, que **FÁBIO CLETO recebeu valores indevidos (propina) em razão de sua atuação, conforme pedido da organização criminosa, em favor das operações HAZTEC, PORTO MARAVILHA, AQUAPOLO, SANEATINS, BR VIAS, ELDORADO, LAMSA, BRADO LOGÍSTICA e MOURA DUBEUX.**

Atuou ainda FÁBIO CLETO, embora não tenha ocorrido o pagamento de propina a este corréu, por determinação de EDUARDO CUNHA, em outros projetos, como no caso da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Além disso, FÁBIO CLETO, no interesse do grupo criminoso, violou o sigilo funcional de seu cargo, como nos casos das operações relacionadas à Peixe Energia, à estatal Petrobras e à empresa Rialma.

O pagamento a FÁBIO CLETO deu-se a partir de uma um único remetente: a CARIOCA ENGENHARIA, empresa que se consorciou para a construir as obras relacionadas ao Projeto Porto Maravilha.

Também HENRIQUE ALVES, conhecedor e participante do esquema criminoso, recebeu propina referente ao Projeto do Porto Maravilha, pago igualmente pela CARIOCA ENGENHARIA, em razão de seu cargo de parlamentar e, em especial, de seu papel na indicação e sustentação do cargo de FÁBIO CLETO e de sua indevida omissão na atuação fiscalizatória



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

5776
8

como parlamentar. O próprio **HENRIQUE ALVES** admitiu que endossou a indicação de **CLETO** feita por **CUNHA** e **FUNARO**, bem como admitiu sua união com o primeiro e os encontros com o segundo. Também admitiu em seu interrogatório que abriu sozinho a conta **Bellfield** (por meio da qual recebeu propinas na Suíça), mas por orientação de **CUNHA**. Outrossim, admitiu que recebeu recursos ilícitos de **FUNARO** em diversas outras oportunidades, o que corrobora o modelo de atuação criminoso que é descrito na denúncia ora em tela.

Sobre esse projeto específico (Porto Maravilha), ficou esclarecido que, de fato, houve a solicitação de propina de **EDUARDO CUNHA** ao consórcio que atuou nas obras do Porto Maravilha.

Ricardo Pernambuco, em seu depoimento como testemunha, afirmou que sequer conheceu **CLETO**, **FUNARO**, **MARGOTTO** ou **HENRIQUE ALVES**.

No entanto, relatou que conhece **EDUARDO CUNHA**, e que, mesmo afastado formalmente da empresa desde 2008, a testemunha se posicionava em nome da empresa, pois tinha direito de voto e usufruto.

Relatou ainda que, à época dos fatos relacionados ao Porto Maravilha, havia uma administração que cuidava do assunto. Entretanto, nenhum dos administradores, exceto **Ricardo Pernambuco Filho**, tinha conhecimento dos ilícitos acertados entre este, a testemunha e **EDUARDO CUNHA**. Narrou a forma como começou a empreitada do Projeto Porto Maravilha. Segundo o empresário, tudo se iniciou no ano de 2007, quando a prefeitura do Rio lançou um edital de Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), para revitalização da zona portuária do Rio de Janeiro. Foi apresentado, então, por um consórcio composto por **Andrade Gutierrez**, **Odebrecht**, **Carioca Engenharia** e **OAS**, o referido projeto. Em 2010, a **Andrade** desistiu do consórcio. Assim, a participação inicial, que era 25% para cada empresa, passou, quando da saída da **Andrade**, a ser de 25% para **Carioca Engenharia**, 37,5% para **Odebrecht** e para a **OAS**.

A base do financiamento do referido projeto era por meio de **CEPACs**. Houve, então, a **Parceria Público-Privada** e a prefeitura emitiu os títulos para leilão. Feito o leilão, foi dado início ao projeto.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

Aduziu a testemunha que, após o leilão, houve uma reunião no Hotel Sofitel no Rio de Janeiro, onde foi comunicado pela ODEBRECHT e OAS de que a Carioca Engenharia teria que pagar vantagem indevida ao EDUARDO CUNHA, por solicitação deste. As pessoas que estavam presentes e falaram sobre a questão do Porto Maravilha eram o BENEDICTO JUNIOR (ODEBRECHT) e LEO PINHEIRO (OAS).

A propina seria 1,5% do valor do financiamento pretendido, o que daria 52 milhões de vantagem indevida (1,5% de 3,5 bilhões de reais), pagos na proporção que cada empresa tinha no consórcio Porto Novo. Nesse sentido, ficou estabelecido que a CARIOCA ENGENHARIA teria que pagar 25% do valor: 13 milhões de reais.

Após essa reunião, narrou a testemunha que seu filho, Ricardo Pernambuco Júnior, foi procurar o então deputado para que fosse acertada a forma de pagamento. Registre-se que, conforme narram as demais testemunhas, cada empresa ficou de procurar o réu EDUARDO CUNHA para realizar o pagamento de propina.

A despeito de FÁBIO CLETO ter mencionado, em sua colaboração e reafirmado em seu interrogatório, que teria participado de uma reunião no Hotel Mofarrej (antes da aprovação dos recursos destinados às obras do Porto Maravilha), na presença de representantes do consórcio Porto Novo, tanto **Ricardo Pernambuco** quanto **Ricardo Pernambuco Filho** negaram a participação no ato.

Observa-se, outrossim, que CLETO também informou que EDUARDO CUNHA apresentou pessoas que, segundo lhe falaram, eram representantes do consórcio. No entanto, CLETO apenas tem certeza da presença de **Léo Pinheiro**, que, em seu testemunho nestes autos, também confirmou que dela participara.

É possível visualizar que, de fato, apenas participou da referida reunião no Hotel Mofarrej **Léo Pinheiro**, pois também a testemunha **Benedicto Júnior** informou que EDUARDO CUNHA solicitou propina das obras do Porto Maravilha em seu escritório político. Após isso, **Benedicto Júnior** teria ido ao encontro de Ricardo Pernambuco e Léo Pinheiro, no Hotel Sofitel. Nessa reunião, no Sofitel, esclarece **Benedicto Júnior** (em sua colaboração premiada³⁸) que Léo Pinheiro já tinha conhecimento sobre a necessidade de pagar propina ao então deputado.

38 Petição nº 6.736/STF, anexada aos autos.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

5777
d

Assim, percebe-se que o único com quem o réu EDUARDO CUNHA não se reuniu antes da aprovação dos recursos do Porto Maravilha foi RICARDO PERNAMBUCO, que foi informado apenas em reunião no Hotel Sofitel.

Pois bem.

Também **Ricardo Pernambuco Filho**, na condição de testemunha, ratificou a colaboração de seu pai, acrescentando ainda como se davam os trâmites das solicitações de propina.

Inicialmente, o declarante, após saber do acertado, passou a encontrar o então deputado EDUARDO CUNHA para o acerto da forma como se dariam os pagamentos. Os encontros com ele eram no escritório de CUNHA na Nilo Peçanha, no apartamento funcional, na Câmara dos Deputados ou no escritório do declarante em São Paulo.

O mesmo referido perguntou, em uma dessas reuniões com CUNHA, antes do primeiro pagamento, se havia a possibilidade de que os acertos ocorressem no exterior, ocasião em que este acenou positivamente. A primeira conta indicada por CUNHA era ISRAEL DISCOUNT BANK, conta essa recusada para a continuidade das transferências. Por esse motivo, apenas a primeira transferência foi em nome dessa conta. A partir disso, o declarante procurou novamente o deputado EDUARDO CUNHA, que lhe informou uma conta na Suíça (ESTEBAN GARCIA/BELLFIELD). A partir daí, todos pagamentos ocorreram na Suíça.

Frisa-se, conforme testemunham **Ricardo Pernambuco e Ricardo Pernambuco Júnior**, que as contas às quais eram destinados os recursos eram indicadas pelo deputado, porém nenhum dos empresários tinham o conhecimento da titularidade das contas de destino.

Aduzem ainda **Ricardo Pernambuco e Ricardo Pernambuco Júnior** que foi utilizada, pelo provedor de serviços financeiros – que fundava as *offshores* e cuidava da saída e entrada de recursos – a conta ‘ônibus’ KINDAI FINANCIAL LTD, embora os valores tenham partido da conta aberta em nome da *offshore* CLIVER GROUP LTD., sediada no conhecido paraíso fiscal de Belize, a qual tinha Ricardo Pernambuco, sócio da CARIOCA, como beneficiário econômico confesso.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

Estão, dentre as contas em que foram recebidos valores de propina, a conta em nome da *offshore* LASTAL na Suíça, pertencentes a FÁBIO CLETO, e a conta em nome da *offshore* BELLFIELD (ou simplesmente BELL), que tinha HENRIQUE EDUARDO ALVES como o único beneficiário econômico.

Frisa-se que tanto FÁBIO CLETO quanto HENRIQUE ALVES, em seus interrogatórios, afirmaram que, de fato, são titulares de tais contas.

Quanto a primeira conta, LASTAL, comprovou-se que, na realidade, foram três as contas da *offshore* LASTAL utilizadas para o recebimento de propina por FÁBIO CLETO. A primeira foi aberta na Suíça, no Banco JULIUS BÄR (BAER). FÁBIO CLETO era o beneficiário (*Beneficial Owner*) da referida conta.

No final de 2013, FÁBIO CLETO fechou a conta da LASTAL no banco JULIUS BÄR. Ato contínuo, abriu duas novas contas da LASTAL, a primeira no banco HERITAGE, na Suíça, e a outra no Uruguai, na Corretora VICTOR PAULLIER. Os recursos da conta do JULIUS BÄR foram transferidos para o Uruguai e os novos depósitos feitos pela construtora CARIOCA ENGENHARIA foram na conta da LASTAL, no Banco HERITAGE, na Suíça, a partir de junho de 2014. **As contas foram indicadas por CLETO a CUNHA, o qual, conforme destacado, assumira o compromisso de lhe pagar a dívida que tinha com FUNARO, relacionadas à conta ROCKFRONT.**

De propina, nas duas contas em nome da LASTAL na Suíça, CLETO recebeu da CARIOCA o total de **USD 2,1 milhões**. A tabela abaixo indica as datas, origem e destino de todas as transferências da CARIOCA a pedido de EDUARDO CUNHA para as contas da *offshore* LASTAL de FÁBIO CLETO³⁹:

DATA	CONTA / BANCO – REMETENTE	CONTA / BANCO – DESTINATÁRIO	DÉBITOS (US\$)
25/10/2012	CLIVER/DELTA TRUST	LASTAL/JULIUS BAER	333.217,84
5/3/2013	CLIVER/DELTA TRUST	LASTAL/JULIUS BAER	317.000,00

39 Apenso IV da Ação Penal 60203-83.2016.4.01.3400 fls. 13-v.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

5778
b

DATA	CONTA / BANCO – REMETENTE	CONTA / BANCO – DESTINATÁRIO	DÉBITOS (US\$)
28/5/2013	CLIVER/DELTA TRUST	LASTAL/JULIUS BAER	160.000,00
26/8/2013	CLIVER/DELTA TRUST	LASTAL/JULIUS BAER	391.000,00
10/12/2013	CLIVER/DELTA TRUST	LASTAL/JULIUS BAER	150.000,00
25/6/2014	CLIVER/DELTA TRUST	LASTAL/BANK HERITAGE	134.000,00
8/7/2014	CLIVER/DELTA TRUST	LASTAL/BANK HERITAGE	134.000,00
25/7/2014	CLIVER/DELTA TRUST	LASTAL/BANK HERITAGE	134.000,00
6/8/2014	CLIVER/DELTA TRUST	LASTAL/BANK HERITAGE	134.000,00
20/8/2014	CLIVER/DELTA TRUST	LASTAL/BANK HERITAGE	134.000,00
19/9/2014	CLIVER/DELTA TRUST	LASTAL/BANK HERITAGE	134.000,00
Total			2.155.217,84⁴⁰

Por sua vez, de propina, na conta em nome da BELLFIELD, HENRIQUE ALVES recebeu da CARIOCA o total de CHF 832.975,98 (US\$ 906 mil)⁴¹. A tabela abaixo indica as datas, origem e destino de todas as transferências da CARIOCA a pedido de EDUARDO CUNHA para as contas da *offshore* BELLFIELD (BELL), por meio da conta ‘ônibus’ KINDAI/MERRIL LINCH:

DATA	CONTA / BANCO – REMETENTE	CONTA / BANCO – DESTINATÁRIO	DÉBITOS (CHF)
4/10/2011	KINDAI/MERRIL LINCH	BELLFIELD/MERRIL LINCH	323.121,92
18/11/2011	KINDAI/MERRIL LINCH	BELLFIELD/MERRIL LINCH	341.852,37
7/12/2011	KINDAI/MERRIL LINCH	BELLFIELD/MERRIL LINCH	168.001,69
Total			832.975,98

40 O montante equivale a R\$ 4.717.003,56. Essa conversão para a moeda brasileira se fez no sítio eletrônico do Banco Central e não inclui correção monetária.

41 Apenso I da Ação Penal 60203-83.2016.4.01.3400, em diversos documentos.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

De fato, comprovou-se que os pagamentos tanto a BELLFIELD, quanto a LASTAL, (além daquele destinado à conta no ISRAEL DISCOUNT BANK e PENBUR⁴²) foram solicitadas por EDUARDO CUNHA aos dirigentes da CARIOCA ENGENHARIA e destinadas a HENRIQUE ALVES e a FÁBIO CLETO.

De acordo com os elementos probatórios angariados antes e no decorrer da instrução processual, o valor destinado a FÁBIO CLETO foi decorrente, além das operações de mercado não permitidas, de várias operações no FI-FGTS e nas carteiras administradas, as quais foram confirmadas pelos colaboradores, bem como pelos documentos, inclusive anotadas nas planilhas de controle de FÁBIO CLETO com LÚCIO FUNARO e, posteriormente, com EDUARDO CUNHA.

FÁBIO CLETO também confirmou o recebimento de R\$ 520.000,00 (quinhentos e vinte mil reais) em espécie, pagos por EDUARDO CUNHA ou pessoas por ele indicadas.

Desse montante de R\$ 520.000,00, EDUARDO CUNHA pagou diretamente a FÁBIO CLETO R\$ 40.000,00 no apartamento funcional do Deputado em Brasília. O restante foi pago parte em Brasília (R\$ 80.000,00) e parte em São Paulo (R\$ 400.000,00)⁴³.

Sobre as operações, tem-se, além das planilhas e do interrogatório dos colaboradores, outras formas de contabilidade, como a anexada por LÚCIO BOLONHA FUNARO (Apenso 9), que dão conta de diversos valores de propinas destinados ao réu EDUARDO CUNHA, inclusive relacionadas às operações referidas por FÁBIO CLETO na Caixa Econômica Federal (Apenso 9 – vol. 5).

Registre-se que ALEXANDRE MARGOTTO, apesar de confessar o recebimento de propina apenas na operação relacionada à empresa Moura DUBEUX, aceitou fazer o ajuste criminoso, no qual participou em auxílio aos demais, e aceitou, principalmente, a promessa de que receberia valores indevidos, pela intermediação de FÁBIO CLETO. Também serviu de condutor para diversas comunicações ilícitas entre

42 Que não são objeto desta denúncia.

43 Segundo anotações na tabela de controle de FÁBIO CLETO, os valores foram pagos aproximadamente nas seguintes datas: 10/8/2012 (R\$ 40.000,00), 30/7/2013 (R\$ 80.000,00) e 28/4/2014 (R\$ 400.000,00).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

5779
8

CLETO e FUNARO. Relembre-se, outrossim, que a carta de exoneração assinada por CLETO e detida por FUNARO (e posteriormente apresentada ao juízo) foi entregue por MARGOTTO a CLETO, bem com devolvida por MARGOTTO a FUNARO após ter sido assinada por CLETO.

Por fim, também foi comprovada a violação de sigilo funcional, em todos os casos denunciados, ou seja, os nove casos em que houve o pagamento de propina (**HAZTEC, PORTO MARAVILHA, AQUAPOLO, SANEATINS, BR VIAS, ELDORADO, LAMSA, BRADO LOGÍSTICA e MOURA DUBEUX**), um caso de prevaricação (Companhia Siderúrgica Nacional) e três casos em que não houve pagamento de propina e EDUARDO CUNHA não pediu que FÁBIO CLETO se posicionasse de alguma forma (**RIALMA, PETROBRAS e PEIXE ENERGIA**).

Além do teor dos interrogatórios, percebe-se, também a partir de outros elementos, que, de fato, havia interesse de EDUARDO CUNHA nas operações e, por conseguinte, nos desembolsos dos projetos. Nesse sentido, tem-se inúmeros diálogos entre 'Lopes', 'Lopes2' (EDUARDO CUNHA) e 'Gordon Gekko' (FÁBIO CLETO), captados no celular de FÁBIO CLETO, no bojo da Ação Cautelar nº 4.044⁴⁴:

44 Arquivo RAMA 16-2016 (Vol. 18, mídia de fl.3.747, da Ação Cautelar nº 4.044).

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Força-Tarefa Greenfield

origem	data/hora	mensagem
27351882 Lopes	24/05/2012 12:16:51	Ta aci?
236A7150 Gordon Gekko	24/05/2012 12:17:21	Oi bom dia
27351882 Lopes	24/05/2012 12:17:31	Bom dia
27351882 Lopes	24/05/2012 12:17:56	Ve para mim se ta pegando algo na br vias la ainda que o maluco ta falando
236A7150 Gordon Gekko	24/05/2012 12:18:27	Ok
236A7150 Gordon Gekko	24/05/2012 20:33:23	Processo da BR Vias esta ok, sera assinado amanha. Desembolso semana que vem
27351882 Lopes	24/05/2012 20:34:11	Ok
236A7150 Gordon Gekko	25/05/2012 19:05:07	Boa tarde. Acabei de receber solicitacao de desembolso da LAMSA para o dia 31/05. Valor R\$ 386,7mm
27351882 Lopes	25/05/2012 19:05:59	Ok
236A7150 Gordon Gekko	25/05/2012 19:08:51	Te mandei no saccocheio email com noticia da haztec
236A7150 Gordon Gekko	25/05/2012 19:51:39	Outro assunto : confirmei que queiroz galvao realmente desistiu daquela operacao da carteira administrada habitacao. Eles nao conseguiram se enquadrar na resolucao do conselho que define que no minimo 60% dos imoveis do empreendimento estejam na faixa 1 (ate 170m)
236A7150 Gordon Gekko	25/05/2012 19:52:25	A outra, da brookfield continua tramitando

origem	data/hora	mensagem
236A7150 Gordon Gekko	02/06/2012 01:15:56	Confirmado que BR Vias sera feito o credito segunda-feira, de 300mm em uma parcela so
27351882 Lopes	02/06/2012 01:23:54	Maravilha
27351882 Lopes	02/06/2012 01:23:54	Enfim uma noticia boa
27351882 Lopes	04/06/2012 19:30:10	Ta ai
236A7150 Gordon Gekko	04/06/2012 19:30:21	Oi
27351882 Lopes	04/06/2012 19:30:42	Em brasiliaa?
236A7150 Gordon Gekko	04/06/2012 19:31:38	Nao, em bruxelas. Eu havia te dito. Va foi o casamento?
236A7150 Gordon Gekko	04/06/2012 19:32:04	Digo, ja foi pro casamento?
27351882 Lopes	04/06/2012 19:32:04	Ok
27351882 Lopes	04/06/2012 19:32:08	Vou sim
27351882 Lopes	04/06/2012 19:32:13	So quarta\$
236A7150 Gordon Gekko	04/06/2012 19:32:28	A Dina estara la. Ela viaja terca e eu chego
27351882 Lopes	04/06/2012 19:32:37	Oook
236A7150 Gordon Gekko	04/06/2012 19:34:30	Dina ta checando o deposito da BR...vifug mandou hj 300mm na hora do almoco, ela ta vendo se uma conta tipo scroll acc ou direto...foi no Bradesco
27351882 Lopes	04/06/2012 19:34:58	De quem?
236A7150 Gordon Gekko	04/06/2012 19:35:24	BRVias
27351882 Lopes	04/06/2012 19:36:02	Ok
27351882 Lopes	04/06/2012 21:30:31	Isso e. Contaa que ainda vai levarr



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

5780
1

Veja-se, por exemplo, o interesse de EDUARDO CUNHA nos projetos relacionados a LAMSA, HAZTEC e BR VIAS.

Ademais, pelo exame do Relatório de Análise de Material Apreendido nº 15/2016⁴⁵, constata-se que na residência da Presidência da Câmara dos Deputados (local relacionado a EDUARDO CUNHA), foram encontrados diversos documentos com referência à Caixa Econômica Federal, precisamente nas áreas de investimentos das operações, inclusive quadro com informações das reuniões do Comitê de Investimentos do FI-FGTS, a partir de Junho de 2011. Cumpre aqui trazer a essencial observação feita pela perícia:

⁴⁵ Vol. 18, mídia de fl.3.747, da Ação Cautelar nº 4.044.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

R.A. 15-2016 - MATERIAL APREENDIDO - Equipe DF 07

10/83

OBSERVAÇÃO:

Entre os documentos apreendidos (Ação Cautelar 4044-STF - Mandado de Busca e Apreensão Nº 035) no endereço SHTN, Trecho 1, Conjunto 1B, Bloco B, Apto. 4069, Hotel Golden Tulip, endereço de **FÁBIO FERREIRA CLETO**, foi apreendida uma pasta, constando no item 10 (EQUIPE DF-13) da respectiva apreensão a seguinte descrição:

10 Documentos Diversos	1	UN	Uma (01) Pasta Transparente contendo 08 (oito) folhas/documentos relacionados ao FI-FGTS.
------------------------	---	----	---

Tal pasta continha o mesmo documento apreendido pela equipe DF-07 (item 6) na residência do Deputado **EDUARDO CUNHA**, ora analisado, denotando que ou o mesmo foi repassado ao Deputado **EDUARDO CUNHA** por **FÁBIO CLETO**, ou repassado por alguém aos dois, podendo-se deduzir um interesse comum entre **EDUARDO CUNHA** e **FÁBIO CLETO** nos resumos e relatórios relativos às reuniões do CI FI-FGTS, das disponibilidades do fundo, proposições, empresas envolvidas etc.

Segue abaixo o documento apreendido na residência de **FÁBIO CLETO**:

1- Relatório das demandas (recebidas e encaminhadas) para o SLIFTS (quadro de reuniões encaminhadas).

Proposta de Projeto FI-FGTS nº 04, com reunião no FI-FGTS/SLIFTS 022

Proposta	FI-FGTS ou Câmara	Data de reunião	Classificação Informação por e-mail à SLIFTS	Valor da operação	Instrumento proposto	Comunicação	Orcamento
Demanda	FI-FGTS	10/02/2013	13/02/13		01	1-Indicação de recursos para o FI-FGTS/SLIFTS nº 04, com reunião no FI-FGTS/SLIFTS 022	Reunião em 10/02/13
Demanda FI-FGTS de Fábio Ferreira Cleto (Câmara FI-FGTS)	FI-FGTS	22/02/13	22/02/13	10	01	Demanda FI-FGTS nº 04, com reunião no FI-FGTS/SLIFTS 022	10
Demanda	FI-FGTS	25/02/2013	25/02/13		01	Demanda FI-FGTS nº 04, com reunião no FI-FGTS/SLIFTS 022	10
Demanda	FI-FGTS	26/02/2013	26/02/13		01	Demanda FI-FGTS nº 04, com reunião no FI-FGTS/SLIFTS 022	10
Demanda	FI-FGTS	27/02/2013	27/02/13		01	Demanda FI-FGTS nº 04, com reunião no FI-FGTS/SLIFTS 022	10
Demanda	FI-FGTS	28/02/2013	28/02/13		01	Demanda FI-FGTS nº 04, com reunião no FI-FGTS/SLIFTS 022	10
Demanda	FI-FGTS	29/02/2013	29/02/13		01	Demanda FI-FGTS nº 04, com reunião no FI-FGTS/SLIFTS 022	10
Demanda	FI-FGTS	30/02/2013	30/02/13		01	Demanda FI-FGTS nº 04, com reunião no FI-FGTS/SLIFTS 022	10
Demanda	FI-FGTS	01/03/2013	01/03/13		01	Demanda FI-FGTS nº 04, com reunião no FI-FGTS/SLIFTS 022	10
Demanda	FI-FGTS	02/03/2013	02/03/13		01	Demanda FI-FGTS nº 04, com reunião no FI-FGTS/SLIFTS 022	10
Demanda	FI-FGTS	03/03/2013	03/03/13		01	Demanda FI-FGTS nº 04, com reunião no FI-FGTS/SLIFTS 022	10
Demanda	FI-FGTS	04/03/2013	04/03/13		01	Demanda FI-FGTS nº 04, com reunião no FI-FGTS/SLIFTS 022	10
Demanda	FI-FGTS	05/03/2013	05/03/13		01	Demanda FI-FGTS nº 04, com reunião no FI-FGTS/SLIFTS 022	10
Demanda	FI-FGTS	06/03/2013	06/03/13		01	Demanda FI-FGTS nº 04, com reunião no FI-FGTS/SLIFTS 022	10
Demanda	FI-FGTS	07/03/2013	07/03/13		01	Demanda FI-FGTS nº 04, com reunião no FI-FGTS/SLIFTS 022	10
Demanda	FI-FGTS	08/03/2013	08/03/13		01	Demanda FI-FGTS nº 04, com reunião no FI-FGTS/SLIFTS 022	10
Demanda	FI-FGTS	09/03/2013	09/03/13		01	Demanda FI-FGTS nº 04, com reunião no FI-FGTS/SLIFTS 022	10
Demanda	FI-FGTS	10/03/2013	10/03/13		01	Demanda FI-FGTS nº 04, com reunião no FI-FGTS/SLIFTS 022	10
Demanda	FI-FGTS	11/03/2013	11/03/13		01	Demanda FI-FGTS nº 04, com reunião no FI-FGTS/SLIFTS 022	10
Demanda	FI-FGTS	12/03/2013	12/03/13		01	Demanda FI-FGTS nº 04, com reunião no FI-FGTS/SLIFTS 022	10
Demanda	FI-FGTS	13/03/2013	13/03/13		01	Demanda FI-FGTS nº 04, com reunião no FI-FGTS/SLIFTS 022	10
Demanda	FI-FGTS	14/03/2013	14/03/13		01	Demanda FI-FGTS nº 04, com reunião no FI-FGTS/SLIFTS 022	10
Demanda	FI-FGTS	15/03/2013	15/03/13		01	Demanda FI-FGTS nº 04, com reunião no FI-FGTS/SLIFTS 022	10
Demanda	FI-FGTS	16/03/2013	16/03/13		01	Demanda FI-FGTS nº 04, com reunião no FI-FGTS/SLIFTS 022	10
Demanda	FI-FGTS	17/03/2013	17/03/13		01	Demanda FI-FGTS nº 04, com reunião no FI-FGTS/SLIFTS 022	10
Demanda	FI-FGTS	18/03/2013	18/03/13		01	Demanda FI-FGTS nº 04, com reunião no FI-FGTS/SLIFTS 022	10
Demanda	FI-FGTS	19/03/2013	19/03/13		01	Demanda FI-FGTS nº 04, com reunião no FI-FGTS/SLIFTS 022	10
Demanda	FI-FGTS	20/03/2013	20/03/13		01	Demanda FI-FGTS nº 04, com reunião no FI-FGTS/SLIFTS 022	10
Demanda	FI-FGTS	21/03/2013	21/03/13		01	Demanda FI-FGTS nº 04, com reunião no FI-FGTS/SLIFTS 022	10
Demanda	FI-FGTS	22/03/2013	22/03/13		01	Demanda FI-FGTS nº 04, com reunião no FI-FGTS/SLIFTS 022	10
Demanda	FI-FGTS	23/03/2013	23/03/13		01	Demanda FI-FGTS nº 04, com reunião no FI-FGTS/SLIFTS 022	10
Demanda	FI-FGTS	24/03/2013	24/03/13		01	Demanda FI-FGTS nº 04, com reunião no FI-FGTS/SLIFTS 022	10
Demanda	FI-FGTS	25/03/2013	25/03/13		01	Demanda FI-FGTS nº 04, com reunião no FI-FGTS/SLIFTS 022	10
Demanda	FI-FGTS	26/03/2013	26/03/13		01	Demanda FI-FGTS nº 04, com reunião no FI-FGTS/SLIFTS 022	10
Demanda	FI-FGTS	27/03/2013	27/03/13		01	Demanda FI-FGTS nº 04, com reunião no FI-FGTS/SLIFTS 022	10
Demanda	FI-FGTS	28/03/2013	28/03/13		01	Demanda FI-FGTS nº 04, com reunião no FI-FGTS/SLIFTS 022	10
Demanda	FI-FGTS	29/03/2013	29/03/13		01	Demanda FI-FGTS nº 04, com reunião no FI-FGTS/SLIFTS 022	10
Demanda	FI-FGTS	30/03/2013	30/03/13		01	Demanda FI-FGTS nº 04, com reunião no FI-FGTS/SLIFTS 022	10
Demanda	FI-FGTS	31/03/2013	31/03/13		01	Demanda FI-FGTS nº 04, com reunião no FI-FGTS/SLIFTS 022	10



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

5781
0

Nesse sentido, observa-se que os relatos dos colaboradores, aliados aos documentos encontrados na residência de EDUARDO CUNHA, comprovam que este solicitava de FÁBIO CLETO informações de vários projetos em tramitação nas áreas de FÁBIO CLETO.

Demais disso, tem-se o termo de confidencialidade assinado por FÁBIO CLETO no FI-FGTS⁴⁶.

Por tudo isso, finda a instrução processual e comprovada a materialidade dos delitos e a autoria dos réus e presente o dolo na realização da empreitada criminosa, resta a convicção de que a procedência da denúncia é medida de rigor, uma vez que se confirmou integralmente as confissões e colaborações de FÁBIO CLETO, ALEXANDRE MARGOTTO e LÚCIO FUNARO (bem como dos demais colaboradores informantes que depuseram em juízo), os quais narraram um esquema de pagamento de propina, violação de sigilo funcional, prevaricação e lavagem de dinheiro praticado por todos, em divisão de tarefas e comunhão de propósitos, crimes pelos quais devem ser condenados, na forma exposta a seguir.

2.3. Tipificação penal e *emendatio libelli*

Sabe-se que os réus respondem pelos fatos a eles imputados e não pela capitulação penal, e, por isso, *“o juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave”*⁴⁷.

Nesse sentido, promove o Ministério Público Federal atribuição jurídica diversa aos fatos relatados e comprovados no bojo da instrução penal.

46 Documento constante do Apenso 1 desta Ação Penal.

47 Art. 383 do CPP.



2.3.1. *O concurso material dos delitos de corrupção praticados por FÁBIO CLETO*

A conduta do FÁBIO CLETO enquadra-se, por ter **recebido, para si, vantagem indevida**, em razão de seu cargo de Vice-Presidente de Fundos de Governo e Loterias (VIFUG), entre os anos de 2011 e 2015, com atuação em favor do grupo criminoso acima referido, no tipo penal descrito no art. 317 do Código Penal (**corrupção passiva**). Em razão de sua atuação em nove projetos (HAZTEC, PORTO MARAVILHA, AQUAPOLO, SANEATINS, BR VIAS, ELDORADO, LAMSA, BRADO LOGÍSTICA e MOURA DUBEUX), foi destinatário de pagamentos oferecidos por EDUARDO CUNHA, em espécie e no exterior, neste último caso, consubstanciados em transferências realizadas pela Construtora Carioca Engenharia, por solicitação também do réu EDUARDO CUNHA. Recebeu então vantagem indevida em **9 (nove) operações distintas**. Assim, tendo em vista a pluralidade de condutas, a independência entre as operações e o extenso e intervalado período da atividade criminosa, a relação é de **concurso material** (art. 69 do CP) **entre 9 (nove) crimes (um para cada “caso”, cada investimento pelo qual CLETO recebeu propina)**.

É cediço que não se pode tratar os recebimentos, em cada operação, como forma de continuidade delitiva (art. 71 do Código Penal), porquanto, houve, é verdade, **dolo autônomo** para cada um dos projetos, além de serem procedimentos e dinâmicas distintas para aprovação. Desse modo, são situações totalmente diferentes, cujo liame apenas se identifica por serem os valores (os quais são apenas o exaurimento do crime) resultantes de um único depositante, a Construtora Carioca Engenharia. E isso só ocorreu por conta de ardilosa forma de distribuição de propina, orquestrada pelo então deputado EDUARDO CUNHA, líder e principal articulador do esquema.





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

5782
1

Nesse sentido, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e a doutrina, há a necessidade de que, além da similitude de condições de tempo, de lugar e de espécie de crime, os crimes subsequentes possam ser, em realidade, a continuação do primeiro crime, para que se aplique a continuidade delitiva⁴⁸, **o que não se vislumbra nesse caso**. Não é possível, portanto, reconhecer os crimes praticados como crimes continuados.

Quanto à condição do tempo, percebe-se que não houve uma conexão temporal ou periodicidade entre os delitos, restando a demonstração de que, apenas no período em que CLETO ocupara a Vice-Presidência da Caixa, foi praticado uma série de crimes de corrupção, **não se determinando que um fosse resultado do anterior e, por conseguinte, do primeiro delito.**

Comprovou-se, ainda, que FÁBIO CLETO, por inúmeras vezes e a pedido de CUNHA e FUNARO, **infringiu o seu dever funcional**, no momento em que atuou de acordo com os interesses da organização criminosa. Além disso, com vontade livre e consciente, revelou fatos e informações de que tinha ciência em razão do cargo e que deviam permanecer em segredo, a EDUARDO CUNHA, ALEXANDRE MARGOTTO e LÚCIO FUNARO.

Portanto, violou, em diversos casos distintos, o dever de sua função de atuar em conformidade com normas técnicas para investimentos, passando as suas escolhas de financiamentos a serem feitas exclusivamente por pedidos do grupo criminoso. **Deve, portanto, ser aplicada a causa de aumento de pena inserida no art. 317, § 1º, do Código Penal.**

Outrossim, deve ainda ser aplicado o aumento de pena declinado no art. 327, § 2º, do Código Penal, em razão de FÁBIO CLETO ter praticado crimes contra a Administração Pública quando estava no cargo em comissão (Vice-Presidente da VIFUG).

Também devem responder pelos crimes de corrupção passiva, com as causas de aumento mencionadas, de que tinham ciência, por concorrerem para a sua realização, nos termos dos art. 29 e 30 do Código Penal, com divisão de tarefas, **LÚCIO BOLONHA FUNARO**, que,

48 Segundo BITENCOURT "(...) corre o crime continuado quando o agente, mediante mais de uma conduta (ação ou omissão), pratica dois ou mais crimes da mesma espécie, devendo os subsequentes, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, ser havidos como continuação do primeiro. São diversas ações, cada uma em si mesma criminosa, que a lei considera, por motivos de política criminal, como um crime único." BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte especial. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2003. pp. 566 e ss.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

com vontade livre e consciente, intermediava o ajuste de propina com as empresas e repassava demandas do grupo criminoso a FÁBIO CLETO e EDUARDO CUNHA; e **ALEXANDRE MARGOTTO**, que, com vontade livre e consciente, auxiliava FUNARO em sua atividade criminosa, com destaque para sua atuação como intermediário de informações entre FÁBIO CLETO e LÚCIO FUNARO.

2.3.2. O concurso material de crimes de corrupção passiva praticados por HENRIQUE ALVES

A conduta de **HENRIQUE ALVES**, por ter recebido vantagem indevida, por três vezes, no exterior, em razão de seu cargo de parlamentar, no ano de 2011, com atuação em favor do grupo criminoso acima referido, enquadra-se no tipo penal descrito no art. 317 do Código Penal (corrupção passiva), combinado com o arts. 29 e 30 do Código Penal, **em concurso material (art. 69 do CP)**.

Registre-se que **HENRIQUE ALVES** era, à época dos fatos, líder do partido PMDB [atual MDB] e, posteriormente, Presidente da Câmara dos Deputados. Indicou, a pedido de EDUARDO CUNHA e no interesse do grupo criminoso, FÁBIO CLETO para os quadros da Caixa Econômica Federal, e atuava no seu âmbito de suas atribuições para mantê-lo na instituição.

Nesse sentido, o crime de corrupção passiva relacionado ao ex-parlamentar consiste em receber vantagem indevida, a fim de que, como parlamentar em posição de elevado poder político, agisse para viabilizar a indicação e a manutenção de FÁBIO CLETO na Vice-Presidência da Caixa Econômica Federal, para atuação deste na instituição no interesse do grupo criminoso, que atendia demandas dos empresários com projetos na CEF em troca de pagamentos escusos.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

5783
8

Deve ser aplicada na hipótese a **causa de aumento de pena inserida no art. 317, § 1º, do Código Penal**, pois o fato de **HENRIQUE ALVES conceder apoio permanente**, como líder do partido, a um agente público que cometia ilícitos, dos quais tinha plena ciência (fazendo, inclusive, parte do esquema criminoso), acarreta patente desvio de finalidade no exercício do cargo para o qual fora eleito.

Frisa-se que, no contexto de distribuição de cargos estatais a partidos políticos que marca o governo de coalizão, foi destinado o cargo de Vice-presidente da VIFUG à agremiação política do PMDB [atual MDB]. **EDUARDO CUNHA e HENRIQUE ALVES**, então, indicaram e mantiveram **FÁBIO CLETO** no cargo com a finalidade predeterminada de locupletação própria e de terceiros, como confirmado pelos colaboradores, bem como pelas demais provas coligidas nos autos.

Ademais, diante da prerrogativa constitucional para fiscalizar atos da Administração Pública, conferida a todos os parlamentares, **HENRIQUE ALVES**, em vez de portar-se de maneira a evitar a prática de crimes perpetrados na Vice-Presidência indicada pelo partido, contribuiu, essencialmente, com a continuidade delitiva e o fez **violando o seu dever funcional**, recebendo, para isso, vantagem indevida.

Por tudo isso, deve ser aplicada a causa de aumento de pena capitulada no art. 317, § 1º, do Código Penal, porquanto infringiu deveres funcionais do cargo para o qual fora eleito.

2.3.3. O crime de corrupção passiva praticado por EDUARDO CUNHA

A conduta de **EDUARDO CUNHA**, em solicitar (para si ou para outrem) **junto à empresa Carioca Engenharia**, vantagem indevida, em razão de seu cargo político, o qual dava ingerência dentro da VIFUG, com atuação em favor do grupo criminoso acima referido, enquadra-se no tipo penal descrito no art. 317 do Código Penal (**corrupção passiva**).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

Registre-se que, ao realizar os pagamentos, os empresários da Carioca Engenharia tinham em mente que os valores eram para o então Deputado EDUARDO CUNHA. A notícia de que os pagamentos teriam sido realizados para os outros membros da organização criminosa ocorreu somente após a deflagração desta ação penal. Além disso, Ricardo Pernambuco e Ricardo Pernambuco Filho não tinham contato com CLETO para além do limite de suas atribuições jurídicas.

Deve ser aplicada na hipótese a **causa de aumento de pena inserida no art. 317, § 1º, do Código Penal**, pois o fato de EDUARDO CUNHA ser líder do partido e conceder a um agente público que cometia ilícitos, dos quais tinha plena ciência (fazendo, inclusive, parte do esquema criminoso), apoio permanente, acarretando em patente desvio de finalidade do cargo para o qual fora eleito.

Frisa-se que, no contexto de distribuição de cargos estatais a partidos políticos que marca o governo de coalizão, foi destinado o cargo de Vice-presidente da VIFUG à agremiação política do PMDB [atual MDB]. EDUARDO CUNHA e HENRIQUE ALVES, então, indicaram e mantiveram FÁBIO CLETO no cargo com a finalidade predeterminada de locupletação própria e de terceiros, como confirmado pelos colaboradores, bem como pelas demais provas coligidas nos autos.

Ademais, diante da prerrogativa constitucional para fiscalizar atos da Administração Pública, conferida a todos os parlamentares, EDUARDO CUNHA, em vez de portar-se de maneira a evitar a prática de crimes perpetrados na Vice-Presidência indicada pelo partido, contribuiu, essencialmente, com a continuidade delitiva e o fez **violando o seu dever funcional**.

Por tudo isso, deve ser aplicada a causa de aumento de pena capitulada no art. 317, § 1º, do Código Penal, porquanto infringiu deveres funcionais do cargo para o qual fora eleito.



5784
8

2.3.4. O concurso material de crimes de corrupção ativa praticados por EDUARDO CUNHA

A conduta de **EDUARDO CUNHA**, ao **promover o oferecimento (comprometimento e entrega) de vantagem indevida a CLETO e a ALVES**, no contexto criminoso, enquadra-se no tipo penal de **corrupção ativa (art. 333 do Código Penal)**.

Conforme visto, foram **9 (nove) projetos** e operações distintas dentro do FI-FGTS e das carteiras administradas, portanto, como esclarecido anteriormente, as situações demonstram hipótese de concurso material de delitos (art. 69 do Código Penal). Frisa-se que CUNHA ofereceu, para cada operação que contasse com a atuação de CLETO, vantagem indevida a este último, para determiná-lo a praticar ato inerente a sua função, de acordo com as diretrizes que convinhem ao réu EDUARDO CUNHA.

Também CUNHA ofereceu a HENRIQUE ALVES, por conta do cargo do último (no parlamento), cargo esse que dava sustentação a CLETO, vantagem indevida, para determiná-lo a praticar ato em violação a sua função (com desvio de finalidade), de acordo com as diretrizes que convinhem ao réu EDUARDO CUNHA e aos outros integrantes da organização criminosa.

Deve ainda, por conta das atuações de CLETO e ALVES, **violando os seus deveres funcionais, incidir, nas 12 corrupções ativas (CLETO, em 9, e 3 em ALVES) o aumento de pena do parágrafo único do art. 333 do Código Penal.**

2.3.5. O concurso material de crimes de prevaricação praticados por FÁBIO CLETO, com a participação de EDUARDO CUNHA

Ainda, de acordo com o que restou comprovado ao longo da instrução penal, também deve ser condenado **FÁBIO CLETO** às penas do art. 319 (**prevaricação**) do Código Penal, por ter retardado, **por uma vez**, com vontade livre e consciente, em atendimento a



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

determinação de EDUARDO CUNHA, o projeto relacionado à Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que teve pedido de vistas de FÁBIO CLETO em 2014 e, até dezembro de 2015, não tinha sido retornado para votação no âmbito do FI-FGTS.

Na hipótese, deve ser aplicado o **aumento de pena declinado no art. 327, § 2º, do Código Penal**, em razão de FÁBIO CLETO ter praticado o crime quando estava no cargo em comissão (Vice-Presidente da VIFUG).

EDUARDO CUNHA, por ter concorrido para o cometimento do crime, ao determinar a FÁBIO CLETO que agisse para evitar a aprovação do projeto, também deve ser condenado às penas do **art. 319 (prevaricação) do Código Penal, com a causa de aumento, de que tinha ciência**, nos termos dos arts. 29 e 30 do Código Penal.

2.3.6. O concurso material de crimes de lavagem de dinheiro praticados pelos acusados CLETO, FUNARO, e CUNHA, decorrente da assunção de dívida oriunda das práticas de evasão de divisas e sonegação tributária

Ainda FÁBIO CLETO, em comunhão com LÚCIO FUNARO e EDUARDO CUNHA, cometeram, no Brasil e no exterior, o crime previsto no **art. 1º da Lei n. 9.613/98**, combinado com o art. 29 do Código Penal, nas modalidades ocultar a natureza, origem, localização, disposição, movimentação e propriedade de direitos e valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal, por **318 vezes** (uma para cada pagamento, inclusive de FUNARO à família de CLETO, recebimento de valor no exterior ou assunção de dívida, na forma narrada acima), **nos termos do art. 71 do Código Penal (crime continuado)**.

É importante deixar consignado que a utilização de contas no exterior (para envio e recebimento de valores), em nome de *offshores*, sem nenhuma declaração para as autoridades competentes e com a dificuldade de se encontrar os reais beneficiários econômicos (*beneficial owners*), é reconhecidamente uma das principais técnicas de lavagem de capitais⁴⁹.

49 Nesse sentido, Sérgio Fernando Moro esclarece que “*Off-Shores* ou *shell corporations* são estruturas corporativas empregadas comumente para garantir o anonimato de seus proprietários.” e “Diante da dificuldade de identificação dos reais proprietários das *off-shores*, os assim denominados *beneficial owners*, dependendo





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

5785
8

2.3.7. *O concurso material de crimes de lavagem de dinheiro praticados por HENRIQUE ALVES e EDUARDO CUNHA, relativos à conta Bellfield*

Ainda **HENRIQUE ALVES**, em comunhão com **EDUARDO CUNHA** (art. 29 do Código Penal), **praticou o crime previsto no art. 1º, V, da Lei nº 9.613/98** (redação original), **por três vezes**, nas modalidades ocultar a natureza, origem, localização, disposição, movimentação e propriedade de direitos e valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal (corrupção passiva), em razão das três transferências, solicitadas por **EDUARDO CUNHA**, da conta **CLIVER/DELTA (KINDAI)** a conta da *offshore* **BELFIELD**, da qual **HENRIQUE ALVES** é beneficiário econômico.

No caso, em razão das **três transferências (habitualidade)**, deve ser aplicada a causa de aumento de pena declinada no art. 1º, § 4º, da Lei 9.613/98, em sua redação original.

EDUARDO CUNHA também deve responder pelos crimes de lavagem de dinheiro, com a causa de aumento mencionada, de que tinha ciência, por concorrer para a sua realização, nos termos dos art. 29 e 30 do Código Penal, como responsável pela indicação da conta no exterior titularizada por **HENRIQUE ALVES** à Construtora Carioca, para que esta providenciasse o pagamento da propina, de forma a dificultar a origem e o destinatário dos recursos, bem como responsável por auxiliado na confecção de toda a estrutura da conta e posterior lavagem.

usualmente da cooperação jurídica das autoridades dos paraísos fiscais, algo nem sempre disponível, é fácil entender o atrativo que representam para quem deseja permanecer no anonimato.” [Crime de lavagem de dinheiro. MORO, Sérgio Fernando. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 50].



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

2.3.8. *O concurso material de crimes de lavagem de dinheiro praticados pelos acusados FUNARO, CLETO e CUNHA, relativas à movimentação de contas da offshore Lastal*

FÁBIO CLETO, por fim, em comunhão com **EDUARDO CUNHA** e **LÚCIO FUNARO**, praticou o crime previsto no art. 1º da Lei nº 9.613/98 (redação dada pela Lei 12.683/2012), por onze vezes, nas modalidades ocultar a natureza, origem, localização, disposição, movimentação e propriedade de direitos e valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal (corrupção passiva), em razão das onze transferências, solicitadas por **EDUARDO CUNHA**, da conta CLIVER/DELTA (KINDAI) a conta da *offshore* LASTAL, da qual **FÁBIO CLETO** é beneficiário econômico.

No caso, em razão das onze transferências (habitualidade), deve ser aplicada a causa de aumento de pena declinada no art. 1º, § 4º, da Lei 9.613/98.

EDUARDO CUNHA também deve responder pelos crimes de lavagem de dinheiro, com a causa de aumento mencionada, de que tinha ciência, por concorrer para a sua realização, nos termos dos art. 29 e 30 do Código Penal, como responsável pela indicação da conta no exterior titularizada por **CLETO** à Construtora Carioca, para que esta providenciasse o pagamento da propina, de forma a dificultar a origem e o destinatário dos recursos.

LÚCIO FUNARO, do mesmo modo, deve responder pelos crimes de lavagem de dinheiro, com a causa de aumento mencionada, de que tinha ciência, por concorrer para a sua realização, nos termos dos art. 29 e 30 do Código Penal. É importante deixar registrado que **LÚCIO FUNARO** tinha plena ciência da lavagem e concorria para o acontecimento, inclusive confessou que, ao saber que a conta de **CLETO**, no exterior, tinha sido descoberta, foi ao beneficiário e o informou, ocasião em que **CLETO** mudou a sua conta.

Por fim, registre-se que **FÁBIO CLETO**, **ALEXANDRE MARGOTTO** e **LÚCIO FUNARO** são colaboradores da justiça e, por isso, sua condenação deve observar as cláusulas dos referidos acordos de colaboração premiada, especialmente no que tange ao total das condenações conjugadas.



5786
1

2.4. Dosimetria da Pena

Quanto à dosimetria da pena, o Ministério Público Federal oferece algumas ponderações.

A primeira fase (pena-base), do modelo trifásico adotado pelo Código Penal, é definida a partir da análise das circunstâncias judiciais enumeradas pelo art. 59 do Código Penal.

No que se refere à **culpabilidade**, além de pressuposto de configuração do crime, sem a qual se afasta a sua própria aplicação, é também definidora da medida da pena, se referindo, nesta hipótese, à censurabilidade/reprovabilidade da conduta. A culpabilidade, portanto, descrita no art. 59 do CP, deve ser entendida como medida que define diferentes graus ao ilícito, de modo que maior ou menor intensidade do dolo/desvalor da conduta, indicam a necessidade de um maior ou menor grau de censura a quem comete o crime, e, por consequência, maior ou menor pena em cada delito.

Não só a culpabilidade diz respeito à conduta, mas também ao seu agente, analisando a reprovabilidade de seu fato junto ao meio social.

Para além disso, deve-se lembrar que o entendimento do Supremo Tribunal Federal⁵⁰ é o de que, na fixação da pena-base, o magistrado não deve ser limitado para atuar exclusivamente em critérios matemáticos, como se cada uma das circunstâncias judiciais causasse igual aumento/diminuição na dosimetria da pena. Está, então, o magistrado, desde que fundamentada a sua decisão, limitado pelos limites impostos pelos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, devendo ainda fundamentar os motivos que o levaram a aplicar o *quantum* devido.

Dentro dessa vertente, no campo exclusivamente da culpabilidade, deve esta circunstância judicial ser, para os todos os crimes praticados por EDUARDO CUNHA e HENRIQUE ALVES, **valorada de forma extremamente rigorosa**, em razão de uma maior reprovabilidade/censurabilidade de suas condutas.

⁵⁰ Nesse sentido, HC 117.0254/MS. Rel. Min. Rosa Weber.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

Primeiramente, não se está diante de um simples agente público que pratica crimes de corrupção/lavagem de dinheiro, mas sim de **agentes políticos experientes (Deputados Federais desde 1971 e 2002, respectivamente) e ocupantes dos mais altos cargos da República**, cargos estes outorgados pelos eleitores dos Estados do Rio de Janeiro (EDUARDO CUNHA) e do Rio Grande do Norte (HENRIQUE ALVES) que, mais do que se fizeram representar pelos agentes, depositaram neles a confiança de seus votos.

E mais, além de terem sido eleitos membros da casa legislativa, também foram **ocupantes da presidência da Câmara dos Deputados, quebrando a fidelidade não só do povo que os elegeu, mas também de seus pares e da sociedade brasileira, porquanto chegaram a ocupar a linha sucessória do Chefe de Estado nacional, o Presidente da República.**

Outrossim, durante o período dos crimes denunciados no presente processo judicial (2011 a 2015), **EDUARDO CUNHA e HENRIQUE ALVES formavam parte do bloco governista, ou seja, faziam parte da força política por trás do Governo Federal, gozando do poder de indicar nomes para diversos cargos das mais diversas entidades vinculadas ao Poder Executivo Federal. Esse poder, como demonstrado durante a instrução processual, foi abusado por CUNHA e ALVES, e utilizado para o fim de cometimento de uma quantidade infindável de crimes. A República, em grande extensão, foi vítima dos delitos praticados pelos mencionados acusados, sofrendo um prejuízo moral incalculável. A reprovabilidade de suas condutas, portanto, é absoluta, máxima.**

Outro aspecto que deve ser considerado na dosimetria das penas de CUNHA e ALVES é que **ambos eram figuras centrais (ao lado de outros indivíduos não denunciadas no presente processo) em uma organização criminosa que não somente estabeleceu (em parceria com outra organização criminosa vinculada a outro partido político aliado ao PMDB durante boa parte do presente século) uma estrutura corrompida em diversos órgãos e entidades da República como também promoveu deturpações no funcionamento do próprio sistema econômico brasileiro, visto que passou a beneficiar ilicitamente alguns grupos econômicos em prejuízo de outros, desequilibrando e corrompendo o mercado e assim gerando um prejuízo estrutural também incalculável.**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

5787
↓

Assim, acrescenta-se que deve ser levada, para fins de reprovabilidade da conduta, a notável caracterização de organização criminosa. Se isso ainda não bastasse, a culpabilidade ainda é maior pelo fato de a organização criminosas utilizar-se do aparato estatal, por mais de 10 (dez) anos, com toda a sua estrutura e desvirtuando, por completo, o espírito republicano. Utilizaram CUNHA e ALVES tal organização criminosa para buscar, além do enriquecimento ilegal e da vida luxuosa, a perpetuação no poder por vias ilícitas.

Outrossim, aqui, na culpabilidade, deve ser considerado o **aspecto econômico-subjetivo de todos os réus (EDUARDO CUNHA, HENRIQUE ALVES, LÚCIO FUNARO, ALEXANDRE MARGOTTO e FÁBIO CLETO)**. Cuida-se de pessoas com condições financeiras estáveis (muito acima da média brasileira), sem as quais poderiam, até mesmo, alegar não lhes serem exigidas condutas diversas. Porém, ao contrário, mesmo com condições econômicas e até políticas favoráveis, **agiram de forma totalmente artilosa, para, unicamente, locupletar-se e acumular riqueza e poder em prejuízo de toda a nação**. Diante disso, graduando a exigibilidade de conduta diversa, cuja variação está entre exigir-se minimamente uma conduta diversa (tendo em vista que a inexigibilidade de conduta diversa torna o fato não culpável) e exigir-se uma conduta diversa máxima, não se pode apenar igualmente aqueles que têm, diante de sua realidade social, poucas escolhas para agir daquele que têm maiores escolhas para atuar. Nesse sentido, o perfil socioeconômico apresentado por todos os réus (empresários, economistas, parlamentares) deve ser sopesado na aplicação de suas culpabilidades.

Também não se pode olvidar que todos, pessoas experientes e com **consciência da ilicitude de tais crimes acima da média** (EDUARDO CUNHA e HENRIQUE ALVES eram parlamentares, cuja função precípua era a própria elaboração das leis, e ALEXANDRE MARGOTTO, LÚCIO FUNARO e FÁBIO CLETO são réus que tem uma formação acadêmica e profissional acima da média), o que ainda mais, em juízo de reprovação, agrava e reprova as suas condutas. Tinham plena ciência de seus ilícitos, devendo, portanto, suas penas serem proporcionais a esta condição.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

Iguamente é essencial para a definição das penas de HENRIQUE ALVES e EDUARDO CUNHA a constatação de serem estes criminosos em série (criminal serial), fazendo da política e da vida pública um caminho para a vida delituosa. De fato, restou demonstrado no curso da ação penal que CUNHA e ALVES possuem **personalidades voltadas para o crime, para a corrupção em seu sentido mais amplo**. São pessoas que **não demonstraram ou comunicaram, ao menos até o presente momento, qualquer arrependimento por seus crimes**.

Também deve-se levar em consideração, no momento em que vai se aferir a culpabilidade, a colaboração com a justiça dos réus FUNARO, MARGOTTO e CLETO, os quais, apesar de haverem, no passado, atuado de modo reprovável, decidiram redimir-se de seus erros e passaram a colaborar com a Justiça e o Estado brasileiro, responsabilizando-se por seus equívocos e buscando repará-los. Dessa forma, para tais colaboradores, a Justiça criminal deve mostrar-se mais moderada.

Além disso, os mencionados colaboradores não tinham qualquer projeto de poder político e, principalmente, promoveram a tentativa de pacificação social com o reconhecimento de seus delitos e no auxílio das investigações. Tudo isso deve ser averiguado para que a pena seja justa aos fins que ela se destina a cada um dos réus.

Diante de tudo isso, tem-se que o juízo de reprovação da conduta (grau de culpabilidade) deve ser valorado de forma proporcional aos réus, em face do dito acima e de sua condenação.

Quanto a outros pontos e referências adicionais à culpabilidade, o Ministério Público Federal oferece ponderações em separado, diante da peculiaridade de cada crime concreto.

Quanto ao crime de **corrupção passiva** praticado por EDUARDO CUNHA, na modalidade **solicitar valores indevidos** da CARIOCA ENGENHARIA, em razão do seu cargo de parlamentar (o qual daria, entre outras vantagens, a sustentação política de FÁBIO CLETO e a ingerência no FI-FGTS e nas carteiras administradas), sugere-se a aplicação da pena base



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

5788
6

acima do patamar médio (fixado entre 2 a 12 anos), em razão das valorações negativas de culpabilidade (extremada, conforme acima se referiu), de **circunstâncias** e de **consequências** do crime, não sendo o caso, como acima se viu, de fixação por critério exclusivamente matemáticos.

As **circunstâncias** da prática do crime de corrupção passiva (*modus operandi*), além de elementares do tipo, também possuem elementos adicionais, em razão do modo ardil como se faziam as solicitações (utilizando o parlamentar de inúmeros celulares, de aplicativos de mensagens autodestrutivas, em meios de difícil interceptação pelas autoridades, bem como havia a comunicação por alcunhas e códigos de difícil compreensão, tudo isso para que não fosse descoberto o esquema), além de ter todo um aparato de uma organização criminosa, com o uso, para exaurimento de seus crimes, de contas em outras localidades, de difícil interceptação pelas autoridades.

As **consequências** também foram nefastas, tendo em vista que foram utilizados, como moeda de troca, valores arrecadados para serem a poupança do trabalhador (FGTS), sem a observância de análises exclusivamente técnicas, o que levou investimentos a temerários. Ademais, pesa contra as **consequências** do crime, além do descrédito e da moralidade da Administração Pública como um todo (próprio do tipo penal e, portanto, elementar), um descrédito da sociedade no próprio parlamento e na política, *per si*, que vê ex-presidentes da Câmara dos Deputados (casa do povo) atualmente presos e sendo condenados por práticas corruptas.

Assim, **sugere-se que a pena-base (pré-majorantes), já incorporando circunstâncias agravantes e atenuantes, do crime de corrupção passiva praticado por EDUARDO CUNHA seja fixada acima do patamar médio (considerando o intervalo entre 2 a 12 anos estabelecido no tipo penal), em 10 (dez) anos e 6 (seis) meses de reclusão.**

Em relação à fase seguinte de definição da pena, deve-se aplicar a causa de aumento de pena do art. 317, §1º, do Código Penal, acrescentando-se um terço (1/3) à pena-base.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

Assim, sugere o Ministério Público Federal a **fixação da pena definitiva em 14 (quatorze) anos de reclusão para o crime de CORRUPÇÃO PASSIVA praticado por EDUARDO CUNHA.**

FÁBIO CLETO, ALEXANDRE MARGOTTO e LÚCIO FUNARO devem responder com a tipificação de CORRUPÇÃO PASSIVA, na modalidade **recebimento**, em razão do cargo de Vice-Presidente da VIFUG (FÁBIO CLETO), adotando-se a teoria monista/unitária para o concurso de pessoas (arts. 29 e 30 do Código Penal).

A **culpabilidade** de FÁBIO CLETO, ALEXANDRE MARGOTTO e LÚCIO FUNARO deve ser valorada conforme a fundamentação adotada nos itens anteriores.

Também LÚCIO FUNARO e FÁBIO CLETO tiveram fundamental importância no esquema: este agia dentro da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, a pedido da organização criminosa, enquanto aquele tinha relações com empresários e fazia, com eles, suas tratativas escusas (em prol do grupo criminoso).

ALEXANDRE MARGOTTO teve culpabilidade reduzida, pois, embora tenha aceitado obter as vantagens indevidas, em razão do cargo de CLETO, sua participação se restringiu ao seu conhecimento dos crimes e à intermediação dos trâmites entre CLETO e FUNARO, quando estes estavam brigados⁵¹.

Quanto às **circunstâncias** relacionadas aos crimes de corrupção passiva praticado por CLETO (no qual concorreram ALVES, MARGOTTO, CUNHA e FUNARO), aplica-se a mesma fundamentação do crime acima referido, acrescentando ainda os valores (cerca de 2,1 milhões de dólares apenas no exterior) e a forma de recebimento (em contas no exterior, em nome de *offshore*, principalmente).

Assim, sugere-se que a pena-base, de cada crime de corrupção passiva praticado por FÁBIO CLETO, no qual concorreram ALEXANDRE MARGOTTO e LÚCIO FUNARO em seja fixada em 3 (três) anos de reclusão para CLETO (colaborador) e para FUNARO (colaborador) e em 2 (dois) anos de reclusão para MARGOTTO (colaborador).

51 Frisa-se que não é objeto desta denúncia possível vantagem recebida por ALEXANDRE MARGOTTO no caso da operação da Moura DUBEUX, conforme expôs em sua colaboração.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

5789
8

Em relação à fase seguinte de definição da pena, deve-se aplicar a causa de aumento de pena do art. 317, §1º, do Código Penal, bem como a causa prevista no art. 327, § 2º, do mesmo Código, acrescentando-se um terço (1/3), cumulativamente, à pena-base.

A esse respeito, entende o Ministério Público Federal que não deve ser aplicado a faculdade descrita no art. 68, parágrafo único, do Código Penal (“no concurso de causas de aumento ou de diminuição previstas na parte especial, pode o juiz limitar-se a um só aumento ou a uma só diminuição, prevalecendo, todavia, a causa que mais aumente ou diminua”).

O parágrafo único trata de **faculdade** que o magistrado possui para, sendo justificado, aplicar apenas uma das causas de aumento/diminuição, quando ambas estiverem na parte especial.

Desse modo, por se tratar de faculdade (não deixando a aplicação da pena engessada), entende o MPF que o Juízo pode aplicar cumulativamente as duas causas, já que, além de fundamentais e diferenciadoras na condição da prática do fato criminoso, também, a sua não aplicação, levaria a própria negativa da vigência do preceito secundário da norma penal.

Além disso, frisa-se que os aumentos de penas devem ser aferidos cumulativamente, de modo que o primeiro aumento de 1/3 da pena (relativo à primeira causa) deve ser aplicado sobre a pena intermediária, enquanto a segunda causa de aumento de pena deve ser aplicada em razão deste último *quantum*.

Assim, para CLETO e FUNARO, aplicando-se o art. 317, §1º, do Código Penal (aumento decorrente da infração de dever funcional), sugere-se que a pena por cada crime de corrupção fique em 4 (quatro) anos de reclusão; para MARGOTTO, também com o acréscimo de um terço, sua pena ficaria 2 (dois) anos e 8 (oito) meses de reclusão.

Contudo, conforme mencionamos anteriormente, deve-se promover novo acréscimo de um terço a majoração do art. 317, §1º, do Código Penal, em razão da aplicação cumulativa do art. 327, § 2º, do mesmo Código (aumento decorrente de que CLETO ocupava cargo em comissão em entidade paraestatal), que, como vimos, é circunstância que se comunica a todos os autores dos delitos de corrupção.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

Assim, em relação a cada crime de CORRUPÇÃO PASSIVA praticado por CLETO (em concorrência com MARGOTTO e FUNARO), sugere-se a **fixação da pena definitiva (após os dois acréscimos de pena cumulativos) em 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão para FÁBIO CLETO e LÚCIO FUNARO e em 3 (três) anos, 6 (seis) meses e 20 (vinte) dias para ALEXANDRE MARGOTTO.**

Por conta do concurso material (art. 69 do CP), em 9 (nove) vezes para CLETO, MARGOTTO e FUNARO, sugere-se as seguintes penas de reclusão: em 48 (quarenta e oito) anos de reclusão para FÁBIO CLETO e FUNARO e em 32 (trinta e dois) anos para ALEXANDRE MARGOTTO.

Quanto a HENRIQUE ALVES, deve responder com a tipificação de CORRUPÇÃO PASSIVA, na modalidade **recebimento**, por três vezes, em razão do cargo de parlamentar de HENRIQUE ALVES.

Outrossim, com base na culpabilidade e circunstâncias acima detalhadas, sugere-se que a pena-base de cada crime de corrupção passiva praticado por HENRIQUE ALVES esteja acima do patamar médio e seja fixada em 10 anos e 6 meses de reclusão.

Em relação à fase seguinte de dosimetria, deve ser aplicada a causa de aumento de pena prevista no art. 317, §1º, do CP (1/3 da pena).

Dessa forma, no crime de corrupção passiva de HENRIQUE ALVES, sugere-se a **fixação da pena intermediária em 14 (catorze) anos de reclusão para HENRIQUE ALVES, aplicando-se a causa de aumento de pena prevista no art. 317, §1º, do Código Penal (acréscimo de 1/3 na pena).**

Por conta do concurso material (art. 69 do CP), em 3 (três) vezes, sugere-se a seguinte pena de reclusão relativa à corrupção passiva: em 42 (quarenta e dois) anos de reclusão para HENRIQUE ALVES.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

5790
8

Quanto aos crimes de **CORRUPÇÃO ATIVA** praticados por EDUARDO CUNHA, a partir do qual o réu ofereceu vantagem indevida (material, consubstanciada nos recursos da Carioca Engenharia), no esquema criminoso referido acima, a FÁBIO CLETO e HENRIQUE ALVES (agentes públicos), faz o Ministério Público Federal as seguintes considerações.

Foram, conforme visto, **9 (nove) projetos** e operações distintas dentro do FI-FGTS e das carteiras administradas, portanto, conforme visto na tipificação penal, as situações demonstram hipótese de concurso material de delitos (art. 69 do Código Penal).

Frisa-se que CUNHA ofereceu, para cada operação que contasse com a atuação de CLETO, vantagem indevida a este último, para determiná-lo a praticar ato inerente a sua função, de acordo com as diretrizes que convinham ao réu EDUARDO CUNHA.

Também CUNHA ofereceu a HENRIQUE ALVES, por três vezes, por conta do cargo do último (no parlamento), cargo esse que dava sustentação a CLETO, vantagem indevida, para determiná-lo a praticar ato em violação a sua função (com desvio de finalidade), de acordo com as diretrizes que convinham ao réu EDUARDO CUNHA e aos outros integrantes da organização criminosa.

Nesse sentido, na aplicação da pena-base, sugere-se que sejam as circunstâncias do art. 59, notadamente culpabilidade, circunstância e consequências do crime, valoradas negativamente, nos moldes que se estabelecera anteriormente.

Diante disso, **sugere-se que a pena-base, para cada crime, esteja acima do patamar médio (fixado entre 2 a 12 anos) e seja fixada em 10 (dez) anos e 9 (nove) meses de reclusão para EDUARDO CUNHA.**

No tocante à segunda fase, há a circunstância agravante prescrita no art. 61, II, 'g' e não há atenuantes.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

Registre-se apenas que, embora se reconheça que não se aplica a referida circunstância agravante nas mais variações de crimes praticados contra a Administração Pública, o fato é que a inaplicabilidade ocorre apenas quando determinado crime tenha como elementar a situação de agente público⁵², o que não é o caso dos autos (o crime de corrupção ativa pode ser praticado por sujeito comum, não necessitando da qualidade de funcionário público).

Todavia, utilizando-se de sua expressão como parlamentar e líder do partido PMDB (o que lhe deu status para chefiar e indicar os representantes da Vice-Presidência da VIFUG/CAIXA), conduziu a escolha e a manutenção de FÁBIO CLETO no cargo, com o intuito, unicamente, de praticar a corrupção.

Por isso, deve incorrer nessa circunstância agravante, sugerindo a fixação da pena intermediária, nesse sentido, em 12 (doze) anos de reclusão.

Em relação à terceira fase, tem-se a aplicação de uma única causa de aumento de pena (art. 333, parágrafo único, do CP – aumento de 1/3), por conta da atuação de FÁBIO CLETO e de HENRIQUE ALVES violando o seu dever funcional.

Assim, sugere o Ministério Público Federal a fixação da pena definitiva em 16 (dezesseis) anos de reclusão para cada crime de CORRUPÇÃO ATIVA praticado por EDUARDO CUNHA.

Em razão do concurso material (art. 69 do Código Penal), a pena a ser aplicada deve, no total, corresponder à soma de cada crime (9 crimes de corrupção ativa visando ao cargo de CLETO e 3 crimes de corrupção ativa visando ao cargo de HENRIQUE ALVES), resultando no patamar de 192 (cento e noventa e dois) anos de reclusão para EDUARDO CUNHA.

EDUARDO CUNHA também praticou crime de LAVAGEM DE CAPITAIS, em concurso com FÁBIO CLETO, LÚCIO FUNARO e HENRIQUE ALVES.

52 SCHMITT, Ricardo Augusto. *Sentença Penal Condenatória: aspectos práticos e teóricos à elaboração*. 6ª ed. Salvador: JusPodivm, 2011.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

5791
8

Há dois tipos de lavagem de capitais praticados por EDUARDO CUNHA, em concurso com FÁBIO CLETO e LÚCIO FUNARO, e um crime de lavagem praticado por EDUARDO CUNHA, em concurso com HENRIQUE ALVES.

O primeiro diz respeito a cada conta paga por LÚCIO FUNARO, decorrente da compensação entre ele e FÁBIO CLETO. Nesse sentido, CUNHA tinha o conhecimento dessa compensação e passou a, após a briga entre CLETO e FUNARO, assumir as dívidas que FUNARO tinha com CLETO.

Diante disso, praticou lavagem de capitais em todas as contas pagas de FÁBIO CLETO por LÚCIO FUNARO, no total de 318 vezes, em crime continuado.

Percebe-se que essa lavagem teve como crime antecedente os praticados por FÁBIO CLETO, em operações de mercado, as quais não poderiam ser feitas. Além disso, há o crime de evasão de divisão, em razão da não declaração dos valores no exterior.

Desta feita, também deve, neste crime, ser valorada negativamente a culpabilidade, para fins de cálculo de pena, de EDUARDO CUNHA, pelos mesmos motivos acima referidos.

Registre-se que FUNARO e CLETO ajudaram nas investigações e trouxeram os elementos essenciais para o descortinamento dos ilícitos.

As **circunstâncias** do crime, outrossim, devem ser valoradas negativamente. Veja-se que, no esquema criminoso, participaram réus que, além do conhecimento com o mercado financeiro (e, portanto, com finanças), utilizaram-se de empresas que são, por si só, de difícil mensuração contábil, porquanto, em sua maioria, prestam consultoria são conhecidas como formas de lavar valores.

Nesse sentido, não se trata de lavagem feita de maneira simples e de fácil constatação: foi utilizado um esquema de difícil apuração pelas autoridades investigativas, o que demonstra a complexidade do crime em questão.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

Nesse sentido, sugere o Ministério Público Federal a fixação do crime de lavagem de capitais a aplicação da pena-base acima do patamar médio (fixado entre 3 a 10 anos), para EDUARDO CUNHA e abaixo do patamar médio para os demais réus, em razão das valorações negativas de culpabilidade (extremada, conforme acima se referiu) e de circunstâncias, não sendo o caso, como acima se viu, de fixação por critério exclusivamente matemáticos.

Sugere-se, então, a fixação da pena-base em 9 (nove) anos de reclusão para EDUARDO CUNHA e 3 (três) anos de reclusão para LÚCIO FUNARO e FÁBIO CLETO.

No tocante à segunda fase, não há circunstâncias agravantes ou atenuantes, sugerindo-se, então, a fixação da pena intermediária em 9 (nove) anos de reclusão para EDUARDO CUNHA e 3 (três) anos de reclusão para LÚCIO FUNARO e FÁBIO CLETO.

Assim, sugere o Ministério Público Federal a fixação da pena definitiva em 9 (nove) anos de reclusão para EDUARDO CUNHA e 3 (três) anos de reclusão para LÚCIO FUNARO e FÁBIO CLETO para cada crime de LAVAGEM DE DINHEIRO praticado.

Em razão dos crimes terem sido praticados de forma continuada (art. 71 do Código Penal), a pena a ser aplicada deve, no total, corresponder à 12 (doze) anos de reclusão para EDUARDO CUNHA e 4 (quatro) anos de reclusão para LÚCIO FUNARO e FÁBIO CLETO.

O segundo crime de lavagem de capitais, praticados no exterior, por EDUARDO CUNHA em concurso com o réu FÁBIO CLETO e LÚCIO FUNARO, é proveniente dos diversos crimes de corrupção passiva praticados por FÁBIO CLETO.

Desta feita, também deve, neste crime, ser valorada negativamente a culpabilidade, para fins de cálculo de pena, de EDUARDO CUNHA, pelos mesmos motivos acima referidos, além de serem altos valores lavados, o que aumenta ainda mais o juízo de reprovabilidade da conduta. Os colaboradores também auxiliaram nas investigações e, por isso, deve ser proporcional as suas culpabilidades.





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

5792

As **circunstâncias** do crime, outrossim, devem ser valoradas negativamente, pois a forma de lavagem, utilizando o nome de empresas *offshores*, com sede em diversos paraísos fiscais e de difícil apuração nos órgãos de investigação. Tudo isso faz com que as circunstâncias do crime sejam ainda mais complexas do que a anterior e, portanto, sejam valoradas negativamente.

Também devem ser valoradas negativamente as consequências do crime, pela mesma fundamentação apresentada anteriormente.

Nesse sentido, sugere o Ministério Público Federal a fixação do crime de lavagem de capitais a aplicação da pena-base acima do patamar médio (fixado entre 3 a 10 anos), para **EDUARDO CUNHA** e abaixo do patamar médio para os demais réus, em razão das avaliações negativas de culpabilidade (extremada, conforme acima se referiu) e de circunstâncias, não sendo o caso, como acima se viu, de fixação por critério exclusivamente matemáticos.

Sugere-se, então, a fixação da pena-base em 9 (nove) anos de reclusão para **EDUARDO CUNHA** e 3 (três) anos de reclusão para **LÚCIO FUNARO** e **FÁBIO CLETO**.

No tocante à segunda fase, não há circunstâncias agravantes ou atenuantes, sugerindo, então, a fixação da pena intermediária, em 9 (nove) anos de reclusão para EDUARDO CUNHA e 3 (três) anos de reclusão para LÚCIO FUNARO e FÁBIO CLETO.

Em relação à terceira fase, tem-se a aplicação de uma única causa de aumento de pena (art. 1º, § 4º, da Lei 9.613/98), a qual deve ser aplicada em 1/3, tendo em vista a habitualidade e o número de vezes que fora realizada a lavagem. Desse modo, sugere o Ministério Público Federal a fixação da pena definitiva em 12 (doze) anos de reclusão para EDUARDO CUNHA e 4 (quatro) anos de reclusão para LÚCIO FUNARO e FÁBIO CLETO para cada crime de lavagem praticados pelos réus.

Por conta do concurso material (art. 69 do CP), em 11 (onze) vezes (onze transferências à conta LASTAL), sugere-se a seguinte pena de reclusão: em 132 (cento e trinta e dois) anos de reclusão para EDUARDO CUNHA e 44 (quarenta e quatro) anos de reclusão para LÚCIO FUNARO e FÁBIO CLETO.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

O terceiro crime de lavagem de capitais, praticados no exterior, em concurso com o réu HENRIQUE ALVES, é proveniente do crime de corrupção passiva praticado por HENRIQUE ALVES.

Desta feita, também deve, neste crime, ser valorada negativamente a culpabilidade, para fins de cálculo de pena, de EDUARDO CUNHA, pelos mesmos motivos acima referidos, além de serem altos valores lavados, o que aumenta ainda mais o juízo de reprovabilidade da conduta.

As **circunstâncias** do crime, outrossim, devem ser valoradas negativamente, pois a forma de lavagem, utilizando o nome de empresas *offshores*, com sede em diversos paraísos fiscais e de difícil apuração nos órgãos de investigação. Tudo isso faz com que as circunstâncias do crime sejam ainda mais complexas do que a anterior e, portanto, sejam valoradas negativamente.

Nesse sentido, sugere o Ministério Público Federal, na fixação do crime de lavagem de capitais, a aplicação da pena-base acima do patamar médio (fixado entre 3 a 10 anos), em razão das valorações negativas de culpabilidade (extremada, conforme acima se referiu) e de circunstâncias, não sendo o caso, como acima se viu, de fixação por critério exclusivamente matemáticos.

Sugere-se, então, a fixação da pena-base em 9 (nove) anos de reclusão para EDUARDO CUNHA e para HENRIQUE ALVES.

No tocante à segunda fase, não há circunstâncias agravantes ou atenuantes, sugerindo, então, a fixação da pena intermediária, em 9 (nove) anos de reclusão para EDUARDO CUNHA e para HENRIQUE ALVES..

Em relação à terceira fase, tem-se a aplicação de uma única causa de aumento de pena (art. 1º, § 4º, da Lei 9.613/98), a qual deve ser aplicada no limite mínimo (1/3), tendo em vista a habitualidade e o número de vezes que fora realizada a lavagem. Desse modo, sugere o Ministério Público Federal a fixação da pena definitiva em 12 (doze) anos de reclusão para HENRIQUE EDUARDO LYRA ALVES e EDUARDO CUNHA, envolvendo os valores de propina pagos a HENRIQUE EDUARDO LYRA ALVES.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

5793
8.

Por conta do concurso material (art. 69 do CP), em 3 (três) vezes, sugere-se a seguinte pena de reclusão (relativa às movimentações da conta Bellfield): em 36 (trinta e seis) anos de reclusão para HENRIQUE EDUARDO LYRA ALVES e EDUARDO CUNHA.

Quanto ao crime de prevaricação, EDUARDO CUNHA o praticou, na medida que concorreu, de forma essencial, para a sua ocorrência. FÁBIO CLETO foi quem prevaricou.

Desta feita, também deve, neste crime, ser valorada negativamente a culpabilidade, para fins de cálculo de pena, de EDUARDO CUNHA e FÁBIO CLETO, pelos mesmos motivos acima referidos, além do fato de que o projeto ficou parado por mais de 1 (um) ano, até o final de 2015.

Nesse sentido, sugere o Ministério Público Federal a fixação do crime de prevaricação, a aplicação da pena-base acima do patamar mínimo (fixado entre 3 meses e 1 ano), em razão da valoração negativa de culpabilidade, não sendo o caso, como acima se viu, de fixação por critério exclusivamente matemáticos.

Sugere-se, então, a fixação da pena-base em 9 (nove) meses de detenção para EDUARDO CUNHA e 3 (três) meses de detenção para FÁBIO CLETO.

No tocante à segunda fase, não há circunstâncias agravantes ou atenuantes, sugerindo, então, a fixação da pena intermediária em 9 (nove) meses de detenção para EDUARDO CUNHA e 3 (três) meses de detenção para FÁBIO CLETO

Em relação à terceira fase, tem-se a aplicação de uma única causa de aumento de 1/3 da pena (art. 327, § 2º, do CP), resultando na sugestão de que a pena definitiva seja fixada em 1 (um) ano de detenção para EDUARDO CUNHA e em 4 (quatro) meses de detenção para FÁBIO CLETO, em razão do crime de prevaricação.

Finalmente, em relação aos colaboradores FÁBIO CLETO, LÚCIO FUNARO e ALEXANDRE MARGOTTO, considerando a eficácia da colaboração por eles prestaram e o quanto dispõe o art. 4º da Lei nº 12.850/2013, entende o MPF que a pena dos referidos colaboradores deve ser reduzida em dois terços.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

Tendo em vista a prática de concurso material de todos os crimes acima referidos, no esquema criminoso, o Ministério Público Federal sugere que a pena definitiva seja a seguinte para cada réu:

	RECLUSÃO	DETENÇÃO
CUNHA	386 anos	1 ano
CLETO	32 anos	1 mês e 10 dias
FUNARO	32 anos	-
HENRIQUE	78 anos	-
MARGOTTO	10 anos e 8 meses	-

O Ministério Público Federal também roga para que as multas a serem aplicadas aos réus não colaboradores, por ocasião de suas condenações e considerando os critérios estabelecidos acima. Quanto aos colaboradores FUNARO, MARGOTTO e CLETO, os seus acordos, devidamente homologados no juízo competente, já preveem a fixação de multa, por conta de seus ilícitos.

Por fim, cumpre fazer o registro do tempo máximo de condenação para os réus colaboradores, *in casu*, FÁBIO FERREIRA CLETO, ALEXANDRE ROSA MARGOTTO e LÚCIO BOLONHA FUNARO.

Quanto ao réu FÁBIO FERREIRA CLETO, o seu acordo de colaboração, homologado pela instância competente, prevê a condenação à pena máxima de 10 (dez) anos de reclusão (Parágrafo 1º, Cláusula 5ª). Ainda, de acordo com a avença, poderá o réu ficar sujeito, no feito criminal a que vier a ser condenado, ao pagamento da pena de multa referente ao art. 58 do Código Penal, a qual será limitada ao mínimo legal (tanto em relação ao número de dias multa quanto em relação ao seu valor) (Parágrafo 2º, Cláusula 5ª);

Quanto ao réu ALEXANDRE ROSA MARGOTTO, o seu acordo de colaboração, homologado pela instância competente, prevê a condenação à pena máxima de 9 (nove) anos de reclusão (Parágrafo 1º, Cláusula 5ª). Ainda, de acordo com a avença, poderá o réu ficar sujeito,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

5794
8

no feito criminal a que vier a ser condenado, ao pagamento da pena de multa referente ao art. 58 do Código Penal, a qual será limitada ao mínimo legal (tanto em relação ao número de dias multa quanto em relação ao seu valor) (Parágrafo 2º, 'a' Cláusula 5ª);

Quanto ao réu LÚCIO BOLONHA FUNARO, o seu acordo de colaboração, homologado pela instância competente, prevê a condenação à pena unificada (aquela decorrente da soma das sentenças condenatórias) igual a 30 (trinta) anos de reclusão (Cláusula 4ª, I). Ainda, de acordo com a avença, o Ministério Público postulará ao Juízo competente que a multa a que se refere o art. 58 do Código Penal seja limitada ao mínimo legal (tanto em relação ao número de dias multa quanto em relação ao seu valor) (Parágrafo 5º, 'a' Cláusula 4ª);

Também ressalta o MPF que, condenando no total das colaborações, os colaboradores ficam dispensados de serem denunciados nos próximos casos, restando apenas as suas funções de colaborador/testemunha.

3. Pedidos Finais

Ante o exposto, requer o Ministério Público Federal a condenação dos denunciados às penas dos crimes imputados, inclusive à reparação dos danos materiais e morais causados por suas condutas, nos termos do art. 387, IV, do Código de Processo Penal, fixando-se, já que os prejuízos decorrentes da corrupção são difusos (lesões à ordem econômica e à administração pública, inclusive à respeitabilidade do parlamento perante a sociedade brasileira), portanto, dificilmente quantificáveis, o valor mínimo de 2 (duas) vezes o montante da propina, resultando em:

- a) R\$ 13.770.945,51 para EDUARDO CUNHA;
- b) R\$ 3.296.938,00 para HENRIQUE EDUARDO LYRA ALVES;

\$



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Greenfield

Com relação aos réus colaboradores (**FÁBIO CLETO, ALEXANDRE MARGOTTO e LÚCIO FUNARO**), deve o juízo deixar de impor novas multas, considerando que já foram pactuadas multas nos acordos de colaboração premiada, as quais foram devidamente homologadas pelo Supremo Tribunal Federal ou pela 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal.

Ademais, requer a **decretação da perda da função pública e do mandato para os réus que eventualmente forem detentores de vínculo com a administração pública ou mandato eletivo**, por terem agido com violação de seus deveres para com o Poder Público e a sociedade, nos termos do art. 92 do Código Penal.

Aplica-se ainda o efeito previsto no art. 7ª, inciso II, da Lei nº 12.683, de 2012.: *“a interdição do exercício de cargo ou função pública de qualquer natureza e de diretor, de membro de conselho de administração ou de gerência das pessoas jurídicas referidas no art. 9º, pelo dobro do tempo da pena privativa de liberdade aplicada”*.

Requer ainda que seja **decretado expressamente o perdimento dos valores provenientes dos crimes aos quais forem condenados**.

Encaminha ainda o MPF, em anexo, arquivo digital contendo a presente manifestação, para facilitar sua análise por este Juízo e pelas defesas, no exercício do contraditório.

Brasília, 15 de janeiro de 2018.


ANSELMO HENRIQUE CORDEIRO LOPES
Procurador da República


SARA MOREIRA DE SOUZA LEITE
Procuradora da República